



O SABOR DO AÇÚCAR

DESMATAMENTO,
TRABALHO ESCRAVO E
AGROTÓXICO NA CADEIA
PRODUTIVA DOS REFRIGERANTES

Marques Casara (coord.), Matheus Lobo
Pismel, Talita Burbulhan, André Picolotto
(edição final), Manoela Bonaldo.



O Sabor do Açúcar: Trabalho escravo, desmatamento e violência contra povos indígenas na cadeia produtiva dos refrigerantes

Casara, Marques.... [et. al] – 1^a edição

São Paulo: Papel Social, 2022

Inclui bibliografia

1. Cadeias produtivas 2. Direitos Humanos. 3. Trabalho escravo. 4. Desmatamento
I. Casara, Marques. II Pismel, Matheus Lobo. III. Burbulhan, Talita. IV. Picolotto,
André. V. Bonaldo, Manoela.

CDD: 338.17361

Foto da capa: Tatiana Cardeal

Copyright: Papel Social

O SABOR DO AÇÚCAR

TRABALHO ESCRAVO, DESMATAMENTO E VIOLÊNCIA CONTRA
POVOS INDÍGENAS NA CADEIA PRODUTIVA DOS REFRIGERANTES

Marques Casara (coord.)
Matheus Lobo Pismel
Talita Burbulhan
André Picolotto (edição final)
Manoela Bonaldo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
CAPÍTULO I	8
Contextualização: o agronegócio no Brasil	8
Trabalho escravo: o caso da WD Agroindustrial	10
Ocultação de práticas predatórias	12
Manipulação de dados	12
Boicote à alimentação saudável	13
Açúcar como vetor de violência	13
Relações de poder	15
CAPÍTULO II	16
Metodologia da pesquisa	16
Identificação dos problemas	17
CAPÍTULO III	18
As empresas e seus crimes	18
Coca-Cola	18
Grupos transnacionais	18
Usinas brasileiras	20
Cadeia do xarope	21
CAPÍTULO IV	22
Jogos de Poder	22
Agronegócio no PIB, uma participação superestimada	23
Frentes Parlamentares	24
UNICA – União da Indústria da Cana-de-açúcar	28
Sustentabilidade	34
As sucroalcooleiras e os políticos	36
A indústria e o guia alimentar	39
A Ciência como aliada	43
CAPÍTULO V	49
A Coca-Cola no Brasil	49
A atuação da empresa	49
A Coca-Cola no Amazonas	51
Recofarma e a questão tributária	51
As engarrafadoras da Coca-Cola	56
Cana-de-açúcar e guaraná na Usina Jayoro	61
Questões ambientais	63
Questões trabalhistas	66

CAPÍTULO VI	68
Outras usinas e mais crimes	68
Usina Trapiche	68
Usina Barralcool	72
Usina Itamarati (UISA)	74
Usina Pumaty	76
CAPÍTULO VII	78
Crimes em série	78
Selo Bonsucro	85
CAPÍTULO VIII	87
Os grandes grupos industriais	87
Biosev	88
A companhia	88
Questões tributárias	90
Infrações no mercado de capitais	91
Questões trabalhistas	91
Impacto socioambiental	93
Posicionamento da companhia	99
Raízen	100
A companhia	100
Questões trabalhistas	101
Questões tributárias	104
Impacto socioambiental	104
Posicionamento da companhia	110
BP Bunge	113
A companhia	113
Infrações tributárias	114
Processos trabalhistas	114
Danos socioambientais	115
Posicionamento da companhia	118
Atvos	118
A companhia	118
Questões tributárias	119
Problemas trabalhistas	119
Impactos socioambientais	121
Posicionamento da companhia	122
BIBLIOGRAFIA	123

APRESENTAÇÃO

Esta obra sistematiza os resultados de uma extensa pesquisa sobre os impactos sociais e ambientais da cadeia produtiva do açúcar fabricado no Brasil.

Ao longo de quase dois anos de investigação, foram mapeadas ocorrências de trabalho escravo, violações aos direitos humanos, crimes ambientais, fraudes, e contaminação por agrotóxicos.

O estudo parte de um pressuposto amplamente consolidado nos estudos de redes de suprimentos: a empresa que está no topo de uma cadeia produtiva é responsável por todos os elos do negócio, do ponto de vista econômico, social e ambiental¹.

Com isso, ao deter o controle econômico das etapas necessárias à fabricação de uma mercadoria, essa empresa responde pelo que acontece em toda a rede de fornecimento².

Devido ao tamanho do setor, conforme detalhado no capítulo “metodologia da pesquisa”, criou-se um recorte que elegeu, como objeto de estudo, a maior cadeia produtiva do açúcar do mundo, liderada pela Coca-Cola e da qual fazem parte os quatro principais operadores globais de commodities agrícolas, o chamado grupo ABCD: Archer Daniels Midland (ADM), Bunge, Cargill e Louis Dreyfus Company.

Como recorte de apoio, foram analisadas empresas associadas à principal entidade representativa do setor sucroalcooleiro no Brasil, a UNICA – União da Indústria da Cana-de-açúcar.

¹ FEDATO. Cristina. Sustentabilidade na Cadeia de Valor. **Instituto Ethos**. 21 mai. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/33s2xd>. Acesso em: 15 mar. 2022.

² TEIXEIRA, Bárbara Bittar. **Direitos humanos e empresas:** a responsabilidade por exploração de trabalhadores em condições análogas à de escravo nas cadeias produtivas da indústria têxtil. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/39ptyT2>. Acesso em: 15 mar. 2022.

A pesquisa encontrou provas documentais que vinculam essas empresas a desmatamento, queimadas, fraudes, invasão de terras indígenas, contaminação de populações, trabalho escravo e invasão de terras da União.

Foi pesquisada a rede que começa no plantio da cana-de-açúcar e termina com a fabricação do produto final. Essa rota passa por grandes fazendas, usinas de beneficiamento, grupos empresariais que negociam no mercado global de açúcar e grandes engarrafadoras de refrigerantes.

O resultado é um criterioso diagnóstico sobre as condições sociais e ambientais da cadeia produtiva do açúcar, que tem o Brasil como principal produtor mundial de cana-de-açúcar, alcançando 39,3 milhões de toneladas na safra 2020/2021³.

³ CANAL RURAL. **Brasil deve ter produção recorde de 39,3 mi de toneladas de açúcar**. 20 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3pT43zi>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CAPÍTULO I

CONTEXTUALIZAÇÃO: O AGRONEGÓCIO NO BRASIL

O agronegócio costuma se apresentar como atividade fundamental para o desenvolvimento do país. Aparece associado a conceitos como “alicerce da economia”, “peça-chave do Produto Interno Bruto”, “área estratégica”, etc.

Empresários, políticos e gestores públicos referenciam o setor como “decisivo” para o Brasil tomar o rumo do progresso.

Sob a égide desse discurso, grandes fazendas avançam de encontro a áreas intocadas no Cerrado e na Amazônia, em busca de mais áreas de terra, visando à implantação de monoculturas intensivas. São atividades que há décadas impactam os principais biomas brasileiros, algumas vezes de forma irreversível⁴.

Apesar da importância do setor para a economia do país, a situação é paradoxal: enquanto o lucro dos empreendimentos beneficia diretamente os investidores, os impactos sociais e ambientais são distribuídos para o conjunto da população. A sociedade fica com a conta do desmatamento, das queimadas, das fraudes, da contaminação, da invasão de terras indígenas, do trabalho escravo e infantil.

Ao se olhar para o conjunto dos impactos, o discurso da prosperidade não bate com a realidade. Os interesses defendidos não são os da saúde pública ou da segurança alimentar, mas os das multinacionais que estão no topo das cadeias produtivas do agronegócio, muitas delas atuando de forma predatória e irresponsável. Dados sobre concentração fundiária, desmatamentos, fraudes tributárias e uso indiscriminado de agrotóxicos mostram que o interesse público não é prioritário quando o assunto é produção de alimentos⁵.

⁴ DEUTSCHE WELLE. **O papel de gado e soja no ciclo de desmatamento.** 24 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3eJbzaQ>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁵ SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. **Altas do agronegócio:** fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

Os impactos negativos alcançam as oito bacias hidrográficas mais importantes do Brasil⁶. A falta de água, cada vez mais frequente em grandes capitais como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, está vinculada ao desmatamento do Cerrado, visando o plantio de monoculturas, quase tudo para a exportação⁷.

A cada ano, áreas florestais equivalentes a oito cidades de São Paulo são devastadas no país⁸. O desmatamento da Amazônia está vinculado à diminuição da quantidade de chuvas na Cordilheira dos Andes, na Bacia do Rio da Prata e nas regiões Sul e Sudeste do Brasil⁹.

Ao se levar em conta o valor da vida e da natureza, a conta não fecha. Perde consistência a argumentação de que o agronegócio impulsiona o país rumo ao desenvolvimento. Em um mundo premido por mudanças climáticas, devastação de florestas, poluição de rios e oceanos, torna-se cada vez mais discrepante uma indústria de grande porte estar vinculada a problemas desse porte. Ainda assim, é o que se vê. O Brasil é o país que mais perdeu cobertura florestal no século XXI. Em duas décadas, foram derrubados 52 milhões de hectares de vegetação¹⁰. É um território maior do que a Espanha.

Diante de cenários como os descritos acima, o que se observa é que o setor tem por norma desconsiderar, minimizar ou dissimular graves problemas. É possível fazer essa asserção ao se observar três ocorrências típicas de cadeias produtivas associadas ao agronegócio, dentre elas a do açúcar, objeto central do tema aqui estudado: (1) ocultação de práticas predatórias e de violações aos direitos humanos; (2) manipulação de dados econômicos; e (3) pressão contra iniciativas que visam orientar a população para práticas de alimentação saudável.

⁶ SEGALLA, Vinícius. "Destruição do Cerrado compromete toda rede hidrológica do Brasil", diz ambientalista. **Brasil de Fato**, 10 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/35BGdQB>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁷ FASE. Desmatamento do Cerrado é uma das causas da crise hídrica em estados do Brasil. 22 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/317eGGE>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁸ WWF. Amazônia e Cerrado somam 96,7% do desmatamento no país. 27 maio 2020. Disponível em <https://bit.ly/3IPjt52>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁹ FALEIROS, Gustavo; ANDREONI, Manuela. O agro-suicídio: o desmatamento da Amazônia já afeta o regime de chuvas. **Infoamazonia**, 27 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3pAL38M>. Acesso em: 15 mar. 2022.

¹⁰ CHADE, Jamil. FAO: Brasil foi país que mais perdeu floresta no século 21. **UOL**. 20 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2VcgxE>. Acesso em: 15 mar. 2022.

TRABALHO ESCRAVO: O CASO DA WD AGROINDUSTRIAL

Em janeiro de 2022, o Ministério Público do Trabalho (MPT) resgatou 271 trabalhadores e trabalhadoras em situação de trabalho escravo em três fazendas de cana-de-açúcar arrendadas pela usina sucroalcooleira WD Agroindustrial, sediada João Pinheiro, no Noroeste de Minas Gerais, importante polo do setor. Foi a maior operação de resgate de pessoas no Brasil feita pelo MPT em uma década¹¹.

Nas plantações, os funcionários almoçavam a céu aberto, sem sombra e sentados no chão de terra, sem qualquer conforto. Compartilhavam um mesmo garrafão de água para hidratação. Um garrafão sujo e sem condições de armazenar água potável. Não tinham acesso a banheiro e eram obrigados a trabalhar sem cuidados mínimos de segurança. Fora do trabalho, viviam em alojamentos lotados – um deles apelidado de “Carandiru”¹² – e sem estrutura básica, como geladeira, camas e móveis, nem condições sanitárias adequadas. Quinze testaram positivo para covid-19. Duas mulheres resgatadas estavam grávidas. Ao todo, foram registradas 26 infrações trabalhistas nas três fazendas, segundo os auditores-fiscais.

Após a operação do MPT, os trabalhadores e trabalhadoras, em sua maioria nordestinos, tiveram os contratos rescindidos e começaram a voltar para suas terras de origem – cidades na Bahia, no Maranhão, na Paraíba, no Piauí e em Pernambuco. Todos serão indenizados por danos morais coletivos. As verbas rescisórias ultrapassaram R\$ 5 milhões, e a WD Agroindustrial firmou termos de ajustamento de conduta com a obrigação de adequar as condições de trabalho para futuros empregados¹³.

O tratamento dado aos funcionários de campo resgatados neste início de 2022 contrasta com a imagem da empresa no contexto mais global do ramo açucareiro. A WD Agroindustrial é controlada pela família Detoni e produz etanol, açúcar e energia elétrica. A usina tem certificação RenovaBio, de incentivo aos

¹¹ FANTÁSTICO. Fantástico acompanha resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão em fazendas de cana em MG. **TV Globo**, 31 jan. 2022. Disponível em: <https://glo.bo/3qiUwDE>. Acesso em: 18 mar. 2022.

¹² MONCAU, Gabriela. O que se sabe sobre o maior resgate de trabalho análogo à escravidão da última década no Brasil. **Brasil de Fato**, 02 fev. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3wcI7tg>. Acesso em: 18 mar. 2022.

¹³ FANTÁSTICO; G1. 'Não imaginava que chegaria a esse ponto', diz trabalhador resgatado junto com outros 270 em situação análoga à escravidão em MG. **G1**, 31 jan. 2022. Disponível em: <https://glo.bo/3wcJfbI>. Acesso em: 18 mar. 2022.

biocombustíveis e a iniciativas de eficiência energética, e faz parte do Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana-de-Açúcar, firmado em 2009 pelo Governo Federal com entidades e empresários para melhorar condições de vida e de trabalho no cultivo manual da cana¹⁴. Em 2019, venceu o prêmio MasterCana Brasil como usina do ano na categoria “gestão” de área industrial¹⁵.

Com capital social aproximado de R\$ 28 milhões e cerca de 1.100 funcionários diretos entre campo, indústria e administrativo, a empresa contraiu nos últimos anos uma série de empréstimos do BNDES para expansão dos negócios – em 2016, inclusive, foi a campeã entre as sucroenergéticas na obtenção de financiamentos, com R\$ 55 milhões¹⁶. Notícias em sites do setor da cana-de-açúcar destacam investimentos em sustentabilidade¹⁷, homenagem por ações sociais¹⁸, iniciativas de educação ambiental¹⁹ e promoção de encontros empresariais na região²⁰.

Em João Pinheiro, operam outras três usinas além da WD Agroindustrial: Bevap, Veredas e Rio do Cachimbo. De acordo com levantamento feito pelo Sebrae, o setor canavieiro é fundamental para o desenvolvimento econômico e social do município: as unidades são responsáveis pela geração de quase 30% do total de empregos formais e respondem por 50% da totalidade dos salários pagos²¹.

Informações dos portais *Nova Cana* e *novaCana DATA* detalham para onde vai e quem compra esse açúcar produzido com a mão-de-obra de mais de

¹⁴ NOVACANA. **Usina WD**. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3KUiH2T>. Acesso em: 18 mar. 2022.

¹⁵ REIS, Alessandro. Confira quem são os premiados do MasterCana Brasil e Award 2019. **Jornal Cana**, 09 out. 2019. Disponível em <https://bit.ly/3N3syFo>. Acesso em: 18 mar. 2022.

¹⁶ NOVACANA. WD Agroindustrial contrata financiamento de R\$ 62 milhões via BNDES. 18 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/36yJweo>. Acesso em: 18 mar. 2022.

¹⁷ SIAMIG. WD investe em meios e biológicos para maior sustentabilidade e redução do custo. 19 jan. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3ImD3Ab>. Acesso em: 18 mar. 2022.

¹⁸ SIAMIG. WD Agroindustrial recebe homenagem do Corpo de Bombeiros pelas parcerias em ações sociais. 30 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3igiH0O>. Acesso em: 18 mar. 2022.

¹⁹ SIAMIG. WD sensibiliza alunos para a preservação ambiental. 21 jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3ubfG7E>. Acesso em: 18 mar. 2022.

²⁰ ROCHA, Maurício. 1º Encontro Sucroenergético do Noroeste Mineiro acontece neste sábado em João Pinheiro. **Patos Hoje**, 02 dez. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3JneiW5>. Acesso em: 18 mar. 2022.

²¹ CANA ONLINE. Sebrae-MG destaca importância do setor sucroenergético para o Noroeste de Minas. 20 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3qhUawP>. Acesso em: 18 mar. 2022.

270 trabalhadores em situação análoga à escravidão²². No seu perfil de exportações, constam 28 países que já compraram produtos da usina. Em 2021, fizeram negócios com a WD Agroindustrial empresas como Agrocorp, Cofco, ED&F Man, Louis Dreyfus Company, United Sugars e Alvean.

Os elos entre a produção da WD Agroindustrial, marcada pelas condições de trabalho encontradas pelo MPT, e a sua compra por grandes empresas internacionais, indicam a profundidade e a gravidade do problema e reforçam os resultados e as conclusões apresentadas nesta pesquisa.

OCULTAÇÃO DE PRÁTICAS PREDATÓRIAS

O setor procura esconder, com notada frequência, impactos negativos: danos graves ao meio ambiente, violações sistêmicas aos direitos humanos, crimes tributários, violência contra comunidades locais, grilagem de terras e invasão de territórios indígenas. Esses pontos são abordados de forma detalhada neste livro, em seus aspectos vinculados à cadeia produtiva do açúcar.

Cabe ressaltar, contudo, que as questões aqui descritas impactam também outras cadeias produtivas²³. São problemas sistêmicos e que perpassam diferentes *commodities*, obtidas mediante ações predatórias que perduram há décadas, mas que tiveram um recrudescimento nos anos recentes, conforme demonstram os dados sobre desmatamento, citados acima.

MANIPULAÇÃO DE DADOS

É comum a manipulação de dados nas ações de marketing, *lobby* e propaganda. O intuito é convencer o país a aceitar, como realidade, um simulacro: a ideia de que o agronegócio, nos moldes atuais, é imprescindível para o desenvolvimento

²² Mais à frente, neste livro, dados disponibilizados pelo setor nas duas plataformas citadas serviram como base para estabelecer mais elos entre usinas brasileiras com problemas trabalhistas e ambientais e empresas e países que compram produtos feitos nessas condições.

²³ Os crimes e violações identificados na produção de açúcar, apresentados nesta pesquisa, também aparecem, em maior ou menor grau, em outras cadeias produtivas estudadas por estes autores (PAPEL SOCIAL, 2020). Dentre elas, soja, pecuária, fumo, cacau, milho, café, palma e eucalipto. Há, portanto, uma questão sistêmica envolvendo o agronegócio brasileiro e ainda longe de ser equacionada: o estreito vínculo do setor com desmatamento, queimadas, grilagem de terras, invasão de terras indígenas, fraudes fiscais, contaminação química, trabalho escravo e infantil.

socioeconômico do Brasil. Uma jogada que, segundo análises de especialistas, distorce informações com o intuito de ludibriar a opinião pública²⁴.

Uma das ações que mais chama a atenção, por exemplo, é o uso reiterado de dados macroeconômicos para enfatizar a importância do agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) e nos empregos do país, com a manipulação de estatísticas para distorcer fatos e simular uma representatividade superdimensionada.

BOICOTE À ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL

Há uma forte pressão do setor contra iniciativas que visam informar a sociedade e estimular a produção de alimentos mais saudáveis, que não causem doenças.

Uma ação marcante aconteceu, por exemplo, no segundo semestre de 2020, com uma intensa movimentação da indústria para alterar o Guia Alimentar para a População Brasileira²⁵. É uma das mais importantes referências na orientação da sociedade sobre alimentação saudável. O guia alerta, por exemplo, para os riscos dos alimentos ultraprocessados e com excesso de sódio e açúcar.

AÇÚCAR COMO VETOR DE VIOLENCIA

Os problemas acima descritos permeiam diversas atividades do agronegócio, dentre elas a mais antiga indústria agrícola do país: a produção de açúcar.

O estudo aqui apresentado faz uma investigação inédita desta cadeia produtiva. Aponta a responsabilidade de grandes multinacionais com práticas que vão do trabalho escravo ao uso irregular de agrotóxicos, passando por invasão de terras indígenas, ameaças a comunidades, grilagem de terras, fraudes e sonegação.

Do ponto de vista histórico, econômico e simbólico, a cadeia produtiva do açúcar representa uma atividade que alcança, de forma plena, a sobredeterminação de um modelo baseado na depredação dos recursos naturais e na produção

²⁴ POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tWc3T3>. Acesso em: 15 mar. 2022.

²⁵ MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3pgTmX5>. Acesso em: 15 mar. 2022.

de alimentos baratos, viciantes e altamente rentáveis às grandes corporações – com uma boa dose de malefícios à saúde humana²⁶.

No aspecto histórico, o açúcar está intimamente ligado à consolidação territorial do Brasil. Ao suceder o ciclo do pau-brasil, como lembra Celso Furtado, a produção de cana-de-açúcar foi o primeiro grande empreendimento colonial europeu a investir em mão-de-obra e infraestrutura em território brasileiro, trazendo ao país trabalhadores escravos e equipamentos para operacionalizar os engenhos²⁷.

Há mais de 500 anos a cadeia produtiva do açúcar está associada à violência contra pessoas e ao desmatamento.

Do ponto de vista econômico, é insumo determinante na atual configuração da indústria alimentícia, que produz grande parte dos seus produtos com altas doses de açúcar, sódio e gordura.

As maiores empresas produtoras de alimentos do mundo têm o açúcar como elemento basilar das suas formas de produzir e gerar dividendos, inclusive em aspectos danosos à saúde humana. É por conta desse modelo que o mundo passa por uma epidemia de obesidade²⁸. Apenas no Brasil, segundo levantamento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 16 anos mais que dobrou o percentual da população acima de 20 anos considerada obesa²⁹.

No campo simbólico, o açúcar faz parte da vida humana em sua mais profunda intimidade, em quase todas as regiões do planeta. É usado desde cinco séculos antes de Cristo. Está presente no dia a dia de diferentes modos de vida, em celebrações, rituais sagrados e nas mais variadas maneiras de se alimentar.

O Brasil é o maior produtor mundial de açúcar. O produto está vinculado ao país desde os primórdios da colonização. Ainda hoje, apesar de avanços importantes, sua obtenção está ligada a violações de direitos, trabalho escravo, uso indevido de agrotóxicos e desmatamento³⁰.

²⁶ MOSS, Michael. **Como a indústria alimentícia nos fisgou**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

²⁷ FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁸ CANCIAN, Natália. Estudos ligam consumo de alimentos ultraprocessados à alta de obesidade. **Folha de S. Paulo**, 12 ago. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3pW8pWj>. Acesso em: 15 mar. 2022.

²⁹ G1. Percentual da população acima de 20 anos considerada obesa mais que dobrou em 16 anos, aponta IBGE. 21 out. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3kTMdZf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

³⁰ BARROS, Carlos Juliano. **As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro**. Repórter Brasil, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2J4WI4l>. Acesso em: 15 mar. 2022.

RELAÇÕES DE PODER

Para uma melhor compreensão do contexto econômico e político no qual a produção de açúcar está inserida, também foi feito um diagnóstico sobre as relações de poder que envolvem o agronegócio no Brasil, tendo como ponto de referência as atividades de *lobby* e de manipulação de dados, em defesa dos interesses das empresas, principalmente as transnacionais.

Nesse contexto, destaca-se a estratégia de pressão exercida pelas indústrias, com o intuito de evitar a implantação de políticas públicas que restrinjam ou alertem para os riscos associados ao consumo de alimentos ultraprocessados – produtos que fazem mal à saúde, mas que estão no centro da estratégia produtiva das corporações do setor de alimentos.

CAPÍTULO II

METODOLOGIA DA PESQUISA

Devido à grande quantidade de empresas integrantes desse segmento, o **re-corte metodológico** elegeu, como objeto de análise:

- A principal cadeia produtiva de açúcar do mundo, controlada pela **Coca-Cola** e da qual fazem parte grandes operadores globais de commodities agrícolas.
- As maiores empresas associadas à União da Indústria da Cana-de-açúcar (**UNICA**), o principal grupo representativo dessa indústria no Brasil.

COCA-COLA

No Brasil, a Coca-Cola lidera a venda de bebidas açucaradas e mantém vínculos com centenas de empresas, dentre elas as principais fornecedoras mundiais de açúcar.

Foram analisados nesta pesquisa:

- Grupos transnacionais que atuam no Brasil e fornecem açúcar para a Coca-Cola (ABCD).
- Usinas de cana que têm a Coca-Cola como principal compradora de açúcar;
- As empresas fabricantes do extrato, o “xarope”, que serve de base para a produção do refrigerante.

UNICA

A União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA) é a associação que reúne as maiores empresas do setor sucroalcooleiro. Ao todo, 37 companhias estão associadas.

A UNICA é uma das mantenedoras do Instituto Pensar Agro (IPA), a organização que faz a ponte entre as grandes empresas do agronegócio e a bancada

ruralista, uma das principais forças políticas do legislativo brasileiro e que, na prática, atua em bloco para defender os interesses do setor.

Foram analisadas as quatro maiores empresas associadas à UNICA: Raízen, Biosev, BP Bunge e Atvos.

Destas quatro, a apuração desta pesquisa descobriu que as três primeiras são também grandes fornecedoras da Coca-Cola, o que demonstra a interconexão desta empresa com as indústrias que controlam a produção brasileira e mundial de açúcar, pois operam no mercado global, por intermédio de suas controladoras.

IDENTIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS

Feito o recorte metodológico, a pesquisa mapeou os problemas e estabeleceu os elos da cadeia produtiva, mediante pesquisa bibliográfica, entrevistas com autoridades, pesquisadores, especialistas e levantamento de dados via Lei de Acesso à Informação.

Mapeados os problemas e estabelecidos os elos, foram elencadas as responsabilidades.

CAPÍTULO III

AS EMPRESAS E SEUS CRIMES

COCA-COLA

No topo da cadeia produtiva do açúcar mundial, ***The Coca Cola Company*** engloba 500 marcas e compra 14% do açúcar produzido no planeta³¹, boa parte dele no Brasil, principal país produtor da mercadoria.

Do canavial ao bar e ao supermercado, a cadeia de refrigerantes da Coca-Cola apresenta graves violações aos direitos humanos, além de crimes ambientais e fraudes tributárias.

A Coca-Cola não é transparente em relação a seus fornecedores brasileiros. Ela divulga o nome das fábricas engarrafadoras, mas oculta, de forma deliberada, o nome das usinas que fornecem o açúcar das bebidas.

Rastrear essa cadeia requer um criterioso trabalho de investigação. Os resultados mostram, de forma transparente, o motivo que leva a maior empresa de refrigerantes do mundo a esconder, dos seus clientes, de onde vem o açúcar que usa em suas bebidas.

Abaixo, a lista das empresas pesquisadas, pelo critério metodológico estabelecido para esta pesquisa: (1) vínculo direto com a Coca-Cola; (2) vínculo com a principal associação representativa do setor; e (3) vínculo com violações aos direitos humanos, fraudes e crimes ambientais.

GRUPOS TRANSNACIONAIS

Dentre as grandes corporações globais do setor de alimentos que vendem açúcar para a Coca-Cola, foram escolhidos quatro grupos econômicos que atuam no Brasil. Estão vinculados à Coca-Cola e também fazem parte da União da Indústria da Cana-de-açúcar (UNICA), a maior organização representativa do segmento e que exerce a atividade de *lobby* a favor dos interesses dessas indústrias.

³¹ NOVACANA. Guerra ao açúcar ameaça anos de crescimento do mercado. 23 maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3owZx7Z>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Os grupos transnacionais selecionados são os seguintes:

BIOSEV

- Controlada por Louis Dreyfus Company, um dos quatro maiores grupos mundiais do agronegócio;
- Opera 8 usinas nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso do Sul;
- Relação direta com a Coca-Cola;
- Integrante da UNICA;
- Envolvida em invasão de terras indígenas, fraudes, desmatamento e contaminação por agrotóxicos.

RAÍZEN

- Maior processadora de cana-de-açúcar do mundo, controlada por Cosan e Shell, a segunda maior produtora de petróleo do mundo;
- Opera 26 usinas no país;
- Relação direta com a Coca-Cola;
- Integrante da UNICA;
- Envolvida em invasão de terras indígenas, contaminação de pessoas e animais, violação do estatuto da terra e invasão de terras da União;
- Está entre as maiores devedoras de impostos do Brasil.

ATVOS

- Controlada pelo Grupo Odebrecht;
- Segunda maior beneficiadora de cana-de-açúcar do país;
- Opera nove usinas;
- Envolvida em escravização de indígenas no Mato Grosso do Sul;
- Envolvida em terceirização ilegal, falta de segurança e diversas infrações ambientais.

BP BUNGE

- Controlada pela British Petroleum (quarta maior companhia de petróleo do mundo) e pela Bunge, que integra o grupo das quatro maiores corporações mundiais do agronegócio;

- Opera 11 usinas no Brasil;
- Relação direta com a Coca-Cola;
- Integrante da UNICA;
- Sistematicamente acusada de danos ambientais;
- Envolvida em contaminação ambiental, ameaça a soberania alimentar, ameaça a sobrevivência de agricultores familiares, ameaça à soberania nacional;
- Ré em dezenas de processos por apropriação indevida de créditos tributários.

USINAS BRASILEIRAS

USINA TRAPICHE

- Está entre as principais fornecedoras da Coca-Cola na região Nordeste;
- Envolvida em invasão de áreas de preservação, expulsão de comunidades tradicionais, poluição de manguezais, violência de gênero, ameaça, cárcere privado, tortura.

USINA BARRALCOOL

- Está entre os maiores fornecedores da Coca-Cola na região Centro-Oeste;
- Condenada por práticas que levaram trabalhadores à morte;
- Responsável pelos maiores impactos ambientais da história na região de Barra do Bugres (MT).

USINA ITAMARATI

- Está entre as maiores fornecedoras da Coca-Cola no Brasil;
- Acusada de trabalho escravo pelo Ministério Público Federal.

USINA JAYORO

- Fornece o açúcar usado na fabricação do xarope que dá origem ao principal refrigerante da Coca-Cola;
- Envolvida em grilagem de terras, queimadas, fraudes tributárias, invasão de terras indígenas e expulsão de comunidades;
- Fornece 60% do guaraná utilizado pela Coca-Cola.

As quatro usinas citadas têm seu histórico detalhado e contextualizado no capítulo “Outras usinas”. No capítulo “Dados do setor: as usinas e seus compradores”, são documentadas, a partir de pesquisa realizada em bancos de dados do setor, as relações de compra e venda entre mais de uma dezena de unidades produtivas brasileiras com crimes trabalhistas e ambientais comprovados – algumas de propriedades dos quatro grandes grupos transnacionais já citados: Biosev, Raízen, BP Bunge e Atvos – e países e empresas internacionais que recebem os seus produtos.

CADEIA DO XAROPE

No Brasil, a Coca-Cola produz o concentrado do refrigerante na Zona Franca de Manaus. O produto também é exportado para Venezuela, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Bolívia.

As empresas vinculadas à cadeia do xarope são as seguintes:

RECOFARMA

- Empresa pertencente à Coca-Cola. Instalada na Zona Franca de Manaus, obtém incentivos fiscais que causam distorções tributárias;
- A empresa é acusada pela Receita Federal de superfaturamento do preço do xarope com o intuito de obter créditos tributários.
- Também está vinculada a distorções tributárias e compra de cana-de-açúcar de empresa envolvida em grilagem de terras.

FENSA

- Principal engarrafadora da Coca-Cola no Brasil.

CAPÍTULO IV

JOGOS DE PODER

Parlamentares, empresários, latifundiários, lobistas e lideranças de entidades patronais têm defendido um projeto de país cujo fundamento é o agro-negócio.

Isso é o que constata o cientista social Caio Pompeia, autor do livro *Formação Política do Agronegócio*, que traça a história do setor no Brasil, fruto de pesquisa de doutorado defendida em 2018 na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)³². De acordo com Pompeia, o interesse privado por novas áreas do Brasil faz parte de um fenômeno chamado “escalada global da apropriação de terras”, um movimento que ocorreu devido à maior demanda por commodities agrícolas, iniciado na primeira década dos anos 2000.

Isso deu a oportunidade para que o agronegócio se consolidasse no país e tornasse mais ostensiva a disputa interna por hectares do território brasileiro, inserindo o setor na agenda nacional. O mesmo autor publicou, em 2020, o artigo “Concertação e Poder, o agronegócio como fenômeno político no Brasil”³³, no qual, dentre outros aspectos, demonstra quais forças são mobilizadas para incutir na sociedade a ideia de que o setor é imprescindível para o desenvolvimento do país.

Estudos científicos, articulação entre entidades da agropecuária e da indústria, inserção de representantes do agronegócio no Congresso Nacional, campanhas publicitárias, defesa de pautas em comum são algumas das estratégias para fortalecer o setor na esfera pública, identificadas por Pompeia no artigo.

³² POMPEIA, Caio. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021

³³ POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tWc3T3>. Acesso em: 15 mar. 2022.

AGRONEGÓCIO NO PIB, UMA PARTICIPAÇÃO SUPERESTIMADA

Uma das ações que mais chama a atenção descritas por Pompeia é o uso reiterado de dados macroeconômicos para enfatizar a importância do agronegócio no Produto Interno Bruto (PIB) e nos empregos do país. Ele alerta, no entanto, que as estatísticas são usadas de forma a ludibriar a realidade.

O cientista social explica que o cerne da simulação consiste em não fazer distinção entre as dimensões política e analítica do campo do agronegócio. Existe uma série de atores que compõem esses dados, mas que não têm suas pautas defendidas pelas lideranças do setor, como por exemplo redes varejistas e atacadistas; restaurantes e estabelecimentos que fornecem alimentos; e representações não patronais.

Com isso, a defesa do agronegócio se beneficia ao se utilizar de dados que se referem ao total e não apenas à parte que lhe diz respeito. Simulam, assim, uma representatividade superdimensionada para a opinião pública e para o Estado. Ao agenciar estatísticas macroeconômicas baseadas na categoria agronegócio passam a impressão pública de que representam muito mais agentes econômicos do que de fato o fazem³⁴.

Essa jogada fica evidente ao comparar as estimativas do peso da agropecuária na economia brasileira feita por duas entidades diferentes. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor é responsável por cerca de 5% do resultado total do PIB, “pois considera apenas o que é produzido dentro das fazendas. Em 2019, o setor movimentou R\$ 322 bilhões de um total de R\$ 7,3 trilhões”³⁵.

De acordo com a Confederação de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), considerada a principal organização ruralista do país, o agronegócio como um todo responde por, pelo menos, 20% do PIB brasileiro. Ela leva em conta a participação das agroindústrias (como frigoríficos) e o setor de serviços da atividade (como transporte de mercadorias)³⁶.

³⁴ Ibidem.

³⁵ G1. Agronegócio passa ileso ao tombo recorde do PIB no 2º trimestre. 01 set. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3MRLcQv>. Acesso em: 15 nov. 2022.

³⁶ Ibidem.

Em 2018, a CNA elaborou a carta “Futuro é Agro”, documento de propostas com maior influência na campanha presidencial de 2018³⁷. No decorrer do tempo, em paralelo à atuação no campo econômico, as lideranças do agronegócio se fizeram presentes dentro dos espaços de decisão pública. Não dar atenção às suas demandas pode tornar o ato de governar um desafio à parte.

“Os últimos presidentes têm considerado os líderes do agronegócio como interlocutores estratégicos”, avaliou Pompeia em entrevista concedida ao portal *O Joio e o Trigo*³⁸. De acordo com ele, da gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) até hoje, todos os governos colocaram o agronegócio como um agente privilegiado de interlocução com o Estado. Dentro do Congresso Nacional representantes que defendem os interesses do setor reúnem-se em Frentes Parlamentares.

FRENTES PARLAMENTARES

A Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), mais conhecida como bancada ruralista, é considerada por quem acompanha as negociações no governo como bastante organizada, sendo raro que haja dissidência entre os 39 senadores e os 245 deputados federais que a compõem na gestão atual.

Ao fazer um resgate histórico do surgimento da FPA, remonta-se à época da Assembleia Nacional Constituinte, entre 1987 e 1988, quando um grupo de parlamentares ligados à agropecuária criou a Frente Ampla Ruralista. De acordo com o site institucional da FPA, dentre as conquistas desta mobilização destaca-se a inserção no texto constitucional dos direitos de propriedade rural em terras produtivas.

Em 1995, a bancada ruralista saiu da informalidade quando deputados e senadores fundaram a Frente Parlamentar da Agricultura. Anos mais tarde, em 2002, foi criada a Frente Parlamentar de Apoio à Agropecuária, “que em 2008 passou a ser denominada Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), para se adequar às regras de regulamentação criadas pela Câmara dos Deputados”³⁹.

³⁷ POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tWc3T3>. Acesso em: 15 mar. 2022.

³⁸ ZOCCHIO, Guilherme. O périplo do agronegócio no Brasil: da criação aos dias atuais. **O Joio e o Trigo**, 01 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JgsKPk>. Acesso em: 15 mar. 2022.

³⁹ FPA. Frente Parlamentar da Agropecuária. **História da FPA**. Disponível em: <https://bit.ly/3i7p4n4>. Acesso em: 15 mar. 2022.

A notoriedade da FPA ganhou novas nuances a partir de 2011, quando foi criado o Instituto Pensar Agro (IPA), entidade que passou a fazer a ponte entre agentes da agricultura, da indústria e do parlamento. Considerada como uma discreta e eficiente organização de lobby⁴⁰, o IPA realiza o planejamento estratégico das agendas prioritárias e lidera os contatos com a cúpula da FPA. Em síntese, o Instituto é o braço logístico da Frente.

“É o que a gente chama de *lobby* institucionalizado: o instituto foi criado para que associações [de produtores rurais] tivessem voz única perante o governo. O instrumento para ter essa voz única seria a Frente Parlamentar”, explicou um dos coordenadores do IPA, Gustavo Carneiro, em reportagem da *Agência Pública*, de junho de 2019⁴¹.

A relação de proximidade entre FPA e IPA transborda o nível institucional: o site da Frente Parlamentar da Agropecuária está registrado em nome do Instituto Pensar Agro⁴² e as duas têm o “mesmo e-mail para contato e o mesmo endereço – uma casa no Lago Sul, em Brasília, onde os parlamentares se reúnem todas as terças-feiras”⁴³ para unificar o discurso no Executivo e no Legislativo.

Apelidada de “bunker ruralista”, a mansão e os demais custos do IPA são mantidos por suas associadas. Uma matéria publicada no portal *De Olho Nos Ruralistas*, em maio de 2019, estimou que as mantenedoras do Instituto pagam uma mensalidade de, pelo menos, 20 mil reais cada uma⁴⁴. Se for levado em consideração que, atualmente, 45 associações têm seus interesses representados pelo IPA (quando ele foi criado, em 2011, eram apenas quatro)⁴⁵, a cada mês, são recolhidos quase um milhão de reais.

⁴⁰ PERES, João. Uma frente parlamentar de alimentação pilhada no açúcar. **O Joio e o Trigo**, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3w920wx>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁴¹ ANJOS, Anna Beatriz. O que querem os lobistas. **Agência Pública**, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CRVQ5u>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁴² PERES, João. Uma frente parlamentar de alimentação pilhada no açúcar. **O Joio e o Trigo**, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3w920wx>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁴³ ARROYO, Priscilla. Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária. **De Olho Nos Ruralistas**, 21 maio 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3tYQfpN>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁴⁴ Ibidem.

⁴⁵ ANJOS, Anna Beatriz. O que querem os lobistas. **Agência Pública**, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CRVQ5u>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Parte desse dinheiro é revertido para a FPA, fato que os próprios congressistas não negam⁴⁶, e como, por lei, as frentes parlamentares não podem ter orçamento próprio, o Instituto serve como canal para receber doações das associadas.

O dinheiro em caixa não é exclusividade da FPA. Quem também chama a atenção pelos recursos externos angariados é a Frente Parlamentar de Alimentação e Saúde (FPAS), criada em maio de 2019. “É atípico que uma frente parlamentar tenha endereço virtual. Mais atípico que tenha vídeos bem editados, um visual chamativo, artigos e notícias bem amarrados”, destaca matéria do portal *O Joio e o Trigo*, publicada em julho daquele ano⁴⁷.

O diretor executivo do IPA, o engenheiro agrônomo João Henrique Hummel, é tido como o maior estrategista do agronegócio no parlamento. Em um evento realizado para lobistas em julho de 2019, na cidade de São Paulo, ele explicou qual era a essência do trabalho feito pelo Instituto:

A gente aprendeu uma coisa que tentamos fazer hoje: tenho que politicar meu problema e botar na cabeça que ele é uma solução para a sociedade. Quem tem que contar [para a sociedade] que esse meu problema econômico pode virar social é o interlocutor designado pela Constituição, que é o parlamentar⁴⁸.

O *modus operandi* de transformar um problema econômico em uma questão social é perceptível nas ações da Frente Parlamentar da Alimentação e Saúde (FPAS). Consta no documento protocolado para a sua criação que o objetivo dela é construir políticas e ações para a promoção de hábitos e estilos de vida saudáveis⁴⁹. No cerne desse debate, porém, está o esforço em retirar dos produtos comestíveis ultraprocessados a culpa pela obesidade e doenças.

Na prática, a FPAS configura-se como mais uma das formas de articulação entre a agricultura patronal e a indústria, visto que uma fornece as *commodities* que servirão como matéria prima para a produção de mercadorias da outra.

⁴⁶ ARROYO, Priscilla. Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária. **De Olho Nos Ruralistas**, 21 maio 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3tYQfpN>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁴⁷ PERES, João. Uma frente parlamentar de alimentação pilhada no açúcar. **O Joio e o Trigo**, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3w920wx>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁴⁸ ANJOS, Anna Beatriz. O que querem os lobistas. **Agência Pública**, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CRVQ5u>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁴⁹ FPAS. Frente Parlamentar da Alimentação e Saúde. **Requerimento n. 1.415, de 2019**. Disponível em: <https://bit.ly/3w8uwyh>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Dentre as bandeiras levantadas pela FPSA estão: a revisão do Guia Alimentar para a População Brasileira – documento que recomenda evitar o consumo de ultraprocessados – e barrar a medida da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de criação de novos rótulos para as embalagens dos alimentos. O objetivo da Anvisa é alertar para a quantidade abusiva de sal, açúcar e gordura presentes nos produtos comestíveis industrializados e ultraprocessados.

Na época do lançamento da FPAS, o presidente da FPA, o deputado federal Alceu Moreira (MDB-RS), celebrou a criação da nova Frente: “É um novo braço da Frente Parlamentar da Agropecuária e trabalha com outro vértice, que é a alimentação, a saúde. Esse conceito vai levar o agro para o consumo, para o centro urbano”⁵⁰.

A articulação intersetorial entre as duas pontas, rural e urbana, não é de agora. Ela teve início com a aprovação do novo Código Florestal, em 2012, quando uniram forças para contestar, dentre outras questões, os direitos territoriais indígenas e de populações tradicionais⁵¹. Naquele momento, houve uma mudança no agronegócio.

Pompeia considera que quando diferentes segmentos da agropecuária e da indústria se unem para defender pautas em comum, a representação dos interesses do agronegócio se potencializa e atinge outro patamar, ampliando significativamente o seu poder institucional. Ao fazer uma retrospectiva dos padrões de atuação do setor, ele observa que, no princípio, o relacionamento entre os agentes privados e o Estado ocorria por meio do sindicalismo patronal.

No decorrer do tempo, essa forma de representação ficou obsoleta com o surgimento das associações e cooperativas, que passaram a agir de forma intersetorial. Mais recentemente, diferentes entidades ligadas à pecuária, agricultura e indústria se orquestraram politicamente. Desde então, verifica-se que defendem os mesmos posicionamentos a respeito de temas mais amplos, como questão indígena, ambiental, agrária, trabalhista e alimentar.

⁵⁰ PERES, João. Uma frente parlamentar de alimentação pilhada no açúcar. **O Joio e o Trigo**, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3w920wx>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁵¹ POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tWc3T3>. Acesso em: 15 mar. 2022.

“A regra tácita consiste em não emitir, para a opinião pública e para o Poder Executivo, sinais de diferenças entre agentes do agronegócio”, escreve Pompeia⁵². Um dos posicionamentos mais recentes foi a publicação de um manifesto de página inteira em jornais de circulação nacional, em maio de 2020, em apoio à política executada por Ricardo Salles no Ministério do Meio Ambiente⁵³.

Alvo de críticas de organizações como o Greenpeace e o Observatório do Clima, as ações do ministro de flexibilizar leis ambientais são respaldadas por representações importantes do agronegócio. Com o título “No meio ambiente, a burocracia também devasta”, a nota defende o desenvolvimento sustentável e condene a “agenda burocrática que utiliza a bandeira ambiental como instrumento para o travamento ideológico e irrazoável de atividades econômicas cumpridoras das leis e essenciais ao desenvolvimento econômico do país”⁵⁴.

Encabeçada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA), o documento foi assinado por 88 entidades, dentre elas representantes do setor canavieiro, que:

[...] interessado no avanço da produção na Amazônia, tem uma agenda própria no Congresso, com uma frente parlamentar específica [Frente Parlamentar pela Valorização do Setor Sucroenergético]. Está representado no manifesto pelas Associações dos Fornecedores de Cana do Extremo Sul da Bahia (AFCESBA), de Alagoas (Asplan), do Rio Grande do Norte (Asplana-RN), de Sergipe (Asplana-SE) e de Pernambuco (AFCP), entre outras organizações em São Paulo e no Nordeste. Além de quatro sindicatos ligados aos usineiros paranaenses e da poderosa União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica).

UNICA – UNIÃO DA INDÚSTRIA DA CANA-DE-AÇÚCAR

A União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA) é a associação que reúne empresários do setor sucroalcooleiro. Ela tem o como objetivo atuar no ambiente institucional como porta-voz dos interesses da categoria. Criada em 1997, é a

⁵² Ibidem.

⁵³ CASTILHO, Alceu Luís. Financiadores da bancada ruralista publicam anúncio em “total apoio” a Ricardo Salles. **De Olho Nos Ruralistas**, 26 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3I72HZK>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁵⁴ UOL. Entidades empresariais apoiam ministro e criticam lei ambiental burocrática. 26 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3CMr3ag>. Acesso em: 15 mar. 2022.

maior entidade patronal dos produtores de açúcar, etanol e bioeletricidade do Brasil. Ela é uma das mantenedoras do Instituto Pensar Agro (IPA).

Ao todo, 37 companhias estão associadas à UNICA. Além das gigantes do setor canavieiro Bunge e Raízen, também financiam a associação: Adecoagro, Água Bonita, Viralcool, Atvos, Grupo Balbo, Alto Alegre, Biosev, Usina Bazan, Clealco, Cocal, Cerradinho Bio, Usina Colombo, Copersucar, Cofco Intl, Furlan, Glencane, Ferrari, Usina Ipiranga, Nardini, Usina Granelli, Usina Pitangueiras, Pedra Agroindustrial, Santa Cruz, Usina Santa Lúcia (USL), Usina Rio Pardo, USL Ourinhos, São Martinho, Estiva BioEnergia, Usina Batatais, Usina Lins, Usina Santa Adélia, Grupo USJ, Vale do Paraná, Tereos e Zilor.

Apesar de cada uma dessas empresas possuir interesses e demandas diferentes, o esforço da UNICA, desde a sua criação, é fazer com que defendam objetivos em comum. Antes do surgimento da associação não havia interlocução entre os principais atores da cadeia produtiva, tornando as demandas do setor difusas e abrangentes. Ao construir uma “Agenda Comum” a UNICA uniu interesses que se mostravam destoantes em objetivos a serem perseguidos por todos⁵⁵.

O surgimento da associação é contemporâneo ao movimento, que teve início na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), de aproximação das cadeias produtivas agrícolas com segmentos governamentais.

Em sintonia com o aprofundamento do novo modelo econômico, estabilizado pelo Plano Real, o agronegócio começou a reconstruir as instâncias representativas perdidas no início do Governo Collor e agregar poder político dentro da nova lógica político/institucional introduzida pelo Governo FHC. Desta forma em 1997 é formada a UNICA⁵⁶.

No início, a associação abarcou apenas unidades industriais sucroalcooleiras de São Paulo. Foi no decorrer do tempo que empresas de outros estados foram sendo agregadas. No ano 2000, a UNICA passou por um processo de profissionalização, durante o qual foi criado o cargo de presidente e houve o investimento na “formação de um corpo burocrático altamente especializado e articulado com

⁵⁵ HENRIQUE NETO, Sylvio. **A defesa do etanol:** as estratégias da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) frente a US Environmental Protection Agency (EPA), de 2002 a 2010. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 103 p., 2013.

⁵⁶ Ibidem.

diversas instâncias do Governo”⁵⁷.

Sua aproximação com a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) ocorreu no contexto do debate do novo Código Florestal, nos primeiros anos da década de 2010, quando estava em questão, entre outros aspectos, a anistia de desmatadores e a redução de previsões de proteção ambiental⁵⁸.

No lançamento da FPAS, uma das presenças confirmadas foi a do diretor executivo da UNICA, Eduardo Leão de Sousa⁵⁹. Neste espaço, a associação tem trabalhado para defender o açúcar como um item fundamental para uma alimentação saudável e equilibrada.

Para o assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR), Carlos Eduardo Chaves Silva, o poderio da UNICA pode ser medido pela participação qualificada em espaços de decisão do governo, sendo que, não raro, a atuação dela é mais ativa do que a dos representantes da Confederação Nacional de Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

A CNA é o órgão máximo de representação oficial da agricultura patronal, frequentemente entendido pelo Estado como o principal agente a ser ouvido sobre esse segmento. A entidade consegue reunir em seu Conselho representantes das principais *commodities* agropecuárias e elabora relatórios que defendem o setor no Congresso e na imprensa⁶⁰.

“A UNICA tem mais força que a CNA, disso eu não tenho dúvidas”, afirma Silva, em entrevista concedida para esta pesquisa. “Se em uma mesa de negociação está a Contag [Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura], quem deveria estar do outro lado seria CNA, no entanto a participação ativa costuma ser da UNICA, a CNA fica ali por tabela”, complementa.

Atualmente, a associação é formada por um Conselho Deliberativo, integrado por representantes de suas associadas e uma equipe de executivos, especialistas e consultores técnicos, dedicados em tempo integral. Fazem parte da

⁵⁷ Ibidem.

⁵⁸ POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tWc3T3>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁵⁹ PERES, João. Uma frente parlamentar de alimentação pilhada no açúcar. **O Joio e o Trigo**, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3w920wx>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁶⁰ POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tWc3T3>. Acesso em: 15 mar. 2022.

equipe da UNICA, além dos três diretores – presidente, executivo e técnico –, dois consultores: um para assuntos ambientais e outro para questões sindicais e trabalhistas. Somam-se a eles dois assessores jurídicos e três gerentes: um para a área de Economia e Análise Setorial, outro com foco em bioeletricidade e um terceiro responsável pelo Administrativo e Financeiro. Completam a equipe dois representantes internacionais, um para a Europa e outro para a América do Norte. Ao todo, 12 profissionais atuam diretamente no funcionamento da associação.

A UNICA possui quatro sedes: uma em São Paulo, outra em Brasília e duas no exterior, sendo uma em Washington, nos Estados Unidos, e a outra em Bruxelas, na Bélgica. O escritório na capital federal concentra informações pertinentes ao setor e serve como centro de formação. “É lá que recebemos autoridades nacionais, embaixadores e representantes de embaixadas do mundo, em especial dos países que produzem ou consomem etanol e açúcar”, explica Evandro Gussi, presidente da UNICA em entrevista concedida ao veículo *RPA News*, em novembro de 2019⁶¹.

Dentre os espaços de decisão governamentais ocupados pela UNICA destacados por Silva estão a Comissão Permanente Nacional Rural (CPNR), o Grupo de Trabalho de revisão da Norma Regulatória 31 (NR 31) e o Compromisso Nacional.

A Comissão Permanente Nacional Rural (CPNR) definia normas de trabalho no campo, mas foi extinta pelo governo de Jair Bolsonaro (PL), em agosto de 2019 – assim como as demais comissões tripartites relacionadas à Saúde e Segurança no Trabalho⁶². A CNA era a titular, mas Silva estima que quase 60% da mesa era ocupada por representantes da UNICA.

Com o fim da CPNR as discussões sobre o ambiente laboral para as atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura passaram a ser feitas durante a revisão da Norma Regulatória 31 (NR 31).

A NR 31 é um documento extenso, com cerca de 700 itens, e considerado burocrático pelo setor produtivo, que espera uma revi-

⁶¹ RPA NEWS. Conheça Evandro Gussi, presidente da Unica e um dos pais do Renovabio. 22 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36kCxoW>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁶² LEITE, Adilton Dorival. Governo Bolsonaro extingue todas as Comissões Tripartites relacionadas à Saúde e Segurança no Trabalho. **Central dos Sindicatos Brasileiros**, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3qaBGyi>. Acesso em: 15 mar. 2022.

são e modernização das regras. Já representantes de empregados rurais e auditores fiscais do trabalho consideram que as mudanças podem precarizar a relação trabalhista no meio rural⁶³.

Ao observar a composição das comissões criadas para realizar a revisão da Norma Regulatória 31 é possível perceber a discrepância na representatividade. A CONTAR foi indicada pelas centrais sindicais e a CNA pelo setor patronal. “A gente até brincava e dizia ‘olha o desequilíbrio’, porque de um lado tinha dois advogados e um dirigente e do outro estava a UNICA com engenheiros, representantes das empresas do setor sucroalcooleiro, advogados”, relembra Carlos Eduardo Chaves Silva, que participou do processo de revisão.

Com isso, apesar de as discussões da Norma serem universais, elas tiveram como referência a atividade canavieira, avalia Silva. Para ele, em qualquer proposta de alteração que tenha impacto no setor rural, a UNICA tem um peso grande na discussão.

Outro protagonismo da UNICA destacado por Silva foi a participação no Compromisso Nacional, programa do Governo Federal lançado em junho de 2009 e concluído em abril de 2013. Elaborado por representantes dos usineiros, trabalhadores e governo, o objetivo era aperfeiçoar as condições de trabalho na cana-de-açúcar. A UNICA e o Fórum Nacional Sucroenergético participaram como representantes patronais. O acordo obteve a adesão voluntária inicial de 309 das 413 usinas que estavam em atividade no país naquele período⁶⁴.

“O Lula foi muito criticado na época por ter feito esse programa”, relembra Silva, “mas foi a primeira vez que um presidente se prontificou a apoiar a atividade sucroalcooleira com a condição de que os trabalhadores do setor fossem ouvidos”. De acordo com ele, historicamente a produção de cana-de-açúcar recebe incentivos estatais: desde a época do Brasil colônia até os dias atuais.

“É um setor que sempre recebeu dinheiro do governo e na primeira vez em que foi exigida uma contrapartida a iniciativa acabou sendo muito criticada por organizações da sociedade civil, Ministério Público do Trabalho e auditores fiscais e não houve renovação do programa”, lamenta.

⁶³ WALENDORFF, Rafael. Governo recebe sugestões para alterar norma que regula trabalho no campo. **Canal Rural**, 15 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3lfurv4>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁶⁴ REIMBERG, Maurício. Patrões não comprovam alto custo de comida para cortadores. **Repórter Brasil**, 04 ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3ld088C>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Na avaliação de Silva, o Compromisso Nacional conseguiu, de fato, promover mudanças estruturais na cadeia produtiva sucroalcooleira, que tinha a imagem maculada por graves questões sociais e ambientais, relacionadas, respectivamente, ao trabalho escravo e às queimadas, o que prejudicava as negociações com compradores internacionais.

Isso não significa a inexistência de problemas. Silva explica que casos de trabalho escravo ainda são encontrados no Nordeste, região onde o relevo local inviabiliza o uso de máquinas fazendo perdurar o corte manual da cana-de-açúcar – e como o mais recente, da WD Agroindustrial, em Minas Gerais, descrito na apresentação deste livro. Outro agravante foi a Reforma Trabalhista e a Lei da Terceirização, ambas aprovadas em 2017, que acarretaram o retorno de violações que haviam sido extintas. “O maior problema hoje da cana em Pernambuco é a terceirização da mão de obra”, afirma Silva.

Outro grave problema que manchava a imagem do setor eram as queimadas, procedimento que facilitava substancialmente a colheita manual da cana-de-açúcar. Em 2007, o então governador de São Paulo, José Serra (PSDB), emitiu o Protocolo Agroambiental que tinha como propósito acabar com o uso do fogo nos canaviais. De imediato, a medida acarretou a mecanização da produção no estado com a maior área plantada de cana no Brasil, mas também acabou com empregos, de uma hora para a outra, sem que houvesse a reinserção dos trabalhadores da cana em novas atividades.

Na ocasião, assinaram o documento Eduardo Pereira de Carvalho, presidente da UNICA, dois secretários de estado e o governador⁶⁵. O site da UNICA informa que dentre os objetivos do protocolo constava a necessidade de inserir nas atividades agrícolas e industriais ações que estimulassem a sustentabilidade da cadeia produtiva de açúcar, etanol e bioenergia⁶⁶. Uma versão extraoficial apresenta outro motivo, desassociado da causa ambiental, para a mudança na cadeia produtiva. Especula-se que houve pressão das elites locais das cidades produtoras de cana que se incomodavam com a fuligem produzida pelas queimadas.

Esse episódio do processo de mecanização da cadeia, marcado pela falta de preocupação com a reinserção no mercado de trabalho dos cortadores de cana

⁶⁵ G1. SP quer acabar com queimadas em canaviais. 05 jun. 2007. Disponível em: <https://glo.bo/3CHnphK>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁶⁶ UNICA. **Protocolo Agroambiental**. Disponível em: <https://bit.ly/3q2BQYD>. Acesso em: 15 mar. 2022.

que tiveram sua função extinta, coloca em xeque o discurso de sustentabilidade defendido por entidades sucroalcooleiras. Outro caso marcante foi o posicionamento do setor em barrar do Compromisso Nacional o item relativo ao fornecimento de marmitas para os trabalhadores durante as colheitas. "O sistema de alimentação é muito caro e tem uma logística complicadíssima", alegou à *Repórter Brasil* o então presidente da UNICA, Marcos Jank, em matéria publicada em agosto de 2009⁶⁷.

Por que ao tratar da sustentabilidade a maioria das empresas foca na questão ambiental, preocupando-se em menor intensidade com aspectos trabalhistas?

SUSTENTABILIDADE

Assim como as demais cadeias do agronegócio, o setor sucroalcooleiro tem se utilizado da pauta da sustentabilidade para se autopromover. Mas o termo é relativo, variando “de acordo com o que os importadores de produtos brasileiros passam a exigir”, segundo Carlos Eduardo Chaves Silva, assessor jurídico da Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR). Para ele, em síntese, a estratégia das cadeias produtivas consiste em “limpar o seu produto para poder vender para o mundo”.

“A gente não pode desconsiderar que eventualmente as grandes empresas querem melhorar as condições de trabalho dos seus empregados, mas o principal motivo é que o mercado é relativamente exigente”, avalia Silva sobre as motivações das mudanças. Ele, que há cerca de dois anos tem participado de discussões sobre os selos de responsabilidade socioambiental, explica que toda vez que uma cadeia é certificada o número de clientes dela aumenta. “Os compradores internacionais são exigentes com isso”, explica, ressaltando a importância que os selos de certificação têm para as entidades do agronegócio.

No setor sucroalcooleiro, o selo de referência é o da Bonsucro, uma organização global sem fins lucrativos, que liga seu nome a um produto ou processo que tenha sido certificado por uma auditoria independente em conformidade com

⁶⁷ REIMBERG, Maurício. Patrões não comprovam alto custo de comida para cortadores. **Repórter Brasil**, 04 ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3Id088C>. Acesso em: 15 mar. 2022.

o padrão estabelecido pela entidade⁶⁸, informa o guia em português disponibilizado no site da organização. Em teoria, a certificação da Bonsucro garante o cumprimento de padrões de qualidade e o respeito a normas internacionais de produção sustentável e ambientalmente responsável. Na prática, ele possui algumas fragilidades.

Dentre os problemas do selo identificados pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais (CONTAR) estão:

- **Falhas de transparência:** inexistência de banco de dados informando quais são as usinas certificadas e ausência de segregação de produtos. Este segundo aspecto pode ser ilustrado com o seguinte exemplo: se uma usina possui 10 fazendas e apenas uma delas é certificada, o selo da Bonsucro não exige que a cana-de-açúcar daquela propriedade seja processada separadamente das demais. Estima-se a capacidade de produção da fazenda certificada e concede-se o selo para esta quantidade. Isso dá precedente para que a cana certificada da usina tenha procedência de qualquer uma das 10 fazendas.
- **Falta de consulta aos sindicatos:** o processo de certificação exige que os trabalhadores sejam ouvidos sobre as condições laborais. No entanto, a CONTAR avalia que esse não é o melhor método, porque permite que sejam escolhidos a prestar depoimento funcionários alinhados com as empresas ou aqueles que têm receio de denunciar eventuais irregularidades. Outra questão é que dificilmente um trabalhador denunciará problemas a uma pessoa que lhe é estranha, como um auditor privado, com o qual ele não tenha confiança. Por isso, o recomendado seria ouvir o sindicato da categoria.
- **Visitas pré-agendadas:** as auditorias são feitas anualmente e com data marcada.

⁶⁸ BONSUCRO. **Guia para o padrão de produção:** incluindo o padrão de produção da Bonsucro UE. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3MUs4kY>. Acesso em: 15 mar. 2022.

- **Elaboração de normas que são distantes da realidade dos trabalhadores:** não há efetiva participação deles na elaboração das normas e algumas medidas que buscam essa aproximação são incoerentes. Por exemplo, a determinação de que haja uma caixa de sugestões por escrito não garante o anonimato e não leva em consideração o fato de que no meio rural muitos dos trabalhadores são analfabetos.
- **Processo pouco democrático:** há predominância de entidades ou pessoas vinculadas ao setor patronal no processo de emissão do selo. Uma das representantes da Bonsucro no Brasil foi, por anos, funcionária de recursos humanos de uma usina sucroalcooleira. Outro exemplo mais recente é o de Elisabeth Farina, a economista que esteve à frente da UNICA de 2012 a 2018. Em janeiro de 2020, ela foi nomeada para o conselho de administração da Bonsucro. A CONTAR avalia que deveria haver mecanismos mais efetivos de estímulo à participação de representantes de trabalhadores.

A prevalência de representantes dos empregadores nesses espaços ocorre, na avaliação de Carlos Eduardo Chaves Silva, porque o movimento sindical, ciente das fragilidades do processo, não o reconhece como legítimo e sempre se recusou a ocupar os espaços disponibilizados. As empresas, por outro lado, buscam fortalecer esse instrumento que amplia a visibilidade delas no mercado externo. Além dos selos de qualidade, outras ações são mobilizadas para a construção de uma boa imagem para o setor.

AS SUCROALCOOLEIRAS E OS POLÍTICOS

Paralelamente às ações coordenadas pela União da Indústria de Cana de Açúcar (UNICA), algumas sucroalcooleiras mantêm relações diretas com ruralistas influentes. As empresas financiam campanhas e negociam interesses em comum diretamente com alguns políticos.

Segundo o Tribunal Superior Eleitoral, em 2018, a então deputada federal Tereza Cristina recebeu 100 mil reais de Marcos Marinho Lutz, na época diretor presidente da Cosan, e 50 mil reais de Rubens Ometto Silveira Mello, presidente

do Conselho de Administração do mesmo grupo. Na eleição de 2014, quando ainda era possível que empresas financiassem campanhas eleitorais, o Cosan doou 200 mil reais para Tereza Cristina. Naquele mesmo ano, ela ainda recebeu 100 mil reais da Adecoagro, associada à UNICA, 40 mil reais de Roberto de Rezende Barboza, um dos maiores acionistas da Cosan, e 30 mil reais da Usina Rio Claro, pertencente à empresa Atvos.

Hoje, Tereza Cristina é a Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Brasil, vinculada ao governo de Jair Bolsonaro. A pasta é responsável pela gestão de políticas públicas voltadas à agropecuária, além da regulação e normatização de serviços deste setor. Ela também foi presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

O atual governador do Estado do Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja, também teve sua campanha financiada por empresas sucroalcooleiras. Em 2014, ele recebeu 200 mil reais da Usina Santa Luzia, da Atvos, e mais 100 mil reais da Adecoagro. Outro político, o ex-senador Waldemir Moka, também foi beneficiado pelas sucroalcooleiras e recebeu 300 mil reais da Cosan em 2010.

Em 2013, os três políticos participaram do "Leilão da Resistência"⁶⁹, evento organizado pela Associação dos Criadores de Mato Grosso do Sul (Acrisul) e Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul), que também teve apoio da bancada ruralista. O objetivo era impedir o avanço de novas retomadas de terras reivindicadas por indígenas em áreas de interesse dos agricultores. Há anos existe um impasse no Mato Grosso do Sul em relação à demarcação de terras e o intuito deste evento era, objetivamente, tentar resolver a questão "pelas próprias mãos". Com o montante arrecadado, os organizadores planejavam mobilizar produtores, pagar advogados, divulgar o movimento e contratar seguranças privados para as fazendas⁷⁰.

A questão indígena no Mato Grosso do Sul será abordada mais adiante neste estudo. Em resumo, muitas das terras indígenas já foram identificadas e delimitadas pela Funai, mas o processo de demarcação não avançou. Hoje, os povos indígenas vivem cercados pelo agronegócio e sofrem com intoxicação por

⁶⁹ INDRIUNAS, Luís. No MS, protagonistas do leilão da resistência procuram se manter no poder. **De Olho Nos Ruralistas**, 02 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3KMNPKO>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁷⁰ CALIARI, Tânia. Adeus, Guyraroká. **Agência Pública**, 08 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CHLuFa>. Acesso em: 15 mar. 2022.

agrotóxicos, falta de autonomia alimentar, dificuldade de acesso à água e saneamento básico, além da alta densidade populacional, ao passo que suas terras não são devolvidas. Estima-se que os indígenas ocupem uma parte ínfima do espaço que lhes pertence. São muitas as idas e vindas na justiça, justamente por serem áreas de grande interesse dos agricultores e indústrias da região.

Há também muita violência. O Conselho Missionário Indigenista (CIMI) estima que, a cada dois assassinatos de indígenas registrados no Brasil, um aconteceu no Mato Grosso do Sul, entre 2003 e 2014. De acordo com o CIMI, o estado tem a segunda maior população indígena e pior distribuição de terras⁷¹.

O CIMI fez denúncias⁷² contra o leilão, afirmando que, além de contratar seguranças, o objetivo era a formação de milícias para impedir que os indígenas retornassem às suas terras reivindicadas.

Os organizadores do “Leilão” declararam aos jornalistas que os fundos arrecadados seriam para a contratação de segurança privada às propriedades localizadas em terras indígenas, além de compra de armamentos e formação de milícia. Fazendeiros e ruralistas falam abertamente em se armar ‘oficialmente’ contra indígenas há tempos. No submundo, porém, contratam empresas de segurança para serviços de pistolegaria, caso do assassinato do cacique Nísio Gomes Guarani Kaiowá⁷³.

Uma ação contra o leilão chegou a ser proposta pela Aty Guasu – Guarani Kaiowá – e pelo Conselho Terena. A juíza Janete Lima Miguel, da Justiça Federal de Campo Grande (MS), determinou o cancelamento do evento. Em sua decisão, ela afirmou que o comportamento dos organizadores era ilícito, "visto que pretendem substituir o Estado na solução do conflito existente entre a classe ruralista e os povos indígenas, contrariando, dessa forma, a norma insculpida no artigo 144 da Constituição Federal". Ela ainda afirmou que o leilão tinha um potencial de incentivar a violência, o que vai de encontro aos princípios constitucionais de direito à vida, à segurança e à integridade física⁷⁴.

⁷¹ CACI. Cartografia de Ataques Contra Indígenas. **Um genocídio em curso no Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <https://bit.ly/3le0hbC>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁷² CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Resposta ao impedimento judicial do ‘Leilão da Milícia’ veio com atentado e ameaças de morte.** 06 dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3KNrP9G>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ A íntegra da decisão está disponível em .pdf neste link: <https://bit.ly/3w5nllb>.

Dois dias depois, a decisão da juíza foi revertida pelo juiz Pedro Pereira dos Santos, também de Campo Grande, em um movimento considerado atípico por alguns advogados. Ele acabou por autorizar o leilão, que aconteceu no dia 7 de dezembro na sede da Acrissul, e contou com a presença de fazendeiros, empresários e muitos políticos conhecidos nacionalmente.

Além dos já citados Tereza Cristina, Geraldo Resende e Waldemir Moka, participaram do leilão o ex-ministro da Saúde e na época deputado federal Henrique Mandetta (DEM), o ex-senador e atual governador de Goiás Ronaldo Caiado (DEM), a senadora Kátia Abreu (PDT) e o deputado federal Carlos Marun (MDB). A participação explícita de grandes representantes do Estado brasileiro – alguns financiados por empresas sucroalcooleiras – se configura como uma poderosa articulação contra a população indígena, hoje marginalizada e vulnerável.

Mesmo que ainda existam graves violações de direitos humanos como este leilão – mas não só, como abordaremos adiante –, as empresas sucroalcooleiras continuam afirmando que adotam os mais altos padrões de conduta e boas práticas em seus processos produtivos. A Raízen, por exemplo, possui a certificação internacional da Bonsucro, que garante a boa imagem da empresa no exterior. Curiosamente, foi e é uma das maiores doadoras de campanha de ruralistas.

A INDÚSTRIA E O GUIA ALIMENTAR

Na outra ponta da cadeia produtiva, que concerne os consumidores, a indústria sucroalcooleira também atua em favor exclusivo de seus interesses. O Ministério da Saúde publicou, em 2014, a segunda versão do Guia Alimentar para a População Brasileira, trazendo recomendações de alimentação saudável⁷⁵. Desde então, as indústrias de alimentos, representadas pela Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), vêm criticando-o duramente.

O documento elaborado junto ao Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens – USP) usa a classificação NOVA dos alimentos – que os separa acordo com o grau de processamento –

⁷⁵ MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3pgTmX5>. Acesso em: 15 mar. 2022.

e desaconselha o consumo de ultraprocessados, muitos produzidos por tais indústrias. Esses produtos contêm, em suas formulações, grandes quantidades de açúcar, gorduras, amido modificado e aromatizantes.

O guia brasileiro é considerado um dos melhores do mundo, justamente por ter uma linguagem comprehensível e direcionada à população brasileira, diferente da versão anterior direcionada a profissionais da saúde e nutrição. Ele também inova ao abordar o impacto ambiental e as dimensões culturais e sociais das práticas alimentares.

O documento estabelece quatro categorias de processamento: 1) ***in natura* ou minimamente processados** (alimentos obtidos diretamente de plantas ou de animais); 2) **processados** (fabricados pela indústria com a adição de sal ou açúcar ou outra substância a alimentos *in natura* para torná-los duráveis e mais agradáveis ao paladar); 3) **óleos, gordura, sal e açúcar** (produtos extraídos de alimentos *in natura* ou da natureza e usados para temperar e cozinhar alimentos); e 4) **ultraprocessados** (formulações industriais feitas inteiramente ou majoritariamente por óleos, gorduras, açúcar, amido, proteínas, amido modificado, corantes, aromatizantes, realçadores de sabor e outros aditivos para tornar os produtos mais atraentes)⁷⁶.

Em relação aos ultraprocessados, o guia é direto: eles têm composição desbalanceada, afetam negativamente a cultura, a vida social e o ambiente e estão relacionados à obesidade e outras doenças crônicas. O documento, portanto, desaconselha o consumo destes produtos:

Evite alimentos ultraprocessados. Devido a seus ingredientes, alimentos ultraprocessados – como biscoitos recheados, salgadinhos de pacote, refrigerantes e macarrão instantâneo – são nutricionalmente desbalanceados. Por conta de sua formulação e apresentação, tendem a ser consumidos em excesso e a substituir alimentos *in natura* ou minimamente processados. Suas formas de produção, distribuição, comercialização e consumo afetam de modo desfavorável a cultura, a vida social e o meio ambiente⁷⁷.

Para as indústrias produtoras de ultraprocessados, o guia é um obstáculo a mais em seu modelo de negócio, pois desestimula o consumo de seus produtos.

⁷⁶ Ibidem.

⁷⁷ Ibidem, p. 39.

Com uma maior aproximação entre o setor e o governo federal nos últimos anos, a movimentação para alterar o guia alimentar se intensificou. A ação mais recente está ligada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), comandado pela ministra Tereza Cristina, já citada por sua relação estreita com empresas sucroalcooleiras.

Em setembro de 2020, a Secretaria de Política do Mapa elaborou, sob demanda da ministra⁷⁸, a Nota Técnica n. 42/2020, que pede a revisão do Guia Alimentar, dando ênfase à questão dos ultraprocessados. Através do documento, o Ministério justifica seu pedido afirmando que a classificação de alimentos é confusa, incoerente e impede de ampliar a autonomia das escolhas alimentares pela população, além de "prejudicar a correta formação de diretrizes para promover a alimentação adequada e saudável".

O Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (Nupens – USP) se posicionou em relação à nota técnica. Segundo o Núcleo, os argumentos apresentados são frágeis, inconsistentes, e a avaliação do Guia alimentar foi desrespeitosa, além de absurda. Para o núcleo, a ação se configura "como um descabido ataque à saúde e à segurança alimentar e nutricional do nosso povo". Isso porque, segundo o Nupens, a nota técnica usou uma argumentação desqualificada para criticar o Guia Alimentar, sem o amparo de evidências científicas. O Nupens demonstra que o texto do Ministério da Agricultura utilizou conclusões de trabalhos científicos que simplesmente não se referiam à classificação NOVA ou ao Guia⁷⁹.

Mas não foi apenas na comunidade científica brasileira que a nota técnica do Ministério da Agricultura causou irritação. Uma carta assinada por 33 cientistas do mundo inteiro foi enviada à Tereza Cristina contestando o texto⁸⁰. Eles questionam o fato de o Ministério da Saúde não mencionar o rápido crescimento de alimentos ultraprocessados no Brasil e o impacto negativo desses produtos na

⁷⁸ ZOCCHIO, Guilherme. Ministério da Agricultura reforça ofensiva para derrubar Guia Alimentar, referência internacional. **O Joio e o Trigo**, 17 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tcvFTC>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁷⁹ NUPENS. Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo. **Manifestação do Nupens/USP sobre a Nota Técnica nº 42/2020 do Ministério da Agricultura com descabidos ataques ao Guia Alimentar para a População Brasileira**. 17 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3w9fZCt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁸⁰ ALVES, Gabriel; WATANABE, Phillippe. Cientistas rechaçam em carta mudança em Guia Alimentar para a População Brasileira. **Folha de S. Paulo**, 23 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tckQ3Y>. Acesso em: 15 mar. 2022.

saúde da população. Também reiteram que muitos países, incluindo França, Israel, Canadá, México, Chile e Uruguai, estão usando o NOVA como uma ferramenta para educar suas populações. Os 33 cientistas ainda pontuam as relações entre os ultraprocessados e problemas de saúde:

A associação do consumo de alimentos ultraprocessados com sobrepeso e obesidade, diabetes, hipertensão, dislipidemias, doenças cardiovasculares, acidente vascular cerebral, câncer de mama, depressão, fragilidade em idosos e mortalidade geral foi demonstrada por cuidadosos estudos longitudinais conduzidos em grandes amostras de indivíduos de diferentes países, incluindo os EUA, Reino Unido, Espanha e França, bem como o Brasil⁸¹.

Dois meses antes da publicação de sua nota técnica, Tereza Cristina se reuniu com o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia), João Dornellas, para discutir, justamente, a revisão do Guia Alimentar⁸².

O discurso da Abia foi semelhante ao do Ministério da Agricultura. Em nota⁸³, a Associação afirmou que apoia a existência do Guia, mas que o documento precisa ser constantemente revisado "à medida que a ciência avança". Para a Abia, os ultraprocessados podem ser considerados bons alimentos e, portanto, a classificação do guia apresentou lacunas. A Abia ainda traz um dado afirmando que o Brasil supostamente estaria na 86^a posição de um ranking entre guias alimentares do mundo todo, segundo um estudo de Springmann et al.

Acontece que os autores – vinculados às universidades de Oxford e Harvard –, quando tomaram conhecimento do uso de seu estudo para criticar o Guia, divulgaram nota afirmando que a Abia fez uma interpretação grosseira dos dados. Em entrevista ao jornal *O Estado de São Paulo*⁸⁴, os pesquisadores disseram não compreender de onde a Abia tirou a afirmação de que o Brasil estaria na 86^a posição

⁸¹ A íntegra da carta está disponível na reportagem da *Folha de S. Paulo* e pode ser baixada neste link: <https://bit.ly/3ClqU7E>.

⁸² A informação consta na agenda da ministra para o dia 23 de julho de 2020: <https://bit.ly/3iavAJZ>.

⁸³ ABIA. Associação Brasileira da Indústria de Alimentos. **Posicionamento ABIA – Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) sobre o pedido de revisão do Guia Alimentar Brasileiro feito pelo MAPA**. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3lda3uL>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁸⁴ CAMBRICOLI, Fabiana. Cientistas estrangeiros acusam entidade da indústria de deturpar estudo para criticar guia alimentar. **O Estado de S. Paulo**, 21 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/36kR0S6>. Acesso em: 15 mar. 2022.

de um suposto ranking trazido no estudo. Para os autores, a indústria citou uma classificação que não existe, deturpando o estudo e fazendo referência indevida.

Após toda a repercussão negativa, a ministra Tereza Cristina voltou atrás, devolveu a nota técnica à Secretaria de Política Agrícola e solicitou reformulação do documento.

A CIÊNCIA COMO ALIADA

No processo de profissionalização do setor sucroalcooleiro representado pela UNICA, é possível perceber esforços para sensibilizar no sentido da defesa dos seus interesses públicos alheios à cadeia produtiva da cana, como por exemplo cientistas, ambientalistas, políticos e sociedade civil.

No caso da mobilização da comunidade científica, um dos responsáveis foi Marcos Jank, presidente da associação entre 2007 e 2013. Formado em engenharia agronômica pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ-USP), foi professor da instituição de 1989 até 2007, ano em que assumiu a chefia da UNICA. Durante a sua gestão, o governo dos Estados Unidos classificou o etanol de cana-de-açúcar como biocombustível avançado e derrubou as elevadas tarifas que incidiam há três décadas sobre o etanol importado⁸⁵.

Uma dissertação⁸⁶ analisou esse caso, abordando o *lobby* feito pela UNICA para transformar o etanol em *commodity* global, e apontou as estratégias utilizadas pela entidade dentro do Brasil e nos Estados Unidos para ampliar a produção bioenergética. Destaca-se, neste episódio, o uso de estudos científicos como estratégia de convencimento.

Internamente, a UNICA conseguiu fazer com que as lideranças da cadeia produtiva sucroalcooleira e entidades governamentais defendessem o mesmo ponto em comum: a comercialização do biocombustível brasileiro. Para além dos

⁸⁵ GLOBO RURAL. Marcos Jank deixa presidência da Unica. 27 mar. 2012. Disponível em: <https://glo.bo/3tdr6sf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁸⁶ HENRIQUE NETO, Sylvio. **A defesa do etanol:** as estratégias da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) frente a US Environmental Protection Agency (EPA), de 2002 a 2010. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 103 p., 2013.

argumentos de cunho econômico, a associação ampliou a defesa do etanol ao vinculá-lo a pautas mais amplas, como o aquecimento do planeta e a sustentabilidade.

Apesar de o cultivo da cana-de-açúcar contar com práticas que contribuem para o aquecimento global – como, por exemplo, a queimada de canaviais e o desmatamento para o avanço da monocultura –, a UNICA conseguiu obliterar esses aspectos ao apontar para os combustíveis fósseis como os responsáveis pelos danos ao planeta⁸⁷.

De acordo com o estudo de Henrique Neto, esse movimento permitiu inverter o olhar sobre o etanol brasileiro. Ao invés de ser associado como um dos fatores para o aquecimento global, ele passou a ser visto como solução para a redução de emissão de CO₂.

Ciente da necessidade de compor uma sólida base de argumentos científicos que sensibilizasse especialistas nacionais e internacionais atrelados à proteção do meio ambiente para a importância do etanol brasileiro, o então presidente da UNICA, Marcos Jank, acionou o Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (ICONE) para a elaboração de estudos científicos.

Não por coincidência, o fundador do ICONE foi o próprio Marcos Jank, que esteve na liderança do Instituto de março de 2003 até junho de 2007, quando assumiu a cadeira na UNICA. Desse momento em diante, “o Instituto começou a privilegiar as pesquisas que envolviam o etanol e seus impactos nacionais e internacionais para se posicionar como um importante ‘player’ de referência nacional a partir de 2008”⁸⁸.

Dentre os estudos que embasaram a argumentação da UNICA na defesa do etanol brasileiro consta a pesquisa, feita em 2010, que tinha o seguinte título: “Contribuição do setor sucroalcooleiro para a matriz energética e para a mitigação de gases do efeito estufa no Brasil”. O estudo foi patrocinado pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE) e realizado em parceria com seguintes órgãos públicos:

- Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios (APTA), da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo;
- Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI);

⁸⁷ Ibidem.

⁸⁸ Ibidem.

- Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol (CTBE), um dos braços de uma Organização Social supervisionada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI);
- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), da Universidade de São Paulo (USP);
- Núcleo Interdisciplinar de Planejamento Energético (NIPE), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp);
- Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI)⁸⁹.

Estabelecer vínculos com a comunidade científica para defender interesses econômicos não é uma estratégia exclusiva da UNICA. Reportagem publicada pelo *The Intercept Brasil* demonstra como Coca-Cola, Nestlé, Unilever e Danone utilizaram-se do apoio da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (Sban) em benefício próprio.

Na época, estava em discussão a medida da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que criava rótulos para as embalagens dos alimentos industrializados e ultraprocessados. O objetivo da Anvisa era alertar para a quantidade abusiva de sal, açúcar e gordura. “Parece ilógico que uma sociedade de nutricionistas se posicione contra uma medida que visa alertar sobre excesso de componentes prejudiciais à saúde e dar transparência para a composição de alimentos, mas é isso o que acontece”, observa a reportagem⁹⁰.

Em 2017, a Danone patrocinou o congresso da Sban. A organização científica chegou a emitir um posicionamento tentando conter as notícias negativas associadas ao leite⁹¹. Em 2015, a UNICA iniciou a campanha Doce Equilíbrio, em defesa do consumo de açúcar, promovendo-o como um item fundamental para uma alimentação balanceada. A iniciativa terminou em 2018, mas o perfil nas redes sociais continua ativo.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ PERES, João. Como funciona o lobby da Nestlé, Unilever e Danone para esconder o excesso de sal, gordura e açúcar nos rótulos. **The Intercept Brasil**, 14 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3CHZjU4>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁹¹ PERES, João. Uma frente parlamentar de alimentação pilhada no açúcar. **O Joio e o Trigo**, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3w920wx>. Acesso em: 15 mar. 2022.

No Facebook, a última postagem da campanha, publicada em 8 de maio de 2018, traz dados de uma pesquisa feita pela Universidade de Minnesota, nos Estados Unidos, segundo a qual “as medidas que restringem apenas o consumo de açúcar são ineficazes para a prevenção de doenças”⁹². O discurso é semelhante ao da Frente Parlamentar da Alimentação e Saúde (FPAS), que defende para uma vida saudável o consumo de todos os tipos de alimento, inclusive os produtos comestíveis ultraprocessados, e que, em paralelo, as pessoas façam exercícios físicos e tenham uma boa noite de sono.

Na época da campanha Doce Equilíbrio, a presidente da UNICA era Elizabeth Farina. Antes de assumir a chefia da associação sucroalcooleira, ela trabalhou como professora da Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (FEA/USP) de 1982 a 2012. Concomitantemente, foi chefe do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) – autarquia federal vinculada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública – entre 2004 e 2008, e coordenadora-adjunta do PENSA – Centro de Conhecimento em Agronegócios (antigo Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial), ligado à USP.

Elizabeth Farina entrou na associação no lugar do engenheiro agrônomo Marcos Jank, que havia deixado a presidência da UNICA em junho de 2012, devido, especula-se, à falta de diálogo com a então presidente do país, Dilma Rousseff (PT). Durante o mandato do seu antecessor, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), as lideranças patronais do setor sucroalcooleiro mantiveram intensa relação com o governo federal.

Na época da transição, foi noticiado que “segundo o Presidente do Conselho Deliberativo da UNICA, Pedro Parente, Farina traz para a função credenciais técnicas e experiência acumulada em posições relevantes no governo federal”⁹³. Uma versão extraoficial aponta que, dentre os motivos para a escolha de uma mulher para o cargo de liderança da associação, estava a intenção de viabilizar o diálogo com Dilma Rousseff.

⁹² A postagem da campanha no Facebook pode ser lida neste link: <https://bit.ly/3i9a5cn>.

⁹³ CANAL RURAL. Unica anuncia Elizabeth Farina como nova diretora-presidente da entidade. 02 out. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3ClxpY9>. Acesso em: 15 mar. 2022.

Na Faculdade de Economia, Administração e Ciências Contábeis da Universidade de São Paulo (FEA/USP), Farina foi colega do Decio Zylbersztajn, criador do primeiro programa de *agribusiness* no Brasil e considerado uma das principais autoridades acadêmicas no país sobre a noção de agronegócio⁹⁴. O professor Zylbersztajn foi o orientador de Marcos Jank durante o doutorado. De acordo com Pompeia, a USP foi uma das instituições acadêmicas de prestígio que mobilizou pesquisadores em prol do agronegócio⁹⁵.

A retirada de Elizabeth Farina do cargo de lideranças da associação ocorreu antecipadamente, visto que em 15 de maio de 2018 ela havia sido reeleita pelo conselho administrativo da UNICA para um novo mandato, até 2020. Oficialmente, a associação declarou que, entre os motivos da mudança, a saída ocorria como parte de um plano de sucessão aliado a um novo governo que estava em formação no Brasil.

Empresários do setor contaram à reportagem que um novo perfil de executivo, alinhado à política de governo do eleito Jair Bolsonaro, será buscado no mercado por meio de um *headhunter*. "Novo governo, novo perfil", resumiu um deles⁹⁶.

Desde fevereiro de 2019, o presidente da instituição é Evandro Gussi, que foi deputado federal pelo estado de São Paulo de fevereiro de 2015 até fevereiro de 2019. Filiado ao Partido Verde, o advogado, doutor em Direito do Estado, ingressou na carreira política em 2014. O perfil político de Gussi colaborou para escolha dele como novo presidente da UNICA, uma vez que a “entidade quer estreitar o diálogo com o governo de Jair Bolsonaro e aproveitar o bom trânsito do deputado entre as bancadas ruralista e ambiental”⁹⁷.

A aproximação de Evandro Gussi com o setor sucroalcooleiro ocorreu quando ele foi apresentado ao RenovaBio. A UNICA participou ativamente na elaboração do projeto, considerado o maior programa de descarbonização da matriz de transportes do mundo⁹⁸. Lançado pelo Ministério de Minas e Energia em

⁹⁴ POMPEIA, Caio. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

⁹⁵ Ibidem.

⁹⁶ BRASIL AGRO. Elizabeth Farina deixará presidência da Unica em 31 de março de 2019. 09 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3tZOB7I>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁹⁷ CEISE-BR. Evandro Gussi será o novo presidente da Unica. 30 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CKOLU8>. Acesso em: 15 mar. 2022.

⁹⁸ UNICA. **Balanço de atividades**: 2012/13 a 2018/2019. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/365fY7Y>. Acesso em: 15 mar. 2022.

dezembro de 2016, o RenovaBio tem o objetivo de expandir a produção de bio-combustíveis no Brasil. Evandro Gussi foi responsável por levar o projeto à Câmara dos Deputados⁹⁹.

O embate mais recente travado pelo setor foi pela suspensão da cota de isenção tarifária para a importação do etanol. A regra que previa tarifa zero para mais da metade da importação média do combustível, criada em 2010, perdeu a validade no dia 30 de agosto de 2020. O temor dos produtores brasileiros era que Bolsonaro renovasse a medida que favorecia os Estados Unidos. A partir de então, o imposto de importação de 20% passou “a incidir sobre todo o etanol que entre no Brasil e não seja de países integrantes do Mercosul”, conforme reportagem da *TV Globo*¹⁰⁰.

Ao ser entrevistado sobre o assunto, o presidente da UNICA, Evandro Gussi, declarou que “essa decisão é absolutamente acertada e os interesses brasileiros foram os que prevaleceram nesse momento importante para a indústria e para o país”. E completou: “Os americanos não aceitaram oferecer qualquer contrapartida como, por exemplo, uma isenção para tarifa de importação lá do nosso açúcar, que hoje é de 140%”¹⁰¹.

⁹⁹ RPA NEWS. Conheça Evandro Gussi, presidente da Unica e um dos pais do Renovabio. 22 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36kCx0W>. Acesso em: 15 mar. 2022.

¹⁰⁰ LEAL, Vinicius. Brasil decide não renovar tarifa zero para cota de importação de etanol. **TV Globo**, 31 ago. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3MTkTt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

¹⁰¹ Ibidem.

CAPÍTULO V

A COCA-COLA NO BRASIL

O presente capítulo tem como foco a atuação do complexo Coca-Cola no Brasil, passando por fábricas, engarrafadoras e usinas fornecedoras. O ponto central é a atuação da multinacional na Amazônia por meio da Recofarma, empresa que produz o concentrado do refrigerante distribuído em todo país e exportado para a Venezuela, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Bolívia. A Recofarma está situada na Zona Franca de Manaus e obtém incentivos fiscais que causam distorção tributária.

Até 2018, o valor total que deixou de entrar nos cofres públicos a cada ano chegou a R\$ 2 bilhões por conta desses benefícios para os fabricantes de refrigerantes e bebidas açucaradas. Apenas em 2019, de acordo com a ACT - Promoção da Saúde, as indústrias do setor que operam na Zona Franca de Manaus deixaram de pagar R\$ 3 bilhões¹⁰². Além disso, a Coca-Cola é investigada pela Receita Federal por suspeita de superfaturamento com o xarope produzido na Recofarma¹⁰³.

A ATUAÇÃO DA EMPRESA

A The Coca-Cola Company engloba 500 marcas e 4,3 mil produtores vendidos em 200 países¹⁰⁴. A companhia é responsável por adquirir cerca de 14% do açúcar comercializado no mundo¹⁰⁵, cifra que a coloca como uma das três maiores compradoras do produto¹⁰⁶.

¹⁰² MATTOS, Rosa. ACT lança campanha por menos benefícios fiscais para indústria de bebidas adoçadas. **ACT - Promoção da Saúde**, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3CO5ZjF>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁰³ WIZIACK, Julio; PRADO, Maeli. Receita investiga a Coca-Cola por fraude no faturamento com xarope. **Folha de S. Paulo**, 08 jul. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3q9zBmc>. Acesso em: 16 mar. 2020.

¹⁰⁴ THE COCA-COLA COMPANY. **2018 Business & Sustainability Report**. Disponível em: <https://bit.ly/3KRakVI>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁰⁵ NOVACANA. Guerra ao açúcar ameaça anos de crescimento do mercado. 23 maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3owZx7Z>. Acesso em: 15 mar. 2022.

¹⁰⁶ ABRAS. Associação Brasileira de Supermercados. Coca-Cola e Raízen iniciam parceria com açúcar "verde". 30 jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3KNnwv4>. Acesso em: 16 mar. 2022.

A subsidiária Coca-Cola Brasil possui nove fabricantes franqueados e produz refrigerantes, sucos, água, café, energéticos, chás, bebidas esportivas e bebidas vegetais¹⁰⁷.

A empresa chegou ao Brasil em 1941, quando usou instalações de uma fábrica em Recife (PE) para produzir seu primeiro refrigerante em solo brasileiro¹⁰⁸. No ano seguinte, foi inaugurada em São Cristóvão (RJ) a primeira fábrica da Coca-Cola Brasil. Em 1945, foi estabelecido o sistema de franquia, com autorizações concedidas à Industrial de Refrescos, no Rio Grande do Sul, e à Spal Indústria Brasileira de Bebidas, de São Paulo. O concentrado e o gás dos refrigerantes vinham dos Estados Unidos. Apenas em 1990 foi inaugurada a fábrica de concentrados e bases de bebidas no Brasil, a Recofarma, responsável por abastecer todo o mercado nacional e exportar para países vizinhos. Atualmente, são 37 fábricas espalhadas em 23 unidades federativas (apenas Acre, Tocantins, Roraima e Amapá não possuem engarrafadoras do sistema Coca-Cola)¹⁰⁹.

Do canavial ao supermercado, a cadeia de refrigerantes da Coca-Cola apresenta uma série de violações ambientais, trabalhistas e de direitos humanos envolvendo usinas e engarrafadoras. A gigante da indústria mundial não é transparente em relação a seus fornecedores brasileiros, disponibilizando o nome das fábricas engarrafadoras, mas ocultando de seu site e relatórios o nome das usinas que fornecem o açúcar das bebidas. Em 2017, o Relatório de Sustentabilidade¹¹⁰ apenas informou que a empresa possuía 32 usinas homologadas, localizadas nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. O estado de São Paulo corresponderia a 65% do volume de produção adquirido pela marca.

A Coca-Cola admite que “os fornecedores de açúcar representam um dos elos mais relevantes da cadeia de valor e ao mesmo tempo um grande desafio”¹¹¹. A certificação internacional Bonsucro e auditorias internas seriam as principais

¹⁰⁷ COCA-COLA BRASIL. **Informações para novos e antigos clientes do Sistema Coca-Cola Brasil**. Disponível em: <https://bit.ly/34LgzLt>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁰⁸ COCA-COLA BRASIL. **Linha do tempo**: conheça a história da Coca-Cola Brasil. 24 maio 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3qa4w21>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁰⁹ COCA-COLA BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade 2018**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KMnX8O>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹¹⁰ COCA-COLA BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade 2017**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3JgoTlq>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹¹¹ COCA-COLA BRASIL. **Agricultura sustentável**: como a nossa cadeia produtiva pode gerar valor para a sociedade e para o meio ambiente? 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3tfCfZN>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ferramentas da empresa para melhorar os processos na cadeia produtiva. Em 2018, 66,2% do açúcar comprado pelo Sistema Coca-Cola Brasil tinha certificação Bonsucro¹¹². Mas essa certificação também apresenta seus problemas, como veremos adiante.

Em relação às auditorias, a empresa informa que são realizadas a cada seis meses. Esses documentos, porém, não são tornados públicos. Em 2016, todos os 19 fornecedores auditados estavam em conformidade com os requisitos ambientais, sociais e de direitos humanos da empresa e dois fornecedores apresentaram questões trabalhistas, como horas extras não registradas, ausência de certidão negativa do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e média de horas trabalhadas acima do limite legal¹¹³. A empresa publicou que a reincidência dessas questões poderia resultar no descredenciamento do fornecedor e que o acompanhamento de implementação dos planos para resolver as questões era feito pelo corporativo da The Coca-Cola Company.

Das usinas, o açúcar é transportado para a Recofarma Indústria do Amazonas Ltda, empresa localizada na Zona Franca de Manaus e investigada pela Receita Federal. Na Recofarma é feito o concentrado de refrigerante, ou “xarope”, que abastece todas as fábricas da Coca-Cola no Brasil e em outros cinco países da América Latina.

O xarope é revendido para engarrafadoras de outras regiões do país que diluem em água e gás, embalam e distribuem os produtos. No Brasil, a Coca-Cola possui nove engarrafadoras. As duas principais são Femsa e Solar.

A COCA-COLA NO AMAZONAS

RECOFARMA E A QUESTÃO TRIBUTÁRIA

A atuação da Coca-Cola no Amazonas é parte fundamental da cadeia produtiva da marca. Desde a década de 1990, a marca está presente no estado por meio da Recofarma, única fabricante do concentrado de refrigerante que abastece todas as fábricas do sistema Coca-Cola no Brasil, e do Grupo Simões, engarrafadora que

¹¹² COCA-COLA BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade 2018**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KMnX8O>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹¹³ COCA-COLA BRASIL. **Agricultura sustentável: como a nossa cadeia produtiva pode gerar valor para a sociedade e para o meio ambiente?** 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3tfCfZN>. Acesso em: 16 mar. 2022.

possui uma fábrica no local¹¹⁴. Outro vínculo fundamental da marca com a região é por meio da parceria com a Usina Jayoro, produtora de cana-de açúcar e guaraná, que fornece matéria-prima para a Recofarma.

Mapa com fabricantes da Coca-Cola aponta única fábrica de concentrados do Amazonas



Fonte: Coca-Cola Brasil, 2017¹¹⁵.

A Recofarma faz parte da The Coca-Cola Company e, além de abastecer as fábricas do Brasil, também exporta o concentrado de 150 bebidas para Venezuela, Colômbia, Paraguai, Uruguai e Bolívia. O quadro de acionistas da Recofarma, de acordo com dados levantados em 2017, é composto pela Coca Cola Industriais LTDA, com 99,99999996% das ações. O restante cabe a três pessoas físicas: Mar-

¹¹⁴ COCA-COLA BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade 2016**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3wbXy00>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹¹⁵ Ibidem.

tin Ignacio Raul Franzini, Henrique Gnani Braun (presidente da Coca-Cola Brasil) e Alexandre Fernandes Delgado (vice-presidente de Finanças da Coca-Cola Brasil), cada um com 0,0000001% das ações da empresa.

Em 2017, Fernandes, enquanto vice-presidente de Finanças da Coca-Cola Brasil, informou que a Recofarma representava “próximo de 50% das exportações realizadas pelo PIM [Polo Industrial de Manaus] e quase 100 % das exportações de concentrado”¹¹⁶. Naquele ano, a Recofarma faturou US\$ 180 milhões e exportou mais de cinco toneladas de concentrados. Apesar da relevância da Recofarma para o sistema Coca-Cola no Brasil e na América Latina, a empresa gerava apenas 220 empregos diretos.

A fabricante do xarope da Coca-Cola não está na Zona Franca de Manaus à toa. A distorção tributária dos incentivos fiscais para refrigerantes faz com que essas empresas gerem prejuízo na arrecadação de impostos. A Receita Federal concluiu que, até 2018, o valor total que deixou de entrar nos cofres públicos a cada ano chegou a 2 bilhões de reais¹¹⁷. Pelas contas da Receita, além desse valor de crédito do IPI aproveitados pelas engarrafadoras, mais R\$ 1,9 bilhões beneficiaram os fornecedores de insumos de Manaus, caso concreto da empresa que representa a Coca-Cola, totalizando uma renúncia fiscal de quase R\$ 4 bilhões.

Os estudos da Equipe Especial e da Coordenação de Fiscalização do órgão concluíram que o valor da renúncia fiscal só é tão elevado porque as empresas desobedecem a legislação que regula os incentivos concedidos, sendo que algumas empresas praticam graves infrações, como superfaturar preços, declarar que marcas estrangeiras são cedidas de forma gratuita e fazer com que os cofres públicos paguem por despesas com marketing. A equipe também concluiu que os benefícios sociais gerados na região amazônica pela produção dos insumos são muito reduzidos, quando comparados com os montantes da renúncia fiscal.

A Receita Federal aponta ainda que o contribuinte brasileiro paga a conta da propaganda usada para vender os produtos com alto teor de açúcar e prejudiciais à saúde. Uma das formas de "inflar" o preço dos insumos é a inclusão das despesas com publicidade e propaganda das bebidas, prática que não é usual no mercado. “A consequência deste procedimento foi que, nos últimos anos, mais de

¹¹⁶ FIEAM. Recofarma anuncia investimentos de US\$ 25 milhões em expansão e modernização. 29 maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3i8V0Yx>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹¹⁷ RECEITA FEDERAL. Análise da tributação do setor de refrigerantes e outras bebidas açucaradas. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3IkqsNZ>. Acesso em: 18 mar. 2022.

um terço dos gastos bilionários com propaganda de refrigerantes e outras bebidas foram pagos pelo contribuinte brasileiro”, analisa o documento¹¹⁸.

A Constituição Brasileira prevê que o fabricante de um produto tenha crédito sobre a tributação incidente na etapa anterior com o objetivo de evitar que o preço final pago pelo consumidor acumule muitos impostos, já que o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incide toda vez que o produto circula. Ou seja, cada vez que o produto entra no estabelecimento industrial, há um crédito referente ao imposto que incidiu na operação anterior e, quando o produto é vendido e sai do estabelecimento industrial, há um débito do imposto incidente naquela operação. No cálculo para o IPI, é considerado o crédito da entrada do produto e o débito da saída do produto.

A distorção tributária relacionada à Recofarma acontece porque o concentrado do refrigerante sai da Zona Franca de Manaus sem incidência de IPI, por se tratar de zona franca. Ainda assim, as engarrafadoras que compram esse concentrado cobram o crédito em cima do imposto cheio, apesar de não haver IPI incidindo na etapa anterior. As engarrafadoras ligadas à Coca-Cola, espalhadas em todas as regiões do Brasil, compram os concentrados da fábrica instalada na Zona Franca de Manaus, onde há isenção de IPI, e têm direito ao crédito. Até 2018, a alíquota do concentrado de refrigerante era de 20%, o que significa que uma engarrafadora de São Paulo que comprasse o xarope vindo da Recofarma teria crédito de 20% na hora de vender o refrigerante e débito de 4%, que é a alíquota do refrigerante, o que gera uma tributação negativa.

Em maio de 2018, no contexto da greve dos caminhoneiros, o ex-presidente Michel Temer alterou a alíquota dos concentrados, passando de 20% para 4% por meio do Decreto n. 9.394¹¹⁹, para bancar parte do subsídio dado ao óleo diesel e dar fim à greve. A reação do setor dos refrigerantes foi forte e Temer voltou atrás quatro meses depois, por meio do Decreto n. 9.514¹²⁰, estabelecendo o aumento da alíquota para 12% no primeiro semestre de 2019, para 8% no segundo semestre, e voltando ao percentual de 4% em 2020.

¹¹⁸ Ibidem, p. 4.

¹¹⁹ BRASIL. **Decreto n. 9.394, de 30 de maio de 2018.** Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3MXjLEW>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹²⁰ BRASIL. **Decreto n. 9.514, de 27 de setembro de 2018.** Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 8.950, de 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3tZV1Dz>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Em fevereiro de 2020, o presidente Jair Bolsonaro aumentou novamente o IPI para beneficiar as empresas de refrigerante. O Decreto n. 10.254 aumentou para 8% a alíquota do imposto¹²¹. Estimativa da reportagem de *O Joio e o Trigo* aponta que com essa medida a arrecadação entre maio e novembro de 2020 caiu entre R\$ 250 milhões e R\$ 500 milhões (a depender do volume de comercialização)¹²².

Em julho de 2018, a Receita Federal começou a investigar a Coca-Cola para verificar superfaturamento com o xarope¹²³. Reportagem do *The Intercept Brasil* e *O Joio e o Trigo*¹²⁴ aponta que a suspeita do órgão foi levantada a partir da média paga pelas engarrafadoras ao produto concentrado da Recofarma. Esse valor varia entre R\$ 140 a R\$ 200, enquanto o mesmo concentrado é exportado por US\$ 22, equivalente a R\$ 70 na época, o que aumenta as suspeitas de que a empresa inflacionaria artificialmente o preço do xarope no mercado interno para gerar maior volume de créditos de IPI revertidos para as engarrafadoras dentro do sistema Coca-Cola. Em documentos internos do órgão, ao qual os veículos tiveram acesso, testemunhas revelam que, em um ano, uma das engarrafadoras e a fabricante do xarope da Coca-Cola cometem irregularidades com o IPI que resultaram no valor de R\$ 21,5 milhões.

As dívidas tributárias e processos nos quais a Recofarma é alvo são sempre na casa dos bilhões. Segundo matéria do jornal *Gazeta do Povo*¹²⁵, a empresa ocupa o 53º lugar entre os maiores devedores da União, com mais de R\$ 2 bilhões já inscritos em dívida ativa.

Uma busca aos processos públicos da empresa no sistema da Receita Federal gerou 509 ocorrências nos últimos dez anos. No último ano, entre junho de

¹²¹ BRASIL. **Decreto n. 10.254, de 20 de fevereiro de 2020.** Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto n. 8.950, de 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CNkZOC>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹²² NETO, Moriti; PERES, João. Em meio à pandemia, governo dá crédito milionário a Coca-Cola e Ambev. **O Joio e o Trigo**. 25 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Jbvgqd>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹²³ WIZIACK, Julio; PRADO, Maeli. Receita investiga a Coca-Cola por fraude no faturamento com xarope. **Folha de S. Paulo**, 08 jul. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3q9zBmc>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹²⁴ PERES, João; NETO, Moriti. Coca-Cola é investigada por esquema bilionário para não pagar impostos. **The Intercept Brasil**, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3idDXo6>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹²⁵ SANT'ANA, Jéssica. Estatal lidera ranking dos 500 maiores devedores da União. Veja a lista completa. **Gazeta do Povo**, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37uiXHv>. Acesso em: 16 mar. 2022.

2019 e junho de 2020, foram 14 casos listados pela mesma consulta. Nestes processos, são citados possíveis novos crimes em apuração que foram inseridos pelos fiscais recentemente e não têm ainda quase nenhuma movimentação processual.

As disputas entre a Receita e o setor também incluem a outra ponta da cadeia produtiva dos refrigerantes com a marca Coca-Cola. A presente pesquisa identificou um caso ilustrativo que envolve a maior engarrafadora parceira da Recofarma, a Coca-Cola Femsa Brasil (Spal – Indústria Brasileira de Bebidas). Para se ter uma ideia da dimensão do problema, a engarrafadora tem dívida ativa de quase R\$ 1 bilhão, segundo os dados coletados do sistema da Procuradoria-geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A Recofarma trava disputas bilionárias no Conselho de Administração de Recursos Fiscais (Carf). Em reportagem¹²⁶, o portal *Jota* exemplifica que supera R\$ 1,2 bilhão uma cobrança de PIS e Cofins em relação aos anos de 2010 a 2013 lavrada contra a Recofarma. Em entrevista ao *Jota*, o procurador da Fazenda Nacional Pedro Cestari lembrou que as condições tributárias da zona franca de Manaus têm o objetivo de desenvolver a Amazônia Ocidental, por isso a exigência de que o concentrado seja feito com matérias primas da região. Porém, a fiscalização aponta que as empresas compram insumos já industrializados, muitas vezes vindos de outros estados como São Paulo e Mato Grosso.

AS ENGARRAFADORAS DA COCA-COLA

O Sistema Coca-Cola Brasil é composto por nove fabricantes da Coca-Cola: Andina, Bandeirantes, Brasal, CVI, Femsa, Simões, Solar, Sorocaba e Uberlândia¹²⁷. A Coca-Cola informa que algumas dessas empresas têm participação da The Coca-Cola Company, sem especificar quais. São empresas de diferentes tamanhos, algumas voltadas exclusivamente para a fabricação e distribuição das bebidas da marca, enquanto outras possuem mais negócios.

No Relatório de Sustentabilidade de 2018, a Coca-Cola afirma que “cada fabricante é uma empresa totalmente independente”, mas faz a ressalva que “ainda

¹²⁶ RACANICCI, Jamile. Setor de refrigerantes e Receita travam disputas bilionárias no Carf. **Jota**, 07 maio 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Jub032>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹²⁷ COCA-COLA BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade 2018**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KMnX8O>. Acesso em: 16 mar. 2022.

que cada fabricante opere de forma independente, é preciso haver um alinhamento na condução dos negócios. Os planos de negócio de cada fabricante são elaborados com a Coca-Cola Brasil”¹²⁸. Essas empresas operam em sistema de franquia, produzindo e engarrafando as bebidas da marca. As engarrafadoras também são responsáveis pela distribuição das bebidas nos pontos de venda da região que operam.

Entre as nove engarrafadoras, a Fomento Económico Mexicano (Femsa) se destaca por ser a maior da Coca-Cola na América Latina¹²⁹. A empresa tem dez instalações de engarrafamento, sendo a unidade de Jundiaí (SP) a maior do mundo em volume de venda e 41 centros de distribuição no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Goiás. A empresa emprega cerca de 20 mil funcionários e atende mais de 72 milhões de consumidores¹³⁰.

A “lista suja” do trabalho escravo, publicada em outubro de 2018 pelo Ministério do Trabalho, apontou jornadas exaustivas na Spal Indústria Brasileira de Bebidas, que é o grupo Femsa¹³¹. A Spal foi autuada pelo uso de mão de obra análoga à escrava e multada pelo governo federal por extrapolar o limite de horas extras permitidos por lei, por não conceder ao menos 11 horas de descanso entre dois dias de trabalho e por terceirizar o transporte de mercadorias de forma ilícita. A fiscalização foi realizada em 2015 e 2016 em quatro unidades da empresa nos municípios de Belo Horizonte e Contagem (MG)¹³².

De acordo com reportagem publicada na *Repórter Brasil*, a fiscalização identificou um outro grupo de 229 caminhoneiros ilegalmente contratados por meio de empresas terceirizadas. Em relação à jornada, 179 caminhoneiros e ajudantes de entrega da Coca-Cola realizavam, em média, 80 horas extras por mês. Os auditores encontraram situações extremas em que os trabalhadores chegavam

¹²⁸ Ibidem.

¹²⁹ BOUÇAS, Cibelle. Dona da maior engarrafadora da Coca-Cola na América Latina tem lucro 136% maior. **Valor Econômico**, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3qdUdd5>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹³⁰ ABIR. Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas. **Detalhe do associado:** Coca-Cola Femsa Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3wbVDsh>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹³¹ CAMARGOS, Daniel. Via Veneto, fabricante da Coca-Cola e outros 48 nomes entram na ‘lista suja’ do trabalho escravo. **Repórter Brasil**, 05 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3whR1Bf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹³² Posteriormente, a partir de liminar, a empresa saiu da “lista suja” do trabalho escravo, conforme reportagem da revista *Exame*. TEIXEIRA, Fábio. Empresas usam Justiça para sair da “lista suja” do trabalho escravo. **Exame**, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3lifGYH>. Acesso em: 16 mar. 2022.

a 140 horas extras mensais. As jornadas exaustivas levaram, em alguns casos, a afastamento por atestado médico.

Um dos motoristas encerrou a jornada às 0h30, chegou em casa por volta das 2h da manhã com a obrigação de retornar ao trabalho às 6h30. O trabalhador disse aos auditores que tomou banho, jantou e ficou vendo televisão. “Se dormisse não conseguiria levantar no horário de trabalho”, disse em seu depoimento aos fiscais. “Sabia que, se não fosse trabalhar, receberia advertência no outro dia”¹³³.

Outro caso que envolve a Femsa em irregularidades trabalhistas foi identificado em outubro de 2014, quando 40 trabalhadores foram resgatados de regime de trabalho escravo na construção da fábrica da Femsa em Itabirito (MG)¹³⁴. De acordo com o auditor fiscal responsável pela ação, Francisco Teixeira, da Fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais (SRTE/MG), os trabalhadores foram aliciados no Nordeste, chegaram de van no município mineiro e pagaram pelo transporte. Eles dormiam no chão, não tinham acesso a banheiros, nem à água potável.

"Eles usavam uma fossa, mas, quando chegamos para fazer a fiscalização, a empresa providenciou imediatamente um banheiro pra eles. Quando chegamos, eles ainda não haviam comido nada, e a empresa também mais do que prontamente informou que estava providenciando um almoço para eles", informou o auditor para a reportagem do jornal *O Tempo*.

A denúncia foi contra a empresa paulista Matec Engenharia, terceirizada contratada pela Coca-Cola para a construção da fábrica. Segundo Teixeira, a Matec já havia sido denunciada por manter trabalhadores em regime de trabalho escravo em denúncia de 2017, em Nova Lima (MG).

A fábrica da Femsa em Itabirito (MG) foi inaugurada em 2015 e voltou a ser notícia em 2018 por suspeitas de irregularidades na utilização da água. Integrantes da Associação Mineira de Defesa do Ambiente (AMDA) acusaram a fábrica de afetar a vazão de nascentes e lençóis freáticos¹³⁵. Segundo a AMDA, os poços artesanais implantados pela concessionária de abastecimento de Itabirito para a

¹³³ CAMPOS, André. Ministério do Trabalho responsabiliza fabricante da Coca-Cola por trabalho escravo. **Repórter Brasil**, 25 ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CLtmKx>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹³⁴ BAETA, Juliana. MTE resgata 40 pessoas em trabalho escravo em fábrica da Coca-Cola. **O Tempo**, 23 out. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3Jhe4iZ>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹³⁵ CORRÊA, Fábio. Biólogos acusam Coca-Cola de secar nascentes em Minas Gerais. **G1**, 04 jun. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3JjOJoy>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Femsa estariam secando nascentes dos rios Paraopeba e das Velhas. O biólogo da AMDA, Francisco Mourão, afirmou à reportagem do *G1* que há comunidades que estariam sendo abastecidas por caminhões-pipa enviados pela própria Coca-Cola.

O Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) instaurou inquérito civil¹³⁶, que tramita na 1ª Promotoria de Justiça de Itabirito, para apurar a regularidade na instalação do empreendimento Coca-Cola Femsa. De acordo com a assessoria do MPMG, apesar da relevância hídrica da área em que o empreendimento foi implantado (próximo aos aquíferos Cauê e Gandarela), a licença ambiental foi concedida pelo órgão ambiental sem a exigência de estudos prévios que atestaram a disponibilidade hídrica da área.

A obrigação de realização de estudos de disponibilidade hídrica e a caracterização hidrogeológica da área foi exigida em Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). O termo, firmado em 2015 entre o Ministério Público, a SPAL – Indústria Brasileira de Bebidas S/A e o SAAE – Serviço Autônomo de Saneamento Básico de Itabirito, tem como principal objetivo o controle do processo administrativo de licenciamento ambiental da fábrica da Femsa instalada em Itabirito, além do estabelecimento de medidas preventivas, mitigadoras e compensatórias relativas aos impactos ambientais do empreendimento.

Ainda de acordo com informações do MPMG, após a assinatura do TAC, a comunidade de Brumadinho representou junto às Promotorias de Justiça de Brumadinho e de Itabirito indícios de que a atividade do empreendimento Coca-Cola Femsa pode ser causa determinante na alteração de vazão das nascentes do aquífero Cauê, em especial as nascentes de Campinho e Suzano. Com isso, o procedimento passou a ser acompanhado também pela Promotoria de Justiça de Brumadinho.

Em 2014, o Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente (Gaema) do Ministério Público de Campinas (SP) instaurou um inquérito para investigar a denúncia de desvio de água bruta do Rio Atibaia pela DAE, empresa pública da Prefeitura de Jundiaí (SP), para abastecer a fábrica local da Coca-Cola¹³⁷. O promotor Rodrigo Sanches Garcia afirmou que a suspeita era que 500 litros de água

¹³⁶ Número 0024.11.007565-2.

¹³⁷ TORRES, Lana. MP investiga desvio irregular de água do Atibaia para fábrica da Coca-Cola. **G1**, 12 ago. 2014. Disponível em: <https://glo.bo/3IgsFKm>. Acesso em: 16 mar. 2022.

por segundo sejam transferidos de Jundiaí para a fábrica da Coca-Cola. A DAE e a Coca-Cola Femsa negaram a irregularidade.

A Solar também é destaque por ser a segunda maior engarrafadora do Sistema Coca-Cola no Brasil, atrás da Femsa¹³⁸, e estar no grupo das 20 maiores fabricantes mundiais da marca. A cada ano, a Solar produz mais de 3 bilhões de litros de bebida para atender cerca de 324 mil pontos de venda. A empresa conta com 12 fábricas e 34 centros de distribuição, atuando nos estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Tocantins e Goiás¹³⁹.

A Solar Refrescos S.A. tem sede em Fortaleza e é resultado da fusão das empresas Norsa, Renosa e Guararapes. Entre seus controladores está a família Torres de Mello e Calila Investimentos, do Grupo Jereissati, no qual o senador pelo PSDB Tasso Ribeiro Jereissati controla 99,9% das ações do grupo¹⁴⁰.

Jereissati já usou o cargo público para obter benefícios como empresário¹⁴¹. Em 2008, no contexto da tramitação de uma medida provisória sobre o imposto das bebidas não alcoólicas, o parlamentar mediou uma reunião entre o então ministro da Fazenda, Guido Mantega, e o presidente da Coca-Cola na América Latina, Brian Smith. O encontro aconteceu no dia 26 de agosto, com o objetivo de evitar que o governo mudasse a tributação das corporações do setor de bebidas não alcoólicas, operação na qual o senador teve sucesso.

Outro levantamento realizado pela reportagem de *O Joio e o Trigo* aponta que o setor de bebidas foi o segundo, depois dos frigoríficos, que mais se beneficiou de recursos do BNDES entre 2012 e 2018. As engarrafadoras do sistema Coca-Cola somaram R\$ 2,4 bilhões, das quais as maiores beneficiárias são a Femsa, com R\$ 597 milhões, e a Norsa Refrigerantes, com R\$ 584 milhões. Apesar de em 2012, em meio à fusão que daria origem ao Grupo Solar, a Norsa recebeu R\$ 187 milhões, de acordo com o portal¹⁴².

¹³⁸ BOUÇAS, Cibelle. Solar Coca-Cola faz aporte milionário em energia limpa. **Valor Econômico**, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/36oHT2t>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹³⁹ SOLAR. **História**. Disponível em: <https://bit.ly/3CMs3Li>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁴⁰ De acordo com documento disponível neste link: <https://bit.ly/3u07neV>.

¹⁴¹ PERES, João. Presidente do PSDB usou o cargo para tratar de atividade como investidor da Coca. **O Joio e o Trigo**, 27 out. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3IfetkU>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁴² PERES, João. BNDES emprestou quase R\$ 10 bi a fabricantes de comida-porcaria. **O Joio e o Trigo**, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JhL0Ip>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CANA-DE-AÇÚCAR E GUARANÁ NA USINA JAYORO

A 125 quilômetros da capital Manaus, no município Presidente Figueiredo (AM), está a usina da Agropecuária Jayoro, responsável pela transformação de cana-de-açúcar e guaraná produzidos para a Coca-Cola. Da Jayoro, o açúcar e o extrato de guaraná seguem para a Recofarma, fabricante do concentrado de refrigerante e parceira da marca desde a década de 1990.

O histórico da Jayoro envolve grilagem de terras públicas, queima sem controle da palha da cana-de-açúcar, denúncias por contaminação de agrotóxico e por violações trabalhistas. Dos 59 mil hectares da empresa, o canavial ocupa 4 mil hectares onde são produzidas cerca de 15 mil toneladas de açúcar por ano para a fabricação de refrigerantes da Coca-Cola consumidos no Brasil e exportados para países da América Latina¹⁴³. Outros 410 hectares são destinados aos pés de guaraná.

A Jayoro produz cerca de 60% do guaraná utilizado nas bebidas da Coca-cola. Os outros 40% são oriundos da produção da agricultura familiar, cujo destino final também é a Jayoro, responsável por fabricar o extrato de guaraná usado em algumas bebidas¹⁴⁴.

Na região, há ocupação tradicional da etnia Waimiri-Atroari, que sofreu violentos processos de expulsão e redução do território. De acordo com pesquisa de Tiago Maiká Schwade, doutor em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP), em 1905 havia seis mil indígenas no local¹⁴⁵. Após décadas de violência constante, a presença indígena foi reduzida para apenas 350 pessoas, em 1983.

Parte da terra dos Waimiri-Atroari foi repassada a grileiros, em esquema que ficou conhecido como “grilagem paulista”, quando terras públicas foram tomadas para plantação de cana-de-açúcar, beneficiando famílias de políticos e empresários de São Paulo com o título de propriedade. De acordo com o relatório da

¹⁴³ SUFRAMA. Uma cadeia produtiva possível a partir da ZFM. 25 maio 2019. Disponível em: <https://bit.ly/34LFCxZ>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁴⁴ COCA-COLA BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade 2018**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KMnX8O>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁴⁵ SCHWADE, Tiago Maiká Muller. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KNSt23>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Comissão Nacional da Verdade¹⁴⁶, em 1981, o governo do Amazonas já havia emitido 338 títulos de propriedade na área da reserva Waimiri-Atroari no contexto da “grilagem paulista”. Nesse processo, o governo militar também incentivou a colonização do território tradicional com financiamento de atividades agropecuárias, por meio dos programas Polo Amazônia e Proálcool, tendo a Jayoro como uma das beneficiadas.

Na década de 1970, a família paulista Magid, proprietária da Jayoro, ocupou as terras da região. No primeiro momento, foram 48 mil hectares. Em outros 25 lotes menores que a alienação do patrimônio público ocorreu na década de 1990, mas de maneira semelhante à “grilagem paulista” e contou, novamente, com o auxílio de moradores de alta classe de São Paulo e uma residente em Israel. No entanto, de acordo com a pesquisa, desta vez foi o governo federal e não o governo do Estado que concedeu os lotes. A pesquisa de Schwade aponta que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) distribuiu esses lotes em 1992 para “laranjas” e vem transferindo a propriedade da terra à Jayoro¹⁴⁷. Dos 25 lotes que estão dentro da propriedade reclamada pela usina, pelo menos cinco já foram transferidos para a empresa e nove estão em processo de transferência.

Portanto, sintetiza Schwade em sua tese,

a alienação desses imóveis foi um ato deliberado de grilagem, que buscou regularizar a ocupação ilegal da terra pública federal, utilizando, para isso, 'laranjas' que tem como única função emprestar o nome até que a empresa pudesse transferir para si a propriedade dos imóveis¹⁴⁸.

O Ministério Púlico Federal (MPF) no Amazonas afirma que ainda não há nenhum processo de investigação sobre este caso, mas Schwade informou que trabalha em outro processo semelhante de grilagem em favor da fornecedora da Coca-Cola e a pedido do próprio MPF. As provas apresentadas até agora pelo pesquisador indicam que a investigação está apenas começando.

¹⁴⁶ BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II. Textos temáticos. **Violação de direitos humanos dos povos indígenas**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3Jmr3A4>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁴⁷ SCHWADE, Tiago Maiká Muller. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KNst23>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁴⁸ Ibidem, p. 174.

QUESTÕES AMBIENTAIS

Em 2008, o Ministério Público Federal (MPF) investigou a contaminação por uso de agroquímicos em igarapés na região de Presidente Figueiredo. O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam), no entanto, avaliou que a Jayoro atendia à legislação. A partir dessa resposta, o MPF solicitou ao Ipaam os laudos de análise das águas, mas a resposta foi que a licença da Jayoro estava em processo de avaliação¹⁴⁹.

No ano seguinte, em 2009, a empresa estava funcionando, mesmo sem a renovação anual da licença para suas lavouras que produzem açúcar e guaraná para Coca-Cola¹⁵⁰. A irregularidade fundiária interfere na licença. Como não tem a titularidade de toda a terra que ocupa, a empresa não poderia continuar operando, já que deveria comprovar ser a dona da área e preservar no mínimo 80% de Reserva Legal.

Mesmo assim, segundo Schwade¹⁵¹, em 2007 e 2008 a licença de operação da Jayoro foi renovada graças à assinatura de TAC com o Ipaam e, em 2011, o órgão renovou a licença mesmo com a persistência dos problemas fundiários. Documentos de técnicos do IPAAM mostraram que as ilegalidades são identificadas e geram notificações, mas não inviabilizam as atividades da empresa. Desta forma, a Jayoro firma acordos que garantem suas renovações de licenças até que consiga conquistar os títulos de todas as terras griladas.

De acordo com a assessoria de comunicação do Ipaam, o licenciamento ambiental da Jayoro “é periodicamente renovado de acordo com a adequação da empresa as atualizações da legislação ambiental do país”¹⁵², sendo que a última renovação ocorreu em 2018 e está vigente até 15 de outubro de 2021.

Na pesquisa de Renan Albuquerque Rodrigues, um morador da BR-174, a cerca de três quilômetros da Jayoro, relata os conflitos com a empresa.

¹⁴⁹ NETO, Moriti. Com quem andas, doçura?. **O Joio e o Trigo**, 07 dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3JkN2Y3>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁵⁰ BRIANEZI, Thaís. Coca-Cola usa açúcar de usina sem licença ambiental. **Repórter Brasil**, 06 jan. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3JjNUMy>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁵¹ SCHWADE, Tiago Maiká Muller. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KNst23>. Acesso em: 16 mar. 2022

¹⁵² Informação repassada aos pesquisadores por e-mail.

Só quem é beneficiado é a Coca-Cola, que emprega meia dúzia e meia de pai de família aqui de Presidente Figueiredo. Num sei dar conta do tamanho do desastre ecológico que tá jogando no solo e no subsolo, e eu não tô falando dessa contaminação de resíduos, só! É o tamanho de desastres de pessoas que adoecem lá com o veneno que eles injetam no produto. Como aqui é um lugar que venta muito, tá escrito na lata do veneno que se jogar aquela fumaça do veneno a trezentos metros distante do redor do lugar onde ele está sendo aplicado os animais são atingidos¹⁵³.

Além dos agrotóxicos, a queima de palha realizada pela Jayoro também afetou as comunidades do entorno. Um processo tramita na Justiça Federal do Amazonas desde 2009, ainda sem sentença definitiva¹⁵⁴. A ação foi ajuizada pelo então PPS (partido político que é representado atualmente pela sigla Cidadania), havendo o Ministério Público Federal assumido o polo ativo posteriormente, e tem como foco principal as permissões concedidas pelo Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) para a chamada queima controlada de palha da cana-de-açúcar, causando poluição atmosférica e outros impactos ambientais.

A ação teve uma sentença contra os pedidos do MPF, em 2014, na qual a Juíza Federal da 7ª Vara de Manaus, Mara Lina do Carmo, aponta que a Jayoro deixou de praticar a queima de palha em 2010. Os procuradores pedem que o órgão ambiental estadual deixe de emitir novas licenças para a prática e que o Ibama, órgão federal ambiental, assume a tarefa de verificar as condições ambientais da produção agrícola associadas à produção da usina.

Em 2015, o MPF apresentou recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região no qual reafirma “como direito fundamental de todos o meio ambiente ecologicamente equilibrado, garantidor da sadia qualidade de vida para a presente e futura gerações, sendo dever de cada um a sua proteção e preservação”. Atualmente, o caso aguarda decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Em pesquisa anterior realizada pela Papel Social, a comunidade revela danos sofridos pela queima da palha. Antonieta do Lago Vieira, representante do Assentamento Canoas, conta que houve prejuízo para as plantações dos assentados, perdas de animais silvestres e peixes, além de problemas respiratórios

¹⁵³ RODRIGUES, Renan Albuquerque. **Vidas despedaçadas:** impactos socioambientais da construção da usina hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central. 2013. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013, p.147. Disponível em: <https://bit.ly/3MPt6Pc>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁵⁴ Número 0014255-83.2009.4.01.3200.

dos moradores próximos ao canavial. Marilene Queiroz de Magalhães, ex-funcionária da Jayoro encarregada de matar as pragas que ficavam nas canas cortadas, relata que trabalhou um ano e seis meses sem máscara e diz ter adquirido asma pulmonar.

Em ação civil pública mais recente, de dezembro de 2019, a Jayoro é citada como exemplo de dano ambiental pelo MPF no processo em que pede a anulação do decreto presidencial de maio daquele ano que autorizou a plantações de cana-de-açúcar na Amazônia. A ação pede que a Justiça Federal determine que não seja editado novo decreto sobre o tema até que se demonstre, por meio de estudos técnicos e científicos, que a medida não compromete o dever de proteção do meio ambiente. A usina aparece na denúncia original ilustrando “um exemplo concreto de impactos” da plantação de cana na Amazônia, com imagem da queima de paliha da cana em suas plantações¹⁵⁵.

Em abril de 2020, a Justiça Federal no Amazonas atendeu ao pedido e concedeu uma decisão liminar que proibiu o financiamento com recursos públicos do cultivo de cana-de-açúcar na Amazônia¹⁵⁶. Na sentença, a juíza Jaiza Maria Pinto Fraxe amplia os problemas que a produção do açúcar na região pode causar. “O momento é oportuno para destacar que desastres ambientais causam desordens naturais concretas, criam disseminação de pragas e vírus e impactam o ambiente global. Foi exatamente o caso do novo coronavírus, que gerou a pandemia por covid-19”, declara no documento. O processo ainda está tramitando na 7ª Vara da Justiça Federal do Amazonas.

Pela decisão, o governo federal fica obrigado a comunicar aos órgãos ambientais licenciadores federal, estadual e municipal (da Amazônia Legal) para que não sejam autorizadas ou licenciadas atividades de plantio de cana-de-açúcar na região. O MPF esclarece, no entanto, que a Jayoro já desenvolvia atividade de cultivo de cana-de-açúcar antes de entrar em vigor a legislação e, a partir do que prevê o decreto, as empresas enquadradas nessa condição não estão proibidas de continuar realizando a atividade.

¹⁵⁵ A íntegra da ação civil pública está disponível neste link: <https://bit.ly/37Dffvp>.

¹⁵⁶ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Amazonas. FT Amazônia: Justiça suspende autorização para financiamento público do cultivo da cana na Amazônia após ação do MPF. 24 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3KTvgDd>. Acesso em: 16 mar. 2020.

QUESTÕES TRABALHISTAS

O trabalho na colheita de cana-de-açúcar e guaraná é temporário. Nos canaviais, a colheita dura cerca de seis meses¹⁵⁷. Na safra do guaraná, são cerca de três meses de trabalho, realizado majoritariamente por mulheres que recebem fixo um salário mínimo, mas podem ganhar até R\$ 2 mil por mês, dependendo do quanto colhem do fruto. Apesar de relevante no contexto local, no fim de 2019 a empresa contava com cerca de 1.500 funcionários, entre fixos e temporários.

A Jayoro também coleciona denúncias de violações trabalhistas compiladas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 2008, no documento "Os Impactos da Produção de Cana no Cerrado e Amazônia"¹⁵⁸. De acordo com o documento, houve duas denúncias de trabalho escravo na usina, em 2006 e em 2003. No relatório, a sindicalista Fátima Monteiro afirma que os trabalhadores têm medo de denunciar porque sofrem perseguição dentro e fora da usina.

Ainda segundo o documento da CPT, a denúncia também se torna difícil, porque os políticos locais fazem questão de mostrar a usina como empresa que traz progresso para a cidade. Muitos trabalhadores vêm do Nordeste em condições de trabalho escravo, outros vêm do Pará atraídos pela propaganda de “desenvolvimento” do município. A desnutrição é um problema sério que atinge os trabalhadores que cortam a cana. A entidade relata que houve surto de beribéri, doença causada pela fome e falta de vitaminas e sais minerais.

O trabalho pesado também foi abordado pelos pesquisadores da CPT que entrevistaram Geraldo da Costa, migrante de Alagoas que trabalhou nas plantações. Costa conta que a meta era cortar entre 8 e 12 toneladas de cana por dia, o que causava desmaios e dores no corpo. Outro entrevistado foi Alcides Alves, empregado da Jayoro entre 1991 e 1999. Ele trabalhou no corte de lenha para alimentar a caldeira, que consumia uma média de 25 toneladas de madeira por dia, recebendo R\$ 3,50 por tonelada de lenha cortada. Alves também trabalhou na portaria, onde conta que fazia turnos de 24 horas por dia sem folga, morava na usina e recebia um salário mínimo.

¹⁵⁷ ALMEIDA, Camila. Coca e Ambev: impactos negativos de todos os tipos e tamanhos no Amazonas (e no Brasil). **O Joio e o Trigo**, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37CnUOE>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁵⁸ CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia**. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3CLA2bE>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Segundo entrevistas com organizações locais realizadas pela CPT, no início da plantação foram destruídos cerca de 10 mil hectares de floresta. Outro problema é o uso de agrotóxicos e a vinhaça, que têm seus resíduos depositados nas lagoas e igarapés, chegando até o rio, usado para banho pela população local. Paulo Sergio Ribeiro, que é técnico em agropecuária, trabalhou 18 anos para a usina Jayoro e foi entrevistado pelos pesquisadores, informou que são usados vários tipos de inseticidas, aplicados com tratores e de avião. Enquanto os trabalhadores cortam cana, disse o ex-funcionário para CPT, pequenos aviões sobrevoam a plantação jogando agrotóxicos.

CAPÍTULO VI

OUTRAS USINAS E MAIS CRIMES

USINA TRAPICHE

Está localizada em Sirinhaém (PE) e é fornecedora de açúcar para a Coca-Cola há quase 20 anos. A Usina Trapiche é um caso emblemático na cadeia produtiva da multinacional. Propriedade do empresário Luiz Antônio de Andrade Bezerra, do grupo Serra Grande, a Usina ocupa cerca de 72% da área do município, ou seja, 26.662 hectares, dos quais cerca de 18.500 são destinados ao monocultivo de cana-de-açúcar¹⁵⁹. O conflito histórico envolvendo a Usina Trapiche e a comunidade tradicional que vivia em 17 ilhas do estuário do rio Sirinhaém foi intensificado a partir de 1998. Até 2010, todas as 57 famílias (cerca de 360 pessoas) de pescadores artesanais e extrativistas costeiros e marinhos foram expulsas de seu território e hoje moram em bairros da periferia do município.

Na década de 1980, com os incentivos do governo ao setor sucroalcooleiro com programas como o Pró-Álcool, começaram as primeiras tentativas de expulsão da comunidade tradicional das Ilhas de Sirinhaém. Em entrevistas à CPT, antigos moradores contaram que as primeiras intimidações foram por meio de ameaças e destruição de fruteiras. Anos mais tarde, em 1998, quando a usina foi comprada por Bezerra, o conflito se tornou mais intenso.

Um documento produzido pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura em Pernambuco (FETAPE), em 1984, intitulado “Açúcar com gosto de sangue”, já denunciava as violações que estavam ocorrendo em toda Zona da Mata Pernambucana. Segundo o documento, Antonio Joventino dos Santos, ao procurar o “cabô do engenho para saber se havia apontado o dia de serviço”, visto que “a tarefa foi acima do estabelecido no Dissídio Coletivo”, foi assassinado, como detalha o relato: “O cabô do engenho respondeu que nem apontou e nem iria

¹⁵⁹ CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Morrer de fome um pouco por dia:** impactos aos direitos humanos causados pela Usina Trapiche à comunidade pesqueira no município de Sirinhaém/PE. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3uOnCZj>. Acesso em: 16 mar. 2022.

apontar e diante do protesto do trabalhador, sacou do revólver e quase à queima roupa disparou, matando imediatamente o trabalhador”.

A denúncia mais recente aconteceu em março de 2020, quando Maria Nazareth dos Santos, pescadora e uma das lideranças locais relatou tortura e ameaça de morte por policiais nos manguezais do estuário do Rio Sirinhaém¹⁶⁰. Ela conta que no dia 12 de março oito policiais fortemente armados, três deles encapuzados, arrastaram-na para dentro de sua barraca de pesca e sufocaram-na com uma sa-colha plástica. Foram cinco sufocamentos com intervalo de alguns minutos entre um e outro.

A pescadora disse que também foi agredida com tapas no rosto, enquanto os policiais afirmavam “essa terra não é sua, é da usina”. Santos conta que, uma semana antes da tortura, os mesmos policiais foram vistos na região acompanhados por funcionários da Usina Trapiche. O caso foi denunciado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos e ao Programa Estadual de Proteção a Defensores e Defensoras de Direitos Humanos (PEPDDH/PE).

Parte das terras ocupadas pela empresa foi adquirida por contratos de compra e venda, e outra parte concedida pela União sob o título de aforamento, que é a transferência para um particular do domínio útil de uma área atendendo algumas cláusulas contratuais, como promover o uso adequado da terra. A Usina Trapiche também foi beneficiada pelo Estado com financiamentos do BNDES¹⁶¹. Entre 2010 e 2015, a Trapiche teve 36 operações de financiamento contratadas pelo programa BNDES Finame (Financiamento de Máquinas e Equipamentos), que somaram mais de R\$ 22 milhões.

Em pesquisa anterior realizada pela Papel Social, foi apontado que a usina, que também tem negócios com a Pepsico, Unilever e Bunge, lança produtos químicos em um dos mais importantes estuários marinhos do Nordeste. Em 2009, a Trapiche foi multada em R\$ 1 milhão porque o Ibama identificou dejetos orgânicos, resultados da lavagem industrial da cana de açúcar, considerados “de alto

¹⁶⁰ CPT. Comissão Pastoral da Terra. Pescadora denuncia ter sido torturada e ameaçada de morte por policiais militares, em Sirinhaém (PE). 19 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wdKZkX>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁶¹ CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Morrer de fome um pouco por dia:** impactos aos direitos humanos causados pela Usina Trapiche à comunidade pesqueira no município de Sirinhaém/PE. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3uOnCZj>. Acesso em: 16 mar. 2022.

“valor poluente” e causadores do morticínio dos peixes e da poluição do rio Sirinhaém e seus afluentes. Em 2010, o Ministério Público Federal em Pernambuco iniciou inquérito civil público para apurar danos ambientais praticados nas ilhas de Sirinhaém pela usina Trapiche. O processo de investigação ainda não foi concluído.

No dia 6 de março de 2020, a Justiça Federal confirmou uma multa aplicada contra a usina pelo Ibama de R\$ 10 mil e embargou a construção de um canal de drenagem no entorno de um mangue. A empresa não tinha licença ambiental para a obra. O Ibama argumenta que, sendo o mangue área de preservação permanente, a obra colocaria em risco o ecossistema e, por isso, a necessidade de licença específica inexistente para a execução do canal.

Apesar de ser multada por diversos crimes ambientais, a Usina Trapiche recebeu prêmio da Assembleia Legislativa de Pernambuco, em 2012, por supostos méritos ambientais. O fato demonstra seu poder político articulado para tentar limpar os danos provocados pela unidade¹⁶².

Em entrevistas realizadas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), os pescadores artesanais apontam o derramamento de vinhaça como a infração ambiental mais grave e prejudicial para o sustento das famílias. A vinhaça ou vinhoto é um resíduo tóxico do processo de destilação do álcool que, em contato com a água, promove um rápido crescimento de bactérias que pode consumir todo o oxigênio presente na água. Para cada litro de álcool produzido pela Usina é gerado 14,3 litros de vinhoto. Os pescadores relatam que ao longo dos anos houve uma brusca diminuição de espécies de peixes, crustáceos e moluscos.

Em 2006, a comunidade passou a reivindicar a criação de uma Reserva Extrativista (Resex) na tentativa de consolidação de seu território. Apesar da aprovação em 2009, a criação da reserva não aconteceu. O assunto foi discutido pela última vez na reunião da Comissão Nacional de Combate à Violência no Campo, dia 17 de fevereiro de 2011, em Brasília, mas não há uma solução para os despejos das famílias determinada pela Justiça de Pernambuco.

¹⁶² CPT. Comissão Pastoral da Terra. Mesmo multada por diversos crimes ambientais, Usina Trapiche recebe prêmio da Assembleia Legislativa de PE. 07 dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3Jm2nri>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Em julho de 2007, informa a CPT, a partir das denúncias dos pescadores, a Gerência de Patrimônio da União (GRU), órgão responsável pelas terras de marinha, cancelou o direito de aforamento das terras públicas pela Usina Trapiche. Essa seria a senha para que o Ministério do Meio Ambiente iniciasse os procedimentos da criação de uma Unidade de Conservação como Reserva Extrativista. Mas em julho de 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) não admitiu o recurso que defendia a posse da Terra para as famílias das duas pescadoras que ainda resistiam no local. Atualmente, a situação continua da mesma maneira para as famílias expulsas do local.

Relatos de organizações de defesa aos direitos humanos e ao meio ambiente apontam o *lobby* da Usina Trapiche como responsável por travar a criação da Resex. Mesmo sem a criação da Reserva, a mobilização da comunidade teve como efeito imediato o aumento da violência por parte da Usina Trapiche contra as duas famílias que ainda viviam nas ilhas do estuário do Rio Sirinhaém¹⁶³.

Um exemplo da situação grave do conflito citada pela CPT envolve a pescadora Maria das Dores dos Santos, bisneta da primeira moradora da comunidade. Em 28 de junho de 2006, a funcionária da Usina Trapiche Evânia Ferreira da Silva foi até a casa da mãe de Maria das Dores dizer que iria destruir a casa da sua filha. No dia seguinte, enquanto Maria estava na cidade esperando o nascimento de seu filho, a casa foi destruída por “capangas da Usina”.

A pescadora foi até a Delegacia de Polícia Civil de Sirinhaém e fez um registro de ocorrência. Em 12 de julho, a casa foi novamente destruída como forma de repreensão à queixa prestada na Delegacia. A vítima registrou nova ocorrência. Um inquérito policial, no entanto, concluiu pela não confirmação das denúncias apresentadas, em um caso avaliado pela CPT como “com diversas e graves falhas em sua condução e falta de diligências cabíveis”.

No final de 2013, depois da divulgação de um relatório da Oxfam¹⁶⁴, a Coca-Cola se comprometeu a ter “tolerância zero” com apropriações injustas de terra. Em 2016, o dossiê *Direito à terra e as gigantes do refrigerante*, da mesma instituição, considerou que a criação da Resex, apontada como solução preferencial

¹⁶³ CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Morrer de fome um pouco por dia:** impactos aos direitos humanos causados pela Usina Trapiche à comunidade pesqueira no município de Sirinhaém/PE. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3uOnCZj>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁶⁴ G1. Oxfam: Coca-Cola e Pepsi ignoram roubo de terras no Brasil. 01 out. 2013. Disponível em: <https://glo.bo/364syEG>. Acesso em: 16 mar. 2022.

das comunidades tradicionais, não é algo que a Coca-Cola possa fornecer, já que é uma decisão do Estado brasileiro, mas a empresa teria “responsabilidade de usar seu poder de influência para apoiar as comunidades em sua luta para garantir seus direitos e trabalhar com seu fornecedor para mitigar riscos e resolver questões fundiárias”¹⁶⁵.

O relatório da CPT também recomenda que a Coca-Cola dialogue para que a Usina Trapiche deixe de ser um empecilho à criação da Reserva Extrativista.

Ficando constatada a impossibilidade de se avançar no diálogo e nas ações tendentes ao respeito aos direitos territoriais da comunidade tradicional, recomenda-se o rompimento do vínculo comercial, já que tal ato é coerente com os princípios que orientam as políticas de relacionamento das grandes empresas com seus fornecedores¹⁶⁶.

USINA BARRALCOOL

O grupo Barralcool é um dos principais fornecedores da Coca-Cola na região Centro-Oeste. Localizada em Barra do Bugres (MT), a usina produz aproximadamente 60 mil toneladas de açúcar por safra e tem o grupo Renosa, franqueado da Coca-Cola, como seu cliente mais relevante¹⁶⁷. Fundado em 1980, a área agrícola do grupo é de 35 mil hectares, formados por plantações de cana-de-açúcar, viveiros e soja. Na safra 2018/19, foram moídas 2.479.186 toneladas de cana-de-açúcar¹⁶⁸.

Em notícia divulgada em novembro de 2012 em seu site, a usina informa que passou por auditoria da Coca-Cola e foi considerada pelo representante da marca de refrigerantes como uma das usinas que estaria em “um grupo seleto” e “com um alto nível de controle, assim garantindo a Qualidade e Segurança do produto”¹⁶⁹.

¹⁶⁵ OXFAM. **Direito à terra e as gigantes do refrigerante**: análise da avaliação fundiária feita pela Coca-Cola e PepsiCo no Brasil. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CN8NgC>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁶⁶ CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Morrer de fome um pouco por dia**: impactos aos direitos humanos causados pela Usina Trapiche à comunidade pesqueira no município de Sirinhaém/PE. 2016. p. 115. Disponível em: <https://bit.ly/3uOnCZj>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁶⁷ BARRALCOOL. Barralcool recebe certificação ISO 22000. 15 dez. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3qalegw>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁶⁸ BARRALCOOL. A empresa. Disponível em: <https://bit.ly/3q7MgWH>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁶⁹ BARRALCOOL. Outubro mês de certificações e consolidação com a qualidade do Grupo Barralcool. 08 nov. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3qbh4pT>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Em 2016, a usina foi notícia ao ser condenada pela Justiça do Trabalho a pagar R\$ 500 mil em indenização por danos morais coletivos após a morte de dois trabalhadores¹⁷⁰. A empresa foi condenada por “submeter os trabalhadores a condições inseguras de saúde no ambiente laboral”. Uma das mortes aconteceu em novembro de 2013, causada por choque elétrico quando o trabalhador tentava alinhar um mangote em uma motobomba; a outra, em julho de 2014, quando a vítima retirava o acúmulo de bagaço de cana do interior de um desfibrador que não possuía travamento elétrico e entrou em atividade enquanto o trabalhador se encontrava dentro dela, fazendo o trabalhador passar entre martelos e cair na esteira de bagaço¹⁷¹.

Estudo realizado pelo Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (Formad) aponta os problemas provocados pelo grupo Barralcool na região¹⁷². O complexo é vizinho à usina Itamarati, localizada no município de Nova Olímpia. Ambos são considerados responsáveis “pelos maiores impactos socioambientais resultantes da produção sucroalcooleira sobre Barra do Bugres”. A usina foi criada por proprietários de grandes fazendas de gado, iniciando o plantio da cana em larga escala no município, com produção a partir de 1983. Dentre os fundadores estava Renê Barbour, um dos maiores pecuaristas do país, que possuía cerca de 300 mil cabeças de gado.

A pesquisa constatou em estudo de campo que há "domínio absoluto dos proprietários da Barralcool sobre as atividades econômicas e políticas do município", relatando que muitos entrevistados pediram anonimato ou se recusaram a falar por temor de represálias. Entre eles, um funcionário da prefeitura que informou que não são realizadas análises da água dos rios do município, apesar da notória contaminação causada pela utilização intensiva de agrotóxicos e da vinhaça.

O documento ainda informa que os sócios da empresa são grandes fazendeiros de gado e o prefeito do município usualmente é um dos membros de suas

¹⁷⁰ G1. Usina é condenada a pagar R\$ 500 mil após morte de trabalhadores em MT. 09 ago. 2012. Disponível em: <https://glo.bo/37pjKtd>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁷¹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Usina é condenada por mortes de trabalhadores. 09 ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CLHXpr>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁷² SCHLESINGER, Sergio. **Dois casos sérios em Mato Grosso:** a soja em Lucas do Rio Verde e a cana-de-açúcar em Barra do Bugres. Cuiabá: Formad, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3MUVjUW>. Acesso em: 16 mar. 2022.

famílias. "Assim, por exemplo, o prefeito, em 2012, era genro de um dos proprietários da empresa. E o seguinte, a ser empossado em 2013, é um dos proprietários da Barralcool", informa.

Em relação a questões trabalhistas, em abril de 2008, foi feito um TAC com o Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Estado para que 164 trabalhadores rurais retornassem aos seus estados de origem, Piauí e Maranhão, depois de não conseguiram emprego na usina¹⁷³. O documento chama a responsabilidade da usina para a precária condição dos trabalhadores, abandonados à própria sorte quando chegaram no município e não encontraram as oportunidades de emprego prometidas. O acordo também aponta que a direção da empresa deve contratar diretamente os trabalhadores, sem intermediadores ou "gatos", além de pagar todas as despesas de deslocamento entre as cidades de origem e o local de trabalho nos canaviais.

Em junho de 2007, três mil cortadores de cana paralisaram a usina em protesto contra a qualidade das refeições e por melhores salários¹⁷⁴. O bloqueio à indústria de álcool e açúcar terminou após a direção da empresa oferecer aumento de 11% no preço da tonelada cortada. Foram três dias de greve que somariam perda de R\$ 2,1 milhões à usina, segundo relato do diretor financeiro do Sindicato dos Trabalhadores de Barra do Bugres, Jovenil Ferreira da Silva. Neste caso, os trabalhadores também vieram do Nordeste atraídos pela safra de cana. Cerca de 400 decidiram voltar para seus estados de origem diante das condições precárias de trabalho.

USINA ITAMARATI (UISA)

A Usina Itamarati, localizada em Nova Olímpia (MT), possui cerca de 84 mil hectares e R\$ 850 milhões de dívidas financeiras e tributárias¹⁷⁵. Foi iniciada nos anos 1980, por Olacyr de Moraes, como a maior indústria de cana do mundo à época. Em 2019, a Usina Itamarati passou a pertencer a um grupo de investidores

¹⁷³ SÓ NOTÍCIAS. Acordo garante retorno de trabalhadores ao Piauí e Maranhão. 17 abr. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3idHltS>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁷⁴ GAZETA DIGITAL. Três mil cortadores de cana paralisam Barralcool. 19 jun. 2007. Disponível em: <https://bit.ly/3tqhD17>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁷⁵ RAMOS, Camila Souza. Com novo dono, usina Itamarati paga dívidas e planeja expansão. **Valor Econômico**, 04 nov. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3MW7UHr>. Acesso em: 16 mar. 2022.

reunidos pelo fundo de *private equity* CVCIB Holdings e a se chamar UISA (Usinas Itamarati SA), após oito anos à venda e trocas de gestão.

Quando ainda pertencia a Olacyr de Moraes, considerado “o rei da soja” por ter iniciado as lavouras no Cerrado e se tornado o maior produtor do grão no mundo, a Usina passou a investir no mercado da região Norte do país¹⁷⁶. O açúcar Itamarati domina o mercado amazonense e é um importante fornecedor para o Grupo Simões, fabricante da Coca-Cola que atende toda a região Norte.

A Usina conquistou por dois anos seguidos, em 2013 e 2014, o segundo lugar no ranking de fornecedores de açúcar da Coca-Cola Brasil¹⁷⁷. Ganhou o prêmio “Qualidade Fornecedores de Ingredientes Coca-Cola” como reconhecimento da multinacional ao desempenho alcançado pela empresa em relação à segurança de alimentos, qualidade, responsabilidade social, saúde e segurança e meio ambiente.

Em agosto de 2011, a Usina Itamarati S/A foi excluída da "lista suja" do trabalho escravo pelo Ministério do Trabalho e Emprego por decisão judicial. Acusada de manter 67 trabalhadores em condições subumanas, a empresa foi autuada por exploração de trabalho escravo ainda em 2008. O caso segue sendo investigado pelo MPF em Mato Grosso ainda na fase de processo administrativo, sob o n. 1.20.000.001163/2008-27.

A usina já foi palco recente de greves de trabalhadores e ainda aparece envolvida em uma fraude judicial, segundo reportagem publicada pela revista *Época* em maio de 2009. Diante da denúncia, o MPF em Brasília deu início ao processo que poderá anular o acordo firmado entre a Agência Nacional do Petróleo (ANP) e quatro sindicatos de usineiros para o pagamento de uma suposta dívida de R\$ 178 milhões. O valor pago pela ANP aos sindicatos de produtores de álcool de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais quitava subsídios supostamente devidos à produção de 2002 e 2003, quando esse tipo de incentivo já estava suspenso. Uma delas é a Itamarati, dona da maior cota prevista no acordo, no valor de R\$ 38 milhões.

¹⁷⁶ CAETANO, Rodrigo. A última jóia de Olacyr. **Dinheiro Rural**, 01 ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3teOlwO>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁷⁷ JORNAL CANA. Itamarati é destaque no ranking de fornecedores de açúcar de marca de refrigerante. 21 out. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3Ii2GCb>. Acesso em: 16 mar. 2022.

USINA PUMATY

A Usina Pumaty, localizada no município de Joaquim Nabuco (PE), a 120 quilômetros do Recife, entrou com um pedido de recuperação judicial na 3^a Vara Cível da Comarca de Recife em novembro de 2010. Controlada pela família Gesteira Costa, a empresa tinha na época um passivo de dívidas estimado em R\$ 150 milhões. Em 15 de janeiro de 2010, a empresa entregou seu plano de recuperação judicial¹⁷⁸. Nele, afirma que a Norsa Refrigerantes é um dos seus principais clientes. A Norsa é uma indústria de bebidas fundada em 1998 a partir da união dos franqueados da Coca-Cola nos estados do Ceará, Bahia, Piauí e Rio Grande do Norte. Depois de dois anos desativada, atualmente a usina pertence à Cooperativa do Agronegócio da Cana-de-Açúcar (Agrocan)¹⁷⁹.

Em 2012, a Advocacia-Geral da União (AGU) em Pernambuco entrou com oito ações regressivas contra onze empresas que descumpriam normas de segurança do trabalho, entre elas a Usina Pumaty¹⁸⁰. Os processos tramitam na Justiça Federal de Recife e do município de Palmares. A expectativa de ressarcimento aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) é de quase R\$ 2 milhões. Segundo a AGU, este tipo de ação é o instrumento pelo qual a Previdência Social busca o ressarcimento dos valores pagos com pensões, nos casos de culpa das empresas quanto ao descumprimento das regras de segurança e saúde do trabalho.

Em maio de 2013, os trabalhadores da usina denunciaram em uma audiência realizada no Ministério Público do Trabalho (MPT) o atraso de cinco semanas no pagamento dos salários¹⁸¹. As principais reivindicações dos trabalhadores da Usina Pumaty, de acordo com a CPT, estavam relacionadas ao cumprimento de normas básicas da legislação trabalhista: rescisão do contrato de trabalho; pagamento das quinzenas atrasadas; pagamento do salário família atrasado; pagamento de 50% das férias do mês de agosto e férias completas atrasadas; férias coletivas de quase 70% dos trabalhadores; repasses das contribuições

¹⁷⁸ O plano de recuperação judicial da Usina Pumaty está disponível neste link:
<https://bit.ly/361Mx6M>.

¹⁷⁹ CANA ONLINE. Usina cooperativada de Pernambuco mantém crédito aberto junto a bancos e a equipamentos Dedini. 07 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3ti7B1Z>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁸⁰ KRAVCHYCHIN, Gisele Lemos. Procuradores entram com oito ações regressivas para reaver quase R\$ 2 milhões de empresas que não cumpriram normas de segurança do trabalho no NE. **Kravchychyn**, 27 set. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/35X78JK>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁸¹ CUT. Central Única dos Trabalhadores. Trabalhadores/as da Pumaty têm audiência com o Ministério Público do Trabalho. 23 maio 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3tj43MW>. Acesso em: 16 mar. 2022.

aos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que estão nove quinzenas atrasadas.

O procurador do Trabalho José Laízio Pinto Júnior determinou que a indústria fizesse o levantamento dos débitos trabalhistas da empresa e ficou acertado que a Usina deveria identificar, perante o juízo que autorizou a recuperação judicial da empresa, os eventuais créditos que pudessem ser utilizados para a quitação dos débitos trabalhistas.

Desde julho de 2008, a empresa responde por dano ambiental na Justiça Federal. Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ibama "alegando graves danos ambientais" causados pelas atividades da usina. A fiscalização do Ibama por meio de informações constantes em denúncias, levantamentos técnicos geográficos e informações cadastrais caracterizou o cultivo da cana em área superior ao permitido em lei sem qualquer tipo de licenciamento ambiental.

Em sobrevoo da área referida, os fiscais constataram "severa degradação das áreas de preservação permanente bem como a completa inobservância da reserva legal". Por isso, a empresa foi multada em R\$ 5 milhões com base na legislação ambiental.

CAPÍTULO VII

CRIMES EM SÉRIE

Dezenas de usinas de cana-de-açúcar são citadas ao longo deste livro, muitas delas envolvidas em crimes e irregularidades trabalhistas e ambientais e violação de direitos humanos. Este capítulo concentra e resume dados e informações sobre 11 unidades produtivas da cadeia do açúcar espalhadas pelo Brasil, colocando lado-a-lado os seus crimes comprovados e as empresas e países que compram ou já compraram seus produtos.

O resumo de crimes e irregularidades vem da apuração jornalística realizada para este livro. Os dados de compradores e países que receberam a produção foram obtidos em duas plataformas ligadas ao setor: o site *Nova Cana*¹⁸², que traz um perfil das usinas brasileiras (neste capítulo, utilizamos o que consta na aba “Perfil de exportações”), e o banco de dados *novaCana DATA*¹⁸³, que detalha as transações comerciais entre fornecedor brasileiro e comprador internacional (o caminho para as informações citadas é o seguinte: Exportação > Açúcar por compradores > Usinas vendedoras por comprador).

Importante observar que nem todas as usinas têm informações disponíveis nas duas plataformas – assim, em alguns casos, listamos somente empresas compradores e, em outros, apenas os países que receberam produtos daquela usina.

Informações sobre as unidades produtivas de propriedade de Raízen, Biosev, BP Bunge e Atvos são aprofundadas nos capítulos específicos dedicados a cada um desses grupos.

¹⁸² A página referente às usinas brasileiras no portal *Nova Cana* pode ser acessada neste link: <https://bit.ly/3CQivyN>.

¹⁸³ O *novaCana DATA* se autointitula a “a maior base de dados do mercado sucroenergético”. Mediante assinatura – custeada para esta pesquisa pela ACT – é possível acessar as informações referenciadas no capítulo.

1. USINA TRAPICHE

- *Localização:* Sirinhaém (Pernambuco)
- *Crimes e irregularidades:*
invasão de áreas de preservação, expulsão de comunidades tradicionais, poluição de manguezais, violência de gênero, ameaça, cárcere privado, tortura.
- *Empresas compradoras (2018-2021):*
ASR, Ed & Man, Louis Dreyfus, Raízen, Sucden, Sucro, Tereos, Toyota e Wilmar.
- *Países que receberam produtos da usina (2001-2016):*
África do Sul, Albânia, Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Bangladesh, Benim, Cabo Verde, Camarões, Canadá, China, Chipre, Cingapura, Colômbia, Costa do Marfim, Croácia, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Equador, Espanha, Estados Unidos, Filipinas, Finlândia, França, Gâmbia, Gana, Geórgia, Grécia, Guiné, Guiné Equatorial, Guiné-Bissau, Holanda, Iêmen, Índia, Iraque, Israel, Itália, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Mauritânia, México, Namíbia, Nigéria, Paquistão, Portugal, Quênia, Reino Unido, República Dominicana, Romênia, Rússia, Senegal, Serra Leoa, Síria, Somália, Sri Lanka, Sudão, Suécia, Suíça, Suriname, Tanzânia, Togo, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquia e Venezuela.

2. ITAMARATI

- *Localização:* Nova Olímpia (Mato Grosso)
- *Crimes e irregularidades:*
acusada de trabalho escravo pelo Ministério Público Federal.
- *Países que receberam produtos da usina (2001-2016):*
África do Sul, Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Bangladesh, Bolívia, Chile, China, Coréia do Sul, Cuba, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, França, Gâmbia, Gana, Grécia, Holanda, Hong Kong, Iêmen, Irã, Iraque, Itália, Japão, Mauritânia, Nigéria, Omã, Peru, Reino Unido, Síria, Somália, Sri Lanka, Tailândia, Taiwan e Uruguai.

3. ELDORADO (ATVOS)

- *Localização:* Rio Brilhante (Mato Grosso do Sul)
- *Crimes e irregularidades:*

flagrante de trabalho análogo à escravidão de 44 indígenas da aldeia Te'yikuê na fazenda Santo Antônio, produtora de cana-de-açúcar para a usina em contrato de parceria. Histórico de irregularidades trabalhistas com seus funcionários diretos: não pagamento de descanso semanal remunerado, prorrogação da jornada de trabalho além do limite legal e condições de segurança precárias.
- *Empresas compradoras (2018-2021):*

Alvean, Antei, Cofco, Louis Dreyfus, Nolis, Redpath, Sucden, Tate & Lyle e Wilmar
- *Países que receberam produtos da usina (2008-2016):*

Arábia Saudita, Argélia, Bangladesh, Canadá, Chile, China, Croácia, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estônia, França, Geórgia, Iêmen, Índia, Irã, Iraque, Israel, Letônia, Líbano, Malásia, Marrocos, Nigéria, Paraguai, Portugal, Reino Unido, República Dominicana, Romênia, Rússia, Síria, Taiwan, Tunísia, Uruguai e Venezuela.

4. UNIDADE SANTA ELISA (BIOSEV)

- *Localização:* Sertãozinho (São Paulo)
- *Crimes e irregularidades:*

sonegação de impostos e danos ambientais por vazamentos relacionados a vinhaça, água residuária, água de limpeza e produtos químicos.
- *Empresas compradoras (2018-2021):*

Alvean, Antei, Bakara, Bunge, Cargill, Casillo, Cofco, Copa Shipping, Csc Sugar, Czarnikow, Ed & F Man, Enerfo, Glencore, Lexden, Louis Dreyfus, Midstar, Nolis, Nom UK, Raízen, Redpath, Sostar, Southern Star, Sucden, Tate & Lyle, Timbro, United Sugar, Viterra e Wilmar.
- *Países que receberam produtos da usina (2009-2016):*

África do Sul, Albânia, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Armênia,

Bangladesh, Benim, Bulgária, Cabo Verde, Camarões, Canadá, Chile, China, Cingapura, Colômbia, Coréia do Sul, Costa do Marfim, Croácia, Djibuti, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Filipinas, França, Gâmbia, Gana, Geórgia, Grécia, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Holanda, Hong Kong, Iêmen, Índia, Indonésia, Irã, Israel, Itália, Jamaica, Japão, Jordânia, Libéria, Madagáscar, Malásia, Marrocos, Maurício, Mauritânia, México, Mianmar, Namíbia, Nigéria, Paquistão, Peru, Polônia, Porto Rico, Romênia, Rússia, Senegal, Serra Leoa, Síria, Somália, Sri Lanka, Suíça, Tailândia, Taiwan, Tanzânia, Togo, Tunísia, Ucrânia, Uruguai, Uzbequistão, Venezuela e Vietnã.

5. UNIDADE UNIVALEM (RAÍZEN*)

- *Localização:* Valparaíso (São Paulo)
- *Crimes e irregularidades:*
acidente de dois trabalhadores com ajuizamento de ação civil pública do Ministério Público do Trabalho (MPT).
- *Empresas compradoras (2018-2021):*
Agrocorp, Alvean, Casillo, Cj, Cofco, Copa Shipping, Csc Sugar, Czarnikow, Ed & F Man, Enerfo, Holbud, Lexden, Louis Dreyfus, Midstar, Nolis, Pacific Basin, Raízen, Redpath, Sostar, Sucden, Sucro, Tate & Lyle, Timbro, United Sugar, Viterra e Wilmar.

6. UNIDADE MOEMA (BP BUNGE)

- *Localização:* Orindiúva (São Paulo)
- *Crimes e irregularidades:*
infrações trabalhistas acumuladas que resultaram em ajuizamento de ação do MPT contra a usina: falhas de segurança por negligência, com incidência de acidentes, inclusive fatais; não pagamento das horas de deslocamento da moradia à frente de trabalho; e coação para que os trabalhadores anotassem horários de serviços diferentes do real em cartões manuais.
- *Países que receberam produtos da usina (2001-2016):*

África do Sul, Alemanha, Angola, Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Bangladesh, Benim, Canadá, Chile, China, Cingapura, Coréia do Norte, Costa Rica, Croácia, Cuba, Egito, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, França, Gana, Holanda, Iêmen, Índia, Indonésia, Irã, Israel, Itália, Jamaica, Japão, Malásia, Marrocos, Maurício, Mauritânia, Namíbia, Nigéria, Omã, Paquistão, Portugal, Quênia, Reino Unido, Romênia, Rússia, Síria, Sri Lanka, Sudão, Suécia, Taiwan, Tonga, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquia, Uganda, Venezuela e Vietnã.

7. UNIDADE FRUTAL (BP BUNGE)

- *Localização:* Frutal (Minas Gerais)
- *Crimes e irregularidades:*
danos a áreas de preservação permanente causados por fazendas arrendadas na divisa entre São Paulo e Minas Gerais – com ao menos três processos judiciais envolvendo quatro propriedades ligadas à usina. A principal infração é a supressão de vegetação, sem a autorização dos órgãos ambientais competentes, para o plantio de cana-de-açúcar.
- *Empresas compradoras (2018-2021):*
Alvean, Bunge, Cj, Cofco, Copa Shipping, Czarnikow, Ed & F Man, Enerfo, Lexden, Louis Dreyfus, Midstar, Nolis, Redpath, Southern Star, Sucden, Tereos, United Sugar e Wilmar.
- *Países que receberam produtos da usina (2010-2016):*
Alemanha, Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Bangladesh, Canadá, China, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, França, Geórgia, Holanda, Índia, Indonésia, Irã, Israel, Itália, Malásia, Marrocos, Maurício, Nigéria, Nova Zelândia, Polônia, Romênia, Rússia, Síria, Tunísia e Venezuela.

8. UNIDADE OUROESTE (BP BUNGE)

- *Localização:* Ouroeste (São Paulo)

- *Crimes e irregularidades:*
usina processada por incêndio que atingiu área de preservação permanente. Depois de ter recursos negados, firmou Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) para restaurar os prejuízos e implantar medidas de prevenção a incêndios.
- *Empresas compradoras (2018-2021):*
Alvean, Bunge, Cj, Czarnikow, Ed & F Man, Enerfo, Lexden, Louis Dreyfus, Midstar, Nolis, Nom UK, Southern Star, Sucden, Tereos e Wilmar.
- *Países que receberam produtos da usina (2010-2016):*
Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Bangladesh, Canadá, Chile, China, Croácia, Egito, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, França, Geórgia, Iêmen, Índia, Indonésia, Irã, Israel, Japão, Malásia, Marrocos, Maurício, Nigéria, Nova Zelândia, Polônia, Rússia, Síria, Tunísia, Turquia e Venezuela.

9. UNIDADE ITAPAGIPE (BP BUNGE)

- *Localização:* Itapagipe (São Paulo)
- *Crimes e irregularidades:*
degradação ambiental pela poluição de um córrego com vinhaça e água residual, fato que gerou denúncia do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG). A usina tem pelo menos outros três procedimentos ambientais ativos no MPMG por conta do cultivo de cana-de-açúcar sem o devido licenciamento.
- *Empresas compradoras (2018-2021):*
Alvean, Bunge, Cofco, Copa Shipping, Czarnikow, Ed & F Man, Enerfo, Louis Dreyfus, Midstar, Nolis, Redpath, Sucden, Tereos, United Sugar e Wilmar.
- *Países que receberam produtos da usina (2007-2016):*
África do Sul, Arábia Saudita, Argélia, Bahrein, Bangladesh, Canadá, China, Costa Rica, Djibuti, Egito, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Gana, Geórgia, Guiné, Iêmen, Índia, Indonésia, Irã, Jamaica, Malásia, Marrocos, Mauritânia, Nigéria, Nova Zelândia, Paquistão, Rússia, Síria, Sri Lanka, Trinidad e Tobago, Venezuela e Vietnã.

10. UNIDADE MONTEVERDE (BP BUNGE)

- *Localização:* Ponta Porã (Mato Grosso do Sul)
- *Crimes e irregularidades:*
compra de cana-de-açúcar de cinco propriedades localizadas dentro da Terra Indígena Jatayvary, com contaminação de água, exposição a pesticidas, violência e intimidação contra a comunidade indígena. Após denúncias do fato – o plantio de cana de açúcar para uso comercial em áreas indígenas é proibido por lei –, a Coca-Cola exigiu mudança de postura da Bunge, sua fornecedora de açúcar, e a usina Monteverde rompeu os contratos de arrendamento com as fazendas da Jatavyary em 2014. Anos depois, os produtores de soja permaneciam na TI, com trânsito intenso de caminhões carregados de agrotóxicos passando pela estrada vizinha ao território.
- *Empresas compradoras (2018-2019):*
Nolis, Redpath, Sucden e Wilmar.

11. CONQUISTA DO PONTAL (ATVOS)

- *Localização:* Mirante do Paranapanema (São Paulo)
- *Crimes e irregularidades:*
omissão de vínculo empregatício, terceirização ilegal, más condições e falta de segurança no trabalho, condições sanitárias inadequadas e remuneração em desacordo com a legislação.
- *Empresas compradoras (2018-2021):*
Alvean, Antei, Cj, Cofco, Copa Shipping, Czarnikow, Ed & F Man, Enerfo, Haleel, Louis Dreyfus, Midstar, Nolis, Nom UK, Raízen, Redpath, Sostar, Sucden, Tate & Lyle, United Sugar, Viterra e Wilmar.
- *Países que receberam produtos da usina (2007-2016):*
Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Bahrein, Bangladesh, Canadá, Chile, China, Coréia do Sul, Costa Rica, Croácia, Egito, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Espanha, Estados Unidos, Estônia, França, Geórgia, Holanda,

Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Israel, Itália, Jamaica, Lituânia, Malásia, Marrocos, Maurício, Nigéria, Reino Unido, República Dominicana, Rússia, Síria, Somália, Tailândia, Taiwan, Tunísia e Venezuela.

SELO BONSUCRO

O Selo Bonsucro é uma iniciativa que visa reduzir impactos ambientais e sociais na produção de açúcar, etanol e energia provenientes da cana-de-açúcar. A certificação Bonsucro supostamente garante ao consumidor que o açúcar e o etanol foram produzidos com foco no cumprimento de cinco itens: legislação; biodiversidade e impacto ao ecossistema; direitos humanos; produção e melhoria contínua. A certificação é uma das exigências da União Europeia para importação de açúcar e etanol.

A direção da Bonsucro é composta por membros da indústria da cana, fazendeiros, empresas consumidoras e sociedade civil. A Coca-Cola está representada no conselho do selo, formado por 22 pessoas¹⁸⁴. Outras quatro empresas associadas da União da Indústria de Cana-de-açúcar (UNICA) também fazem parte da direção na categoria "industrial": Bunge, Copersucar, Guarani e Raízen¹⁸⁵. O gerente de sustentabilidade da UNICA integrou o Conselho do Bonsucro por três anos, durante o período em que foram desenvolvidos "os parâmetros que hoje vigoram para a certificação de usinas".

Michel Santos, segundo a página da certificadora, é o atual vice-presidente do Conselho de Administração da Bonsucro. Ele também é o atual gerente de Assuntos Corporativos & Sustentabilidade da Bunge Brasil. Raízen, Biosev e outras usinas já mencionadas também integram a certificadora na qualidade de membro, ao mesmo tempo em que têm suas safras certificadas.

O doutor pela FGV Bruno Perosa, autor da tese *A Emergência da Governança Socioambiental no mercado internacional de biocombustíveis*, acredita que o selo pode sofrer de credibilidade pela sua própria composição diretiva e mais um problema grave diante da parceria com a WWF. “A questão da legitimidade de certificações realmente é complicada. O Bonsucro, além das empresas

¹⁸⁴ BONSUCRO. Team. Disponível em: <https://bit.ly/36saBij>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁸⁵ BONSUCRO. Member's Annual Report. Disponível em: <https://bit.ly/3lixBhc>. Acesso em: 16 mar. 2022.

por você mencionadas, tem a coordenação do WWF que, a princípio, seria uma ONG independente (existem críticas sobre isso). De toda forma, essa certificação conseguiu ser credenciada pela União Europeia e garante o acesso de produtores certificados ao mercado europeu. O que teoricamente já seria uma chancela de que o sistema funciona. Essa questão de empresas certificadas fazerem parte da certificação já ocorreu em outros setores, como o florestal, e não é visto como um problema per si. Mas concordo que isso gera possíveis distorções”, avalia Perosa.

Os problemas em usinas com o selo ocorrem, por exemplo, na usina Santa Adélia, que tem unidades no interior de São Paulo e é fornecedora da Coca-Cola. O Ministério Público Federal (MPF) abriu inquérito, em março de 2013, para apurar indícios de crime ambiental, usurpação de recursos minerais, sonegação fiscal e formação de quadrilha.

Outras três usinas mencionadas anteriormente nesta pesquisa, Barralcool, Itamarati e Trapiche, envolvidas em questões trabalhistas e ambientais, também exibem o selo de certificação da Bonsucro¹⁸⁶, assim como diversas unidades dos grupos Biosev, Raízen, BP Bunge e Atvos. Segundo o procurador do trabalho Rafael Gomes, o processo de auditoria da Bonsucro que precede a concessão do certificado não assegura que alguns dos princípios estabelecidos pela própria iniciativa são efetivamente cumpridos.

A pesquisa localizou irregularidades que podem comprometer parte da cadeia produtiva de empresas com o selo Bonsucro. A própria credibilidade do selo pode ser contestada ao se verificar que as próprias usinas e seus diretores fazem parte da direção técnica e administrativa da Bonsucro.

¹⁸⁶ BONSUCRO. **Certificate Holders**. Disponível em: <https://bit.ly/3KQzLa5>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CAPÍTULO VIII

OS GRANDES GRUPOS INDUSTRIAS

Raízen, Atvos, Biosev e BP Bunge são os quatro maiores grupos do ramo sucroenergético brasileiro¹⁸⁷. São 51 usinas, com capacidade conjunta de processar cerca de 175 milhões de toneladas de cana-de-açúcar a cada ano, o que corresponde a mais de um terço da produção nacional.

Cada usina processadora define a equação entre os subprodutos da cana-de-açúcar (etanol, açúcar e energia) conforme seu planejamento estratégico e as variações do mercado de *commodities*. A Raízen foi o grupo que mais produziu açúcar: 4,2 milhões de toneladas. Biosev e BP Bunge processaram 1,9 e 1,1 milhões de toneladas, respectivamente. A Atvos produziu apenas 235 mil toneladas. Somadas, as quatro empresas são responsáveis por cerca de 40% do açúcar produzido no país.

O fornecimento para a Coca-Cola aparece abertamente nos grupos com maior produção do derivado: Raízen, Biosev e BP Bunge. Para a safra de 2021, a Atvos anunciou que deve aumentar o percentual de açúcar produzido, o que pode também colocá-la no circuito da indústria de refrigerantes¹⁸⁸.

A presença do capital internacional é direta em três das quatro companhias: Raízen (Shell), Biosev (Louis Dreyfus) e BP Bunge. A Atvos é controlada pela Odebrecht e atualmente passa por recuperação judicial.

Esta pesquisa traz informações sobre os impactos de cada um dos quatro maiores grupos sucroenergéticos. São problemas recorrentes as infrações tributárias, trabalhistas e socioambientais.

Assim como no caso do grupo Coca-Cola, a indústria da cana é alvo frequente de processos tributários, além de figurar na lista de devedores da União.

¹⁸⁷ RPA NEWS. Quatro dos maiores processadores de cana brasileiros têm ociosidade; confira. 08 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/34QstUy>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁸⁸ NOVACANA. Atvos tem prejuízo de R\$ 1,5 bi em 2019/20; indica otimismo após recuperação judicial. 23 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/35Xcgxu>. Acesso em: 16 mar. 2022.

Entre os problemas trabalhistas, há desde disputas em torno da remuneração devida até casos de negligência com segurança que geram acidentes fatais. Vale destacar também o caso de trabalho escravo de 44 indígenas flagrados em 2016 em fazenda parceira da Usina Eldorado, da Atvos, localizada em Rio Brilhante (MS).

Os impactos socioambientais são contínuos. Por mais que tenham sido restringidas pela legislação recente, as queimadas (em geral sem comprovação de autoria) continuam afetando tanto áreas de preservação quanto propriedades vizinhas dos canaviais.

Um dos principais problemas atuais é a aplicação de vinhaça, resíduo malcheiroso que polui o meio ambiente e gera infestação de moscas nocivas a animais. Mais grave ainda são os agrotóxicos, principalmente quando aplicados por via aérea, que contaminam e atingem comunidades, como as indígenas do sul do Mato Grosso do Sul.

Também há disputa em torno de terras indígenas em processo de demarcação. A Raízen possui canaviais em duas terras indígenas já delimitadas pela Funai, sendo uma já declarada. Ambas ficam no Mato Grosso do Sul, em região onde o agronegócio tem empurrado os índios para a extrema vulnerabilidade social, inclusive com uso de violência direta.

Por fim, é preciso levar em conta que o avanço do monocultivo afeta a própria segurança alimentar de regiões e do próprio país. É o que acontece, por exemplo, na região do Triângulo Mineiro, onde há usinas da BP Bunge. A presença da indústria da cana faz com que as terras sejam valorizadas e passem a ser destinadas cada vez mais ao monocultivo, em detrimento da agricultura familiar.

BIOSEV

A COMPANHIA

A Biosev é o braço sucroenergético da Louis Dreyfus Company, gigante holandesa do agronegócio mundial, fundada em 1851. Junto com Archer Daniels Midland (ADM), Bunge e Cargill, a Dreyfus forma o grupo conhecido como ABCD, que

domina o mercado global de *commodities* agrícolas há décadas. Apenas nos últimos anos a chinesa Cofco se aproximou das quatro. Em 2019, a corporação holandesa registrou faturamento de US\$ 33,7 bilhões¹⁸⁹.

O predomínio mundial das gigantes do agronegócio também se reflete no Brasil. Por meio de grandes investimentos, fusões e aquisições, cresceram rapidamente a partir da década de 1990¹⁹⁰. Foi nesse contexto que a Louis Dreyfus criou a Biosev. O grupo comprou a primeira usina de cana-de-açúcar no ano 2000, em Leme (SP). No ano seguinte, adquiriu uma unidade em Lagoa da Prata (MG). Entre 2006 e 2008, chegou a Rio Grande do Norte, Mato Grosso do Sul e Paraíba. Em 2009, comprou 60% do segundo maior grupo do setor na época, a Santelisa Vale. Em menos de dez anos, consolidou uma proeminente posição no mercado brasileiro da cana-de-açúcar.

O complexo industrial da Biosev tem capacidade de processamento de 32,2 milhões toneladas de cana-de-açúcar por ano. Na safra de 2018, foram produzidas 1,9 milhão de toneladas de açúcar¹⁹¹. Os números colocam a Biosev entre as três maiores companhias do setor no país.

As oito usinas da empresa estão localizadas em Rio Brilhante (MS), Passa Tempo (MS), Lagoa da Prata (MG), Colômbia (SP), Sertãozinho (SP), Leme (SP) e Morro Agudo (SP), cidade na qual há duas unidades. A Biosev também possui um terminal marítimo de exportação em Santos (SP)¹⁹².

A relação com a Coca-Cola é comprovada pelos prêmios de reconhecimento aos fornecedores que a empresa de refrigerantes realiza. Em 2013, a usina Santa Elisa, de Sertãozinho (SP), foi um dos destaques¹⁹³. O mesmo prêmio veio em

¹⁸⁹ FORTUNE. Global 500: Louis Dreyfus. 02 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3CwDQM4>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁹⁰ TRASE. **Sustentabilidade das cadeias de produção:** risco de desmatamento na exportação de soja brasileira. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3KKjDH4>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁹¹ BIOSEV. **Relatório de Sustentabilidade 2017/2018.** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KKkgjU>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁹² BIOSEV. **Relatório de Sustentabilidade 2018/2019.** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/368VGui>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁹³ BIOSEV. Unidade Santa Elisa recebe prêmio Ouro da Coca-Cola FEMSA. 12 abr. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3tfnJ3X>. Acesso em: 16 mar. 2022.

2015, junto com a unidade UMB, de Morro Agudo (SP)¹⁹⁴. No ano seguinte, o relatório de sustentabilidade da Biosev indica ter recebido o prêmio da Coca-Cola novamente, mas sem especificar qual usina¹⁹⁵.

QUESTÕES TRIBUTÁRIAS

Em janeiro de 2019, a Biosev foi acusada pela Receita Federal de cometer crime tributário. Depois de uma fiscalização, a Receita enquadrou a subsidiária Biosev Bioenergia na lei n. 8.137/90, que versa sobre crimes contra a ordem tributária, como omitir informações, prestar declarações falsas ou fraudar a fiscalização¹⁹⁶. A denúncia foi encaminhada ao Ministério Público Federal (MPF).

Em agosto de 2020, o MPF informou, aos autores deste livro, que ainda não instaurou o procedimento investigatório porque aguarda a conclusão dos trâmites administrativos instaurados pela Receita Federal. A Receita Federal foi procurada, mas informou que não comenta processos em andamento.

Com o CNPJ principal, a Biosev está inscrita na dívida ativa da União com um montante de R\$ 405 mil, referente à multa trabalhista. Com o registro da unidade Santa Elisa, de Sertãozinho (SP), registra débito de R\$ 15,5 milhões.

O caso se arrasta pelo menos desde 1994, quando a Receita Federal apurou que a antiga Usina Santa Elisa¹⁹⁷ simulava a venda de açúcar a empresas localizadas na Zona Franca de Manaus visando benefício fiscal no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). “Ocorre, todavia, que em momento algum o açúcar, de fato, era internado na Zona Franca de Manaus ou Amazônia Ocidental, ou seja, a mencionada operação mercantil apenas existia de forma escritural, com a finalidade exclusiva de obtenção a isenção fiscal do imposto sobre produtos industrializados”, indica decisão do Tribunal Regional Federal da 3^a Região¹⁹⁸. A condenação na segunda instância ocorreu apenas em 2009.

¹⁹⁴ BIOSEV. **Relatório de Sustentabilidade 2014/2015**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3we2XDv>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁹⁵ BIOSEV. Relatório de Sustentabilidade 2015/2016. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3idJ7jX>. Acesso em: 16 mar. 2022.

¹⁹⁶ No documento *Representações fiscais para fins penais encaminhadas ao Ministério Público* referente ao pedido citado.

¹⁹⁷ A incorporação à Biosev foi apenas em 2009.

¹⁹⁸ Citada no Agravo de Instrumento n. 1.286.765 - SP (2010/0048323-0).

A companhia seguiu recorrendo da decisão. Em 2017, o Superior Tribunal Federal (STF)¹⁹⁹ confirmou a dívida da usina, mas concedeu *habeas corpus* para não execução até conclusão de análise de compensação de crédito da Receita Federal. A pesquisa entrou em contato com a Receita buscando atualizar a situação, mas obteve a resposta de que, amparado pelo Código Tributário Nacional, o órgão “não pode comentar casos ou decisões que envolvem contribuintes específicos”.

A Biosev também aparece na dívida ativa do estado de São Paulo, com o CNPJ da unidade Vale do Rosário, de Morro Agudo (SP)²⁰⁰. O valor de R\$ 1 milhão é relacionado a multa tributária (irregularidades com ICMS). A questão da multa foi esgotada judicialmente. No entanto, governo do estado e Biosev ainda travam duelo na Justiça sobre ressarcimento de valores de possíveis benefícios fiscais decorrentes da operação que gerou a referida multa. Atualmente, o processo está em segunda instância²⁰¹. O valor da ação é de R\$ 2,7 milhões. A Secretaria da Fazenda de São Paulo informou à reportagem que as informações são protegidas por sigilo fiscal.

INFRAÇÕES NO MERCADO DE CAPITAIS

A Biosev sofreu processo administrativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por operações cambiais, entre 2015 e 2016, que geraram ganhos indevidos de mais de R\$ 2,5 milhões à controladora Louis Dreyfus, em detrimento da própria empresa. Três executivos da Biosev foram acusados de não tomar as provisões devidas para evitar os prejuízos sofridos pela companhia. Em novembro de 2019, o caso foi encerrado com um acordo de ressarcimento de R\$ 450 mil aos cofres da Biosev, dividido entre os três diretores.

QUESTÕES TRABALHISTAS

A Biosev reconheceu responder a nada menos do que 10 mil ações trabalhistas em março de 2012²⁰². As reclamações eram de ordens variadas: horas extras, adicionais de periculosidade, indenização por acidente de trabalho, terceirização ile-

¹⁹⁹ O documento pode ser lido neste link: <https://bit.ly/3KVxeeZ>.

²⁰⁰ Sob registro de n. 1239259910.

²⁰¹ O seu número é 1023133-98.2017.8.26.0506

²⁰² Documento interno da Biosev produzido pela auditoria Deloitte Touche Tohmatsu.

gal, ambiente de trabalho, entre outras. Na época, a provisão financeira para perdas em processos trabalhistas era de mais de R\$ 180,6 milhões. Somando-se tal montante às provisões para ações judiciais cíveis, ambientais e tributárias, o valor chegava a R\$ 557,9 milhões.

Mais recentemente, em documento de apresentação dos resultados do terceiro trimestre de 2020, as provisões trabalhistas, cíveis, ambientais e tributárias somam R\$ 286,4 milhões. Não há especificação do valor de cada uma das áreas. Se imaginarmos que a proporção tenha se mantido neste intervalo, o cálculo de perdas trabalhistas em 2020 estaria na casa dos R\$ 90 milhões.

Entre os processos recentes, destaque para o inquérito civil em que o Ministério Público do Trabalho (MPT) acusa a unidade da Biosev de Rio Brilhante (MS) de contratar trabalhadores sem carteira assinada e desrespeitar outros direitos trabalhistas. O inquérito foi produzido a partir de autos de infração anteriores da auditoria-fiscal do trabalho. Em 19 de agosto de 2020, diante da falta de respostas da empresa, o MPT decidiu ajuizar ação civil pública²⁰³. Também está ativo um procedimento de acompanhamento judicial do MPT, fruto de ação civil pública de 2015, referente a usina de Maracaju (MS)²⁰⁴.

Outra ação ativa na área trabalhista trata de usina em Arês (RN). A unidade foi vendida em 2018, mas tem dois procedimentos em andamento no MPT/RN. Como a empresa ainda vende o açúcar produzido na região²⁰⁵, as informações foram mantidas no presente relatório. O primeiro caso tem origem em fiscalização no ano de 2009 e trata de condições sanitárias que seguem sendo acompanhadas pelo MPT²⁰⁶. O segundo é um inquérito civil instaurado em julho de 2020 com base em autuação por descumprimento de acordo coletivo de trabalho em maio de 2018²⁰⁷.

Vale registrar que, em 2012, MPT e auditores-fiscais registraram graves violações trabalhistas e lavraram 35 autos de infração na mesma usina. A maioria foi referente a falhas e precariedade do sistema de segurança no setor industrial,

²⁰³ A ação foi distribuída para a Vara do Trabalho de Rio Brilhante (MS), sob o n. ACP 0024769-04.2020.5.24.009

²⁰⁴ A unidade industrial foi desativada em 2017, com transferência das operações para Rio Brilhante e Passa Tempo.

²⁰⁵ NOVACANA. Biosev vende Usina Estivas por R\$ 203,6 milhões. 21 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3tfnJ3X>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²⁰⁶ Processo de Acompanhamento Judicial n. 000313.2009.21.000-1.

²⁰⁷ Inquérito Civil n. 000540.2018.21.000-1.

como plataformas podres que apresentavam riscos de acidentes com quedas durante o trabalho. Também há desrespeito de direitos como pagamento de horas de deslocamento.

Outro problema encontrado na mesma inspeção foi sobre a falta de segurança para os aplicadores de agrotóxicos. A procuradora regional do Trabalho, Ileana Neiva, destacou a questão em entrevista à *Repórter Brasil*²⁰⁸, em dezembro de 2012. "No campo, por exemplo, os aplicadores de veneno tiravam as roupas de proteção, penduravam num galho e iam comer, para depois retomar o trabalho. Nesse meio tempo, as partes já contaminadas tinham contato com a parte de dentro das roupas, expondo os trabalhadores a graves riscos".

Três anos antes, outra operação flagrou terceirização ilícita e condições no limiar do degradante e do trabalho escravo em Minas Gerais²⁰⁹.

IMPACTO SOCIOAMBIENTAL

A unidade da Biosev de Lagoa Prata (MG), adquirida em 2001, remonta à década de 1950, quando foi fundada a Usina Luciânia. De propriedade do bilionário Antônio Luciano Pereira, a usina causou impactos profundos no ecossistema local. O empresário chegou a desviar o curso do rio São Francisco para facilitar o escoamento da produção, sem licença ambiental. Para dar lugar ao monocultivo, matas ciliares e nativas foram queimadas e derrubadas²¹⁰.

Outro grande impacto aconteceu entre os anos 1970 e 1980, com a drenagem de lagoas para dar lugar ao plantio de cana. De acordo com o representante da Associação dos Pescadores Amadores do Alto São Francisco (Aapa), Saulo de Castro, os peixes alcançavam tais lagoas e depositavam as ovas para reprodução com as cheias do rio São Francisco. Devido à drenagem, o ciclo foi quebrado e o berçário natural de peixes destruído²¹¹. O Ibama contabilizou 38 lagoas que deixaram de existir, o que causou desequilíbrio no ecossistema da região.

²⁰⁸ GLASS, Verena. Usinas certificadas com selo social são autuadas por violações de direitos trabalhistas. **Repórter Brasil**, 13 dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/36oFfd6>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²⁰⁹ PYL, Bianca. Louis Dreyfus se recusa a firmar acordo após fiscalização. **Repórter Brasil**, 28 dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/37CJFxQ>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²¹⁰ CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia**. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3CLA2bE>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²¹¹ JORNAL CIDADE. Ambientalistas trabalham para que Lagoa da Prata tenha área de soltura de animais na Volta Grande. 8 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3KPrNhl>. Acesso em: 16 mar. 2022.

A Biosev é alvo de uma ação civil do Ministério Públíco de Minas Gerais (MPMG) por exploração predatória da bacia do rio São Francisco²¹². O requerimento exige a recuperação das Áreas de Preservação Permanente (APPs), além de uma indenização no valor de R\$ 24 milhões por danos ambientais e sociais causados pelo cultivo de cana-de-açúcar sem licença ambiental.

Atualmente, a região está tomada pelo monocultivo²¹³. Em 2015, um movimento de moradores locais lutou para frear a expansão dos canaviais, que já ocupavam 70% das áreas dos municípios de Lagoa da Prata, Japaraíba, Arcos e Luz Santo Antônio do Monte.

A população urbana também sofre as consequências de viver cercada por extensos canaviais, principalmente em relação ao uso de agrotóxicos. No ano de 2008, a Câmara Municipal de Lagoa da Prata proibiu a aplicação aérea de agrotóxicos e substâncias semelhantes²¹⁴. Desde então, a Biosev vem tentando reverter a lei. Nos últimos anos, a estratégia da empresa foi propor um novo debate: em vez de “agrotóxico”, usa-se o termo “maturador”, com o argumento de que tais substâncias são inofensivas.

Segundo o superintendente da Biosev, Leonardo Lovato, a empresa não aplica agrotóxicos, apenas o Moddus, um regulador de crescimento e adubo foliar²¹⁵. Acontece que o principal componente do Moddus, o trinexapaque-etílico, é uma substância considerada perigosa, altamente persistente no meio ambiente e consta na monografia de agrotóxicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa)²¹⁶.

Há anos, a aplicação de substâncias químicas por via aérea é discutida pela população de Lagoa da Prata. No final de 2017, houve consulta popular para de-

²¹² MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Ação do MPMG responsabiliza empresas por degradação ambiental decorrente do cultivo de cana-de-açúcar em APPs na bacia do rio São Francisco. 20 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3u6JMco>. Acesso em: 16 mar. 2020.

²¹³ MENDONÇA, Maria Luisa. Monocultivo da cana devasta o Cerrado no Alto São Francisco. **Brasil de Fato**, 03 jul. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/37DDzxd>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²¹⁴ PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA. **Lei n. 1.646/2008, de 02 de setembro de 2008**. Proíbe o lançamento de agrotóxico e congêneres, por via aérea, nas lavouras cultivadas em imóveis situados na área territorial do município de Lagoa da Prata. Disponível em: <https://bit.ly/3JvjyXq>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²¹⁵ NOGUEIRA, Junior. Novo Superintendente da Biosev diz que 1.200 foram contratados para a safra e que há perspectiva de gerar mais empregos. **O Papel**, 29 mar. 2019. Disponível em:

<https://bit.ly/3igah9M>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²¹⁶ Disponível neste documento: <https://bit.ly/3wom6mR>.

bater o assunto e 87% dos votantes concordaram com a aplicação aérea de maturadores. Dias antes da votação, funcionários da Biosev percorreram os bairros da cidade reiterando a necessidade em aprovar o uso de maturadores para manter a competitividade de mercado e evitar uma possível demissão em massa na região, caso a usina fosse fechada. Meses depois, a aplicação aérea de maturadores foi aprovada na Câmara Municipal.

No entanto, antes de ser aprovada pela Câmara, a proposição de lei foi vedada integralmente pelo prefeito Paulo César Teodoro, sob justificativa de que a iniciativa respondia apenas aos interesses privados da Biosev, que buscava otimizar a produção e reduzir custos. Para ele, o fechamento da usina e a possibilidade de desemprego eram insustentáveis, visto que a empresa fora beneficiada economicamente com a reforma trabalhista. Os funcionários tiveram vários direitos suprimidos pela lei e a empresa não propôs nenhuma compensação.

Em 2020, tramitava na Câmara um novo projeto de lei, de autoria dos vereadores Olair (Preto), Cida Marcelino e Adriano Moreira, para revogar a autorização da aplicação aérea de maturadores. Segundo eles, o assunto foi mal discutido e há grande controvérsia em relação aos riscos à saúde, tanto da população quanto do meio ambiente.

Os parlamentares afirmam ter notado que a maioria dos votos favoráveis, na consulta pública, veio dos próprios funcionários da Biosev. Em resposta, a empresa afirmou ser a maior geradora de empregos da região e que assegura a proteção ao meio ambiente e à saúde da população de Lagoa da Prata²¹⁷.

Além do agrotóxico, a população sofre com o mau cheiro da vinhaça²¹⁸ (água residual usada para irrigação da cana), com o forte calor e constante riscos de incêndio²¹⁹.

Sobre a usina de Rio Brilhante (MS), a pesquisadora Lara Buscioli elenca quatro impactos da atuação da Biosev na região, em especial sobre o acampamento indígena Laranjeira Ñanderu e três assentamentos do Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST):

²¹⁷ CANA ONLINE. Vereadores querem proibir novamente a pulverização aérea. 01 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3qd8ner>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²¹⁸ JORNAL CIDADE. Biosev se reúne com autoridades de Japaraíba para tratar sobre normatizações. 10 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3JjfzNP>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²¹⁹ RUSSEL, Alan. Queimadas em Lagoa da Prata comprovam que cidade necessita de Batalhão do Corpo de Bombeiros. **Jornal Cidade**, 8 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3qe6Chk>. Acesso em: 16 mar. 2022.

1) produção de alimentos – com a perda da produção camponesa e indígena devido à pulverização do agrotóxico utilizado nas lavouras de cana-de-açúcar; 2) ambiental – com a intoxicação do solo/água devido à pulverização e a morte da fauna/flora do território; 3) saúde – relacionadas aos problemas respiratórios, gastrointestinais e de envenenamento/intoxicação destes sujeitos; e por fim, 4) dificulta o processo de demarcação do território indígena e realização da reforma agrária, bem como nos modos-de-vida²²⁰.

A pesquisadora relata que os camponeses são assediados pela Biosev para o arrendamento de terras para produção de cana-de-açúcar nos assentamentos, que estão ilhados pelo monocultivo. Entre as ações do movimento, estão o bloqueio da passagem de caminhões das Biosev, que causam transtorno para os assentados.

No caso dos indígenas, o acampamento Laranjeira Ñanderu foi realizado, em 2007, em uma reserva legal da Fazenda Santo Antônio da Nova Esperança, na qual a Biosev produzia cana-de-açúcar por meio de arrendamento na Fazenda Cadeado. O acampamento é uma ação de resistência dos Guarani-Kaiowá para pressionar a demarcação de terras indígenas na região.

Segundo integrante da Tekoha Laranjeira Ñanderu, recai sobre a população indígena o estigma de invasores de terra, o que não é verdade. Para ela é errado falar em conflito, justamente porque eles desejam retornar a terra que lhes fora roubada. “A gente quer de volta o nosso espaço, onde os nossos ancestrais viveram com as famílias. Quando a gente retoma, encontramos muita coisa. Morte, ameaça, perseguição. E os fazendeiros, você sabe, né? A ganância e ambição são vírus que nunca vão sarar”, diz.

As idas e vindas são constantes. Em 2009, a comunidade foi despejada e ficou às margens da rodovia até 2011, quando reocupou a terra. Há casos acumulados de suicídios e mortes por atropelamento. Em abril de 2019, os indígenas

²²⁰ BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Impactos e resistências no processo de estrangeirização de terras em Rio Brilhante (MS)**: o caso dos projetos de assentamentos federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do território indígena Laranjeira Ñanderu. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2016, p. 9. Disponível em: <https://bit.ly/3wmnshA>. Acesso em: 17 mar. 2022.

conseguiram suspender na Justiça a reintegração de posse. Em janeiro de 2020, a casa de reza da comunidade foi incendiada²²¹.

As comunidades indígenas vivem cercadas pela monocultura. Pouco a pouco a paisagem foi sendo alterada e as florestas sendo derrubadas para dar lugar à cana-de-açúcar e soja. De acordo com o antropólogo Diógenes Cariaga, o maior impacto nas comunidades tradicionais surge pelo avanço da monocultura e a destruição de florestas. Essas populações se encontram segregadas a pequenos espaços de terra onde não conseguem produzir roças próprias e ter autonomia alimentar. A densidade populacional é muito grande, o que impede os indígenas de terem um plantio de subsistência e os torna mais dependentes de políticas de segurança social.

O avanço da monocultura da região, portanto, desrespeita os princípios e modos de existir e de viver dessas populações indígenas. A integrante da Tekoha Laranjeira Ñandaru ressalta: "aqui perto tem a fazenda Cadeado, onde você não vê mais as florestas. Só tem cana. Os animais muitas vezes perdem seu lugar natural, não tem mais nada. Isso também afeta nossa vida porque nós, Guarani-Kaiowá, sempre vivemos de caça, de pesca. É isso que estão fazendo aqui, estão matando, destruindo, envenenando. E deixando a terra muito pobre. E aí culpam a gente de invasores".

Outro ponto pouco discutido é o papel central da produção de cana-de-açúcar no espalhamento da tuberculose entre indígenas da região. Segundo pesquisa feita em parceria com a Fiocruz²²², essa ligação pode ser explicada devido às condições precárias de trabalho da população indígena nos canaviais, como trabalho excessivo, equipamentos de segurança inadequados e ausência de serviços sanitários e de saúde. Um agravante é o fato de os trabalhadores da cana-de-açúcar estarem constantemente em contato, o que facilita o espalhamento da doença. A queima da cana também tem sido associada a doenças respiratórias em populações que moram perto dos canaviais, porque a combustão produz substâncias que irritam o sistema respiratório, causando inflamação e baixa no sistema imunológico.

²²¹ CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Laranjeira Nhanderu é atacada, tem Casa de Reza incendiada e indígenas Guarani Kaiowá vivem terror na virada do ano. 02 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/34S3LTK>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²²² SACCHI, Flávia Patussi Correia et al. Sugar cane manufacturing is associated with tuberculosis in an indigenous population in Brazil. **Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene**, Oxford, n. 7, p. 152-157, jan. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3u6HASo>. Acesso em: 17 mar. 2022.

No cultivo de cana, o uso de vinhaça afeta também produtores de gado, com os animais sendo atacados pelas “moscas do estábulo” que se proliferam com o produto químico²²³.

Por fim, a contaminação por agrotóxicos é mais um dos graves impactos do cultivo agrícola que se repete na região. Tanto no caso dos camponeses quanto dos indígenas, a aplicação de agrotóxico no entorno tem impacto direto na produção de alimentos e na saúde da comunidade.

Um levantamento feito pela *Agência Pública* em parceria com a *Repórter Brasil*²²⁴ revelou a contaminação por agrotóxico na água das cidades brasileiras. Entre 2014 e 2017, foram detectados 27 agrotóxicos nas águas que abastecem o município de Rio Brilhante, sendo que onze são associados a doenças crônicas como câncer, defeitos congênitos e distúrbios endócrinos.

Entre a população indígena, cujo abastecimento de água é contaminado por agrotóxicos que alcançam o lençol freático, há relatos de diarreia e dor de cabeça após períodos de chuva. Mesmo numa terra indígena que existe há cem anos, o problema de acesso a água tratada é atual e uma das principais questões de vulnerabilidade dessa população.

Durante a pandemia da covid-19, a Biosev conseguiu na Justiça manter o transporte dos trabalhadores mesmo com proibição municipal, o que é especialmente grave considerando as comunidades indígenas do entorno²²⁵.

Ainda no Mato Grosso do Sul, a companhia responde a processo judicial²²⁶ desde 2005 por degradação de área de preservação permanente pela usina Maracaju, desativada em 2017.

Em São Paulo, a Biosev é alvo frequente de inquéritos civis e policiais por queimadas ilegais. A maioria dos casos acaba arquivada por falta de provas de intencionalidade ou autoria, mas há procedimentos ainda ativos do Ministério

²²³ PERES, Priscilla; ROCHA, Leonardo. Projeto disciplina destino de subproduto de usinas para combater mosca. **Campo Grande News**, 05 ago. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3ldvyvi>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²²⁴ AGÊNCIA PÚBLICA; REPÓRTER BRASIL. Descubra se a água da sua torneira foi contaminada, de acordo com dados do Sisagua. **Por trás do alimento**, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/37HRuCx>. Acesso em: 17 mar. 2022

²²⁵ CÁCERES, Evelin. Mesmo com pandemia, transporte de 5 mil trabalhadores é liberado para usineiros de MS. **Midiamax**, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3L8ZbQD>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²²⁶ N. 0801728-06.2014.8.12.0014.

Público de São Paulo (MPSP) para averiguação. Também há processos já ajuizados. Em julho de 2020, a empresa foi condenada em primeira instância por danificar área de preservação permanente em Santa Cruz da Conceição (SP)²²⁷.

Outros exemplos de condenações da Biosev foram em 2014, por acidente relacionado a depósito de lixo tóxico a céu aberto em Sertãozinho (SP), em que um garoto de 12 anos ficou ferido²²⁸; e, em 2010, por queimadas proibidas, mesmo tendo alegado origem desconhecida do fogo²²⁹.

Na Paraíba, a unidade Giasa, vendida em novembro de 2018, também foi alvo de ações do Ministério Público por danos ambientais em importantes rios do entorno²³⁰.

Por fim, cabe citar o próprio “confessionário” da empresa em seus relatórios de sustentabilidade anuais. Na safra 2017/2018, a Biosev reconheceu vazamentos com potencial de gerar danos ambientais nas unidades Estivas, Giasa, Santa Elisa e Vale do Rosário, “relacionados a efluentes domésticos, industriais e vinhaça, sendo que nenhuma dessas ocorrências gerou reclamações por parte de terceiros”²³¹.

Na safra anterior, 2016/2017, a empresa reconheceu 12 vazamentos de grande porte nas usinas Giasa, Leme, Santa Elisa e Vale do Rosário, “relacionados à vinhaça, à água residuária, à água de limpeza ou a produtos químicos”²³². No mesmo período, a Biosev registrou mais de 1,7 mil incêndios em suas propriedades.

POSICIONAMENTO DA COMPANHIA

A Biosev foi questionada sobre o uso de agrotóxicos em Lagoa da Prata (MG) e o impacto da usina de Rio Brilhante (MS) nas comunidades indígenas no entorno. Através da assessoria de imprensa, a companhia informou que não comentaria os casos.

²²⁷ N. 1000700-48.2018.8.26.0318.

²²⁸ STJ. Superior Tribunal de Justiça. Empresa pagará dano moral a vítima de lixo tóxico depositado a céu aberto. **Jusbrasil**, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3MYso2b>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²²⁹ FOLHA DE S. PAULO. Superior Tribunal de Justiça. Queima de cana rende multa de R\$ 1 mi a usina. 19 jul. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3u6t9NX>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²³⁰ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República na Paraíba. Rio Gramame: MPF recomenda que usinas preservem nascentes e olhos d’água na bacia que abastece João Pessoa (PB). 16 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3u2Gmrf>. Acesso em: 16 mar. 2020.

²³¹ BIOSEV. **Relatório de Sustentabilidade 2017/2018**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KKkgjU>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²³² BIOSEV. **Relatório de Sustentabilidade 2016/2017**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3ihlmaA>. Acesso em: 16 mar. 2022.

RAÍZEN

A COMPANHIA

A Raízen é uma *joint venture* entre a anglo-holandesa Shell e a brasileira Cosan que produz e comercializa açúcar, bioenergia, etanol e outros combustíveis. Fundada em 2011, a empresa está em diferentes elos da cadeia produtiva de cana-de-açúcar, desde o cultivo até a distribuição de etanol nos postos Shell, nos quais também opera as lojas de conveniência.

Com 26 usinas no país, a Raízen é a maior processadora de cana-de-açúcar do mundo²³³. A capacidade de processamento anual é de 73 milhões de toneladas, mais que o dobro de grandes grupos concorrentes como Biosev, BP Bunge e Atvos. São 24 unidades produtivas no estado de São Paulo, uma em Goiás e outra no Mato Grosso do Sul.

Metade da cana moída vem de fornecedores terceiros, a outra metade é produzida por cultivos próprios das usinas, em uma área que ocupa cerca de 860 mil hectares, o que equivale a mais da metade do município de São Paulo.

Com relação ao açúcar, foram 4,2 milhões de toneladas de açúcar na safra 2019/2020, das quais 2,3 milhões de toneladas foram exportadas²³⁴. A Raízen informa que é fornecedora das “maiores marcas do país em diversos segmentos” e que o açúcar é destinado ao setor alimentício, farmacêutico e bebidas, “como ingredientes de refrigerantes, sucos, energéticos e bebidas alcoólicas”²³⁵.

A relação com a Coca-Cola é estreita. Em novembro de 2019, Raízen e Femsa (engarrafadora e distribuidora da gigante dos refrigerantes) firmaram *joint venture* para operação das lojas de conveniência Shell Select e da rede de “varejo de proximidade” Oxxo, com primeira unidade inaugurada em outubro de 2020²³⁶. A Femsa pagou R\$ 561 milhões por 50% de participação na Raízen Conveniências²³⁷.

²³³ REUTERS. Raízen pode elevar moagem de cana em mais de 7% em 20/21 com clima favorável. UOL, 17 fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ibukGy>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²³⁴ RAÍZEN. Relatório Anual 2019 | 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3KPEicJ>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²³⁵ RAÍZEN. Nossos negócios. **Açúcar**. Disponível em: <https://bit.ly/3JjHpt7>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²³⁶ FONTES, Stella. Grupo Nós quer 500 lojas em três anos. **Valor Econômico**, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/36vLkos>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²³⁷ GUTIERREZ, Marcelle. Raízen e Femsa recebem aprovações para joint venture de lojas de conveniência. **Valor Econômico**, 01 out. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3KSVTkg>. Acesso em: 17 mar. 2022.

Outra conexão direta é o selo socioambiental Bonsucro. A Raízen foi a primeira empresa açucareira a obter o certificado da entidade, em 2011, na usina Macaraí, região oeste do estado de São Paulo. A compra da safra certificada inaugural foi acertada previamente com a Coca-Cola, que buscava investir na imagem da empresa²³⁸. Hoje, das 26 usinas da Raízen, 20 recebem o selo.

A certificação Bonsucro é uma das exigências da União Europeia para importação de açúcar e etanol. A direção é composta por membros da indústria da cana, fazendeiros, empresas consumidoras e sociedade civil. Tanto Raízen quanto Coca-Cola estão representadas no conselho do selo, formado por 22 pessoas²³⁹.

Para o Ministério Público do Trabalho (MPT), o selo apresenta falhas. Em 2018, o procurador Rafael Gomes, do Ministério Público do Trabalho em Araraquara (SP), chegou a afirmar que, "do jeito que está, estão praticamente vendendo um certificado"²⁴⁰.

O relatório *Açúcar Ético*, de 2016, apontou que, das 43 usinas brasileiras certificadas à época, pelo menos 18 "foram investigadas pelas autoridades públicas por violações trabalhistas e ambientais e efetivamente consideradas culpadas"²⁴¹, o que coloca em xeque a garantia oferecida pelo Bonsucro. Entre as 18 citadas pelos pesquisadores, oito eram da Raízen.

QUESTÕES TRABALHISTAS

A companhia apresenta diversos processos judiciais e procedimentos administrativos trabalhistas, relacionados a situações como horas extras, concessão de intervalo intrajornada, terceirização irregular, danos morais e materiais, acidente de trabalho, cumprimento de normas de saúde e segurança, entre outros. Até março de 2019, advogados da empresa previam custos de cerca de R\$ 272,9 milhões em relação a processos trabalhistas²⁴².

²³⁸ BRASIL ECONÔMICO. Certificação chega às usinas de açúcar. 07 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3N0O3Ha>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²³⁹ BONSUCRO. Team. Disponível em: <https://bit.ly/36saBij>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²⁴⁰ STRUCK, Jean-Philip. O que a UE não vê no etanol brasileiro. **Deutsche Welle**, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3MWIZUa>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²⁴¹ JESUS, Deberson F.; GENEVIEVE, Olivier; RICHARDSON, Ben. **Açúcar ético**. 2016. p. 3. Disponível em: <https://bit.ly/3KTvAKx>. Acesso em: 18 mar. 2022.

²⁴² RAÍZEN. **Formulário de Referência e Cadastral**. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3N1Kikz>. Acesso em: 17 mar. 2022.

O Formulário de Referência 2019/20 da Raízen (documento aberto para informar investidores) seleciona os processos judiciais mais relevantes. Entre os casos trabalhistas está uma ação civil pública instaurada em 2013, na Comarca de Jaú (SP), município sede da Usina de Diamante. A ação movida pelo MPT é motivada por um acidente de trabalho que causou a morte de trabalhador por explosão de caixa de evaporação, enquanto fazia a manutenção do equipamento.

O MPT aponta que a empresa foi omissa e exige reparação de dano moral coletivo. A perícia apontou que o dispositivo que provocou a explosão não tinha registro, trava de segurança e não havia passado por inspeção periódica²⁴³. Em setembro de 2019, a Raízen foi condenada em primeira instância com reparação no valor de R\$ 2 milhões²⁴⁴.

Outra ação civil pública envolvendo o MPT e a Raízen (Usina Univalem) está relacionada a acidente de dois trabalhadores. Da mesma forma, a empresa foi condenada a pagar danos morais coletivos de R\$ 2 milhões em primeira instância. O processo está no Tribunal Superior do Trabalho (TST)²⁴⁵.

Uma disputa recente envolvendo trabalhadores e Raízen é em relação ao pagamento das horas *in itinere*, o tempo de deslocamento dos funcionários até a frente de trabalho. A empresa cortou a remuneração (que representa até 20% do salário dos trabalhadores rurais) um mês após a reforma trabalhista de 2017. O sindicato foi à Justiça e venceu o processo em primeira instância.

O procurador Rafael de Araújo Gomes apontou que o fim do pagamento de horas *in itinere* submeteu os trabalhadores rurais da Raízen de Araraquara (SP), que já recebiam apenas um salário mínimo, a uma condição de penúria. No local da usina, não há transporte público. O deslocamento é fornecido pela empresa e dura em média duas horas. A Justiça condenou a Raízen a pagar danos morais coletivos de R\$ 10 milhões, em favor de projetos que beneficiem trabalhadores e comunidade local²⁴⁶. A empresa recorreu da decisão.

Em junho de 2019, um trabalhador da usina Raízen de Piracicaba (SP) morreu em acidente com esteira transportadora de cana. Segundo o MPT, a Raízen

²⁴³ MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Raízen pode pagar R\$ 10 milhões por morte de trabalhador. Jusbrasil, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3tihWe3>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁴⁴ Processo n. 0001298-59.2013.5.15.0024

²⁴⁵ Ação Civil Pública n. 0000963-60.2012.5.15.0061

²⁴⁶ MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Justiça condena Raízen a voltar a remunerar horas de deslocamento ao trabalho. 29 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KRt7QZ>. Acesso em: 17 mar. 2022.

descumpriu regras de proteção de máquinas e equipamentos, além de outras normas em relação a instalações elétricas e proteção aos funcionários que operam em carga e descarga de cana-de-açúcar²⁴⁷.

Estudo de 2014 do *Observatório Social* sobre as fazendas das usinas Raízen de Ibaté (SP) e Ipaussu (SP) chegou à conclusão de que havia déficit de trabalho decente, com destaque para a terceirização²⁴⁸. Para a Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo (Feraesp), as condições de trabalho nas unidades industriais Raízen vêm se deteriorando ao ponto de aumentarem os acidentes em serviço²⁴⁹.

A federação denuncia que em 2020 as empresas têm negado reajuste salarial nos acordos coletivos de trabalho²⁵⁰. Para o presidente da Feraesp, Jotalune dos Santos, as empresas se aproveitaram da comoção gerada pela covid-19 para não conceder reposição inflacionária do período. Segundo ele, o agronegócio praticamente não foi afetado durante a pandemia, porque não houve pausa na linha de produção, diferentemente do comércio e da indústria urbana.

O dirigente avalia que o cenário atual está perfeito para o setor patronal e terrível para os trabalhadores do campo, ainda mais longe dos olhos das fiscalizações. O cotidiano é de más condições de trabalho, com ônibus lotados e jornadas extenuantes.

Santos destaca também os impactos da reforma trabalhista, com a prevalência do “acordado sobre o legislado” (que tem gerado, por exemplo, cortes salariais) e o fim do imposto sindical, que fragilizou as entidades menores e diminuiu a mobilização dos trabalhadores. “Deixou os sindicatos sem condições de sobrevivência. É um prato cheio para o setor patronal achar formas de financiar sindicatos descomprometidos a fim de que assinem acordos favoráveis às empresas”, critica Jotalune dos Santos.

²⁴⁷ G1. Após morte de trabalhador em usina, liminar obriga Raízen a tomar medidas de segurança. 27 dez. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3CSaUjC>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁴⁸ OBSERVATÓRIO SOCIAL. **O comportamento sociotrabalhista da Raízen na colheita da cana-de-açúcar nas Fazendas:** Da Serra, Unidade Ibaté/SP, Usina da Serra e Santa Rosa, Unidade Ipaussu/SP, Usina Ipaussu. São Paulo, mar. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3KM3Zul>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁴⁹ FERAESP. Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo. 10 de dezembro: Rede Internacional de Sindicatos na Shell apresenta as precarizações da empresa no mundo no Dia Internacional dos Direitos Humanos. 10 dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/36rbU1D>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁵⁰ FERAESP. Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo. Subsetor da cana-de-açúcar tem bons resultados, enquanto trabalhadores não têm reajuste salarial. 06 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3IqbeqY>. Acesso em: 17 mar. 2022.

Em maio de 2020, um surto de covid-19 atingiu trabalhadores rurais em alojamento de fornecedores de cana-de-açúcar da Raízen²⁵¹.

QUESTÕES TRIBUTÁRIAS

A dívida ativa da Raízen (somando distintos CNPJs) com a União ultrapassa R\$ 580 milhões, conforme consulta ao portal da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional em setembro de 2020²⁵². Segundo reportagem de novembro de 2019²⁵³, com base em Lei de Acesso à Transparência, a empresa registrava mais de R\$ 2,2 bilhões, os quais constavam como “situação regular”²⁵⁴.

Em seu Relatório de Referência, a Raízen reconhece que a “Companhia e/ou suas Controladas figuravam em diversos processos judiciais e administrativos de natureza tributária”. Entre os casos está o processo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) decorrente de auto de infração por falta de recolhimento de Imposto sobre Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL)²⁵⁵. A auditoria considera a perda como “possível” e provisiona mais de R\$ 240 milhões para regularização. Este é o maior em termos financeiros, mas há outros processos milionários movidos pela Receita pelos mesmos motivos.

A Raízen também indica possíveis perdas em disputas sobre PIS/Cofins, ICMS, IPI e contribuições previdenciárias. Após esgotar trâmite administrativo, a empresa ainda pode recorrer à Justiça.

IMPACTO SOCIOAMBIENTAL

Em relação a danos ambientais, a Raízen provisionou as possíveis perdas em cerca de R\$ 52 milhões. A empresa é parte em 77 inquéritos civis, 5 inquéritos policiais e 253 processos administrativos na área ambiental. A maioria dos processos são relativos a queimadas irregulares, além de emissão de efluentes, danos a áreas de preservação, entre outros.

²⁵¹ NOVACANA. Capivari (SP) confirma 53 casos de covid-19 em alojamento de cortadores de cana de consórcio de fornecedores da Raízen. 27 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Jmojm6>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁵² A lista de devedores pode ser acessada neste link: <https://bit.ly/3lhGpEM>.

²⁵³ SANT'ANA, Jéssica. Estatal lidera ranking dos 500 maiores devedores da União. Veja a lista completa. **Gazeta do Povo**, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37uiXHv>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²⁵⁴ Quando o contribuinte está pagando a dívida, renegociando a dívida ou quando a dívida está suspensa por decisão judicial ou coberta por benefício fiscal.

²⁵⁵ Processo Administrativo n. 16.561.720093/2011-38.

A Raízen também tem problemas com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), com processo judicial desde 2008. A multinacional é acusada de uso de bem público de terras destinadas a assentamento agrário. De acordo com o Incra, os contratos de compra e venda de cana-de-açúcar firmados pela usina com os assentados disfarçaram contratos de arrendamento, o que configuraria infração ao Estatuto da Terra.

A dependência do monocultivo fez com que a posterior erradicação da prática tenha gerado descontentamento de parte dos assentados, que protestaram²⁵⁶ e chegaram a processar o Incra e a própria Raízen.

Um incêndio de grandes proporções em fazenda arrendada pela Raízen em Jataí (GO), em 2017, teve como consequência uma vítima fatal²⁵⁷. Um trabalhador de propriedade vizinha morreu tentando apagar a queimada. O fogo chegou também a uma área de preservação permanente. A origem do fogo não foi identificada.

A companhia também tem um longo histórico de envolvimento com disputa de terras indígenas na região de Caarapó (MS), onde funciona a usina da empresa.

Em abril de 2012, no contexto de agravamento do conflito dos Guarani-Kaiowá no Mato Grosso do Sul, a Raízen assinou Termo de Compromisso de Cooperação com a Fundação Nacional do Índio (Funai) em que se comprometia a não adquirir cana-de-açúcar plantada sobre terras já declaradas como indígenas, além de amenizar a aplicação de veneno.

Quem fornecia a cana para a Raízen era a NovAmérica Agrícola, que arrendava terras em fazendas de terceiros na região. Cerca de 2,3 mil hectares arrendados pela NovAmérica para produção da matéria-prima estavam dentro da terra indígena Guyraroká, em processo de reconhecimento pela Funai desde 2001 e

²⁵⁶ TURIONI, Felipe. Produtores rurais ocupam sede do Incra para reivindicar plantio de cana. **G1**, 29 out. 2012. Disponível em: <https://glo.bo/3CMPx32>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁵⁷ TÚLIO, Sílvio. Polícia usa drone para mapear lavoura onde trabalhador rural morreu ao tentar conter queimada, em GO. **G1**, 17 ago. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/3tisY2V>. Acesso em: 17 mar. 2022.

teve sua área declarada em 2009²⁵⁸. A empresa também explorou, sem autorização, cascalho pertencente à terra indígena Taquara para utilizar nas estradas por onde passavam os caminhões da usina²⁵⁹.

Com 11,4 mil hectares, a demarcação da terra indígena Guyraroká foi suspensa por ação do Supremo Tribunal Federal (STF), com base na teoria constitucional do “marco temporal”, em 2014. A comunidade Guarani-Kaiowá aguarda até hoje julgamento de recurso que visa derrubar a suspensão²⁶⁰.

O acordo de 2012 entre Funai e Raízen expirou em apenas três anos e não foi renovado. Em seus relatórios de sustentabilidade de 2016 e 2017, a empresa afirmou que mantinha o compromisso de não adquirir cana proveniente de terra indígena. Nos últimos três documentos, todavia, não há menção sobre o tema.

De acordo com uma integrante da aldeia Guyraroká, ainda há muita cana plantada nas áreas indígenas. Dos mais de 11 mil hectares declarados, apenas 55 são ocupados pelos indígenas, que retomaram o espaço. Segundo ela, o resto da área está dominado pelas lavouras de cana-de-açúcar.

Em 2017, já no governo Temer, o então presidente da Funai, Antônio Costa – um pastor evangélico filiado ao Partido Social Cristão (PSC), que durou quatro meses no cargo – recebeu representantes da Raízen de Caarapó e comemorou a doação de um caminhão para as comunidades indígenas locais²⁶¹.

Em entrevista ao *El País*, em agosto de 2019, a companhia informou que “a diretriz já se tornou parte de sua política de *compliance* e é hoje uma prática estabelecida em toda a operação”²⁶². Já a NovAmérica admitiu, na mesma reportagem, que tem plantações em áreas da terra indígena Guyraroká. A empresa informou que iniciou o cultivo nessas terras somente após a suspensão da demarcação pelo STF.

²⁵⁸ O processo de reconhecimento de terra indígena segue, grosso modo, quatro passos: estudos de identificação e delimitação; declaração dos limites; demarcação física e homologação pela Presidência da República.

²⁵⁹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/MS questiona BNDES por financiar usinas que compram cana cultivada em áreas indígenas. **Jusbrasil**, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/34OdWsk>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁶⁰ CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Julgamento da Terra Indígena Guyraroka adiado no STF: “Vamos respirar e continuar essa luta”. 28 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3waVqFX>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁶¹ FUNAI. Fundação Nacional do Índio. No ano em que comemora 50 anos, Funai recebe apoio em área de conflito. 15 fev. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3ih3NHH>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁶² BARBOSA, Leandro. O calvário das crianças Guarani Kaiowá contaminadas por agrotóxicos. **El País**, 04 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CMwypj>. Acesso em: 17 mar. 2022.

Pouco tempo depois, a NovAmérica Agrícola de Caarapó (que já era maior fornecedora da Raízen) foi comprada pela multinacional e agora responde por Raízen Agrícola Caarapó²⁶³. Com a concretização do negócio, a Raízen elimina custos decorrentes da intermediação da NovAmérica Caarapó no processo de aquisição de cana-de-açúcar. As usinas do grupo (famoso pelo açúcar União) já haviam sido incorporadas pela Cosan em 2009, com a aquisição da NovAmérica Agroenergia²⁶⁴.

De acordo com o procurador do Ministério Público Federal (MPF) Marco Antonio Delfino, ao que tudo indica, a usina da Raízen realmente deixou de adquirir cana cultivada na terra indígena Guyraroká. A questão é que, como os contratos e as plantações da NovAmérica foram incorporadas ao grupo – e ela admitiu ter cultivo na Guyraroká –, a responsabilidade direta recai sobre a Raízen, mesmo que a cana não vá para a usina.

Sobre os impactos ambientais em Guyraroká, a integrante da comunidade explicita: "A gente não tem mais mato. A gente tá numa terra nua. Numa terra doente, é praticamente uma terra desnutrida". A destruição das florestas para o plantio de cana-de-açúcar afeta a vida da população indígena de maneira direta.

Um problema que se repete em muitas terras indígenas é a perda da autonomia alimentar por causa da derrubada de florestas. Se antes o povo indígena conseguia alimento pela caça ou através do cultivo de suas roças, hoje isso não existe mais. Algumas roças sobrevivem, porém, por causa da constante aplicação de agrotóxicos na região, esse cultivo para subsistência fica contaminado e muitas vezes não resiste. Também não se pode mais caçar; a maioria dos animais foi embora com o desmatamento.

Afirma a integrante da terra indígena Guyraroká que

Caça nós não temos mais. Tem bichinho que dá até dó de matar porque a vida dos animais está igual a vida dos povos indígenas. comparando a nossa vida com eles, não tem mais como nós matar também porque eles vão ser extintos.

Segundo ela, os impactos ambientais são muitos. Há poluição do ar, do rio, da água que vem pelo cano, há contaminação das plantas. Casos de intoxicação

²⁶³ UDOP. União Nacional da Bioenergia. Cade aprova compra pela Raízen de unidade agrícola da NovAmérica. 26 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3wdsNrw>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁶⁴ REPÓRTER BRASIL. Íntegra das respostas da reportagem sobre frigoríficos e indígenas. 24 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3IkevwR>. Acesso em: 17 mar. 2022.

por agrotóxicos também são constantes. Os que mais sofrem são justamente os mais frágeis: idosos, crianças recém-nascidas. Também são afetados os animais pequenos como cachorros e galinhas. A poluição do ar causada pela usina é mais um agravante.

A poluição do ar, porque do ar não tem como a gente se esconder. A gente não consegue escapar disso. Inclusive o mato fica tudo distante da gente, então acaba nos atingindo. Dá muita dor de cabeça, muita dor de barriga, tontura, diarreia que não para.

Como se não bastasse todo o impacto socioambiental, a população indígena é ameaçada constantemente pelo agronegócio. Há um ditado na região dizendo que "índio bom é índio morto". A integrante da terra Guyraroká afirma que, enquanto os indígenas estiverem lutando pelos seus direitos de garantir suas terras, as ameaças vão sempre acontecer. Para ela, "intimidação é o que não falta dentro de uma retomada, onde há luta, onde vidas são colocadas em risco, porque os indígenas não são vistos como seres humanos".

Há outro território que merece atenção: Dourados-Amambaipeguá I, com 56 mil hectares, dentro dos municípios de Caarapó, Laguna Carapã e Amambai.

A terra indígena foi identificada e aprovada pela Funai em 2016, mas ainda não teve sua área declarada, etapa sob responsabilidade do Ministério da Justiça. Com isso, a Dourados-Amambaipeguá I fica fora do escopo do compromisso assumido pela Raízen em 2012 e da atual "política de *compliance*".

Nessa área, o procurador Marco Antonio Delfino informa que há um imenso canavial da Raízen (mesmo antes da incorporação da NovAmérica), na propriedade Rancho Novilho. Assim como no caso da Guyraroká, o processo demarcatório foi suspenso pela Justiça (desta vez em primeira instância) com base na teoria do "marco temporal". Entretanto, em julho de 2020, a anulação foi derrubada no tribunal regional após recurso da comunidade²⁶⁵.

Sobre a cana da Raízen na Dourados-Amambaipeguá I, Delfino avalia que "é uma situação bem complicada, porque eles já tinham contrato quando a identificação ocorreu". Ao mesmo tempo, ele lembra do Decreto n. 9.571/2018, que estabelece as Diretrizes Nacionais sobre Empresas e Direitos Humanos. Para o procurador, ainda que o decreto não gere determinação governamental, aponta

²⁶⁵ CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Justiça suspende anulação da Terra Indígena Dourados-Amambaipeguá I, no MS. 09 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3IkRjcT>. Acesso em: 17 mar. 2022.

a responsabilidade das empresas em monitorar os direitos humanos na cadeia produtiva.

“É meio complicado ela vir com esse discurso [de responsabilidade social]. O fato de uma empresa se colocar como empresa sustentável tem bônus e ônus. O bônus é a imagem que ela passa para a sociedade. Mas obviamente há ônus, inclusive financeiros, associados ao cumprimento de seus compromissos socioambientais”, avalia o procurador.

A NovAmérica foi fundada pela família Rezende Barbosa, que se tornou acionista da Cosan (e posteriormente Raízen) após a incorporação da usina de Caarapó à companhia. Conforme reportagem do portal *De Olho Nos Ruralistas*, a empresa tinha, no início dos anos 2000, cerca de 110 mil hectares de terras no Brasil. Somente a Fazenda Campanário, em Laguna Carapã (MS), cidade vizinha a Caarapó, possui 37 mil hectares. A fazenda dos Rezende Barbosa é justamente uma das propriedades atingidas pela possível demarcação da terra indígena Dourados-Amambaipeguá I²⁶⁶.

Foi na área da Dourados-Amambaipeguá que houve o chamado massacre da Caarapó, em junho de 2016, quando um ataque de fazendeiros e pistoleiros resultou no assassinato do agente de saúde indígena Clodiodi Aquileu de Souza, de 26 anos, e no ferimento grave de outras cinco pessoas.

Enquanto os territórios não são demarcados, os indígenas da região seguem cercados por monocultivos de cana, soja e milho. Além da insegurança e das intimidações constantes, os Guarani-Kaiowá denunciam os impactos do uso de agrotóxicos, em especial por via aérea. A situação é grave para as crianças, que apresentam enjoos, diarreia, dor de cabeça e irritação na pele²⁶⁷. A denúncia chegou até a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), que emitiu cautelar, em setembro de 2019, exigindo que o Estado brasileiro proteja a vida e os direitos dos Guarani-Kaiowá da terra Guyraroká²⁶⁸. Em dezembro do mesmo

²⁶⁶ CASTILHO, Alceu Luís. Sócios da Cosan têm 50 mil hectares no Paraguai; no MS, fazenda em território Kaiowá. **De Olho nos Ruralistas**, 19 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/37sSr1a>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁶⁷ BARBOSA, Leandro. O calvário das crianças Guarani Kaiowá contaminadas por agrotóxicos. **El País**, 04 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CMwypj>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁶⁸ A íntegra do documento pode ser acessada neste link: <https://bit.ly/3icV4GH>.

ano, o MPF ajuizou ação pública para tentar evitar a aplicação de veneno chegue à comunidade indígena²⁶⁹.

Durante a pandemia de covid-19, pelo menos dois trabalhadores indígenas da Raízen Caarapó foram contaminados pela doença em meados de maio de 2020²⁷⁰. No mês seguinte, em que a pandemia se tornou mais severa na região, cerca de 300 índios guaranis continuavam trabalhando em empresas terceirizadas na colheita da cana-de-açúcar em pelo menos quatro fazendas, de acordo com o MPT²⁷¹.

Segundo o presidente do Coletivo dos Trabalhadores Indígenas do Mato Grosso do Sul, José Carlos Pacheco, em entrevista ao *Globo Rural*, a reforma trabalhista e a flexibilização da terceirização incentivaram o uso da força de trabalho guarani na região. Para a procuradora do trabalho Adriane Reis de Araújo, a terceirização e a informalidade agravam a vulnerabilidade e dificulta o acesso a dados confiáveis das condições de trabalho dos indígenas.

“O trabalhador indígena já é vulnerável, imagina com uma pandemia dessas? Eles se tornam presas fáceis de aliciadores porque eles querem trabalhar, eles precisam trabalhar e é onde acabam caindo em armadilhas”, enfatiza Pacheco, do coletivo de indígenas.

POSICIONAMENTO DA COMPANHIA

A Raízen foi procurada para responder sobre o incêndio de canavial que resultou na morte de um trabalhador em Jataí (GO) e a ocorrência de queimadas de forma geral. Também foi questionada sobre as plantações da Raízen Agrícola Caarapó na terra indígena Guyraroká, e o Rancho Novilho, na terra indígena Dourados-Amambaipeguá I. A última questão foi a disputa em torno da remuneração das horas *in itinere*.

²⁶⁹ MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul. MPF ajuíza ação civil pública solicitando que o Poder Executivo regulamente a aplicação terrestre de agrotóxicos. 04 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37sz9Jg>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁷⁰ NOVACANA. Após afastar trabalhadores indígenas, Raízen confirma dois casos de covid-19 em MS. 26 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tYa1la>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁷¹ VILARINO, Cleyton. MPT apura uso de mão de obra indígena no plantio da cana em MS. **Globo Rural**, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3u81nRp>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CONFIRA AS PERGUNTAS E NA ÍNTegra:

||||||| Em 2017, no município de Jataí (GO) um incêndio numa fazenda arrendada pela Raízen causou a morte de um trabalhador que tentava conter as chamas. O fogo também afetou uma área de preservação permanente. Qual foi a origem do incêndio? O que a Raízen tem feito para combater incêndios nos canaviais?

A Raízen reitera que não pratica a queima de cana, ato extremamente prejudicial ao próprio canavial, pois elimina a matéria orgânica existente no solo comprometendo a qualidade da plantação, além de eliminar a palha da cana – subproduto muito utilizado na geração de energia. Na prática, a empresa adota medidas de prevenção, como por exemplo a manutenção de aceiros entorno das áreas de proteção ambiental, bem como monitora seus canaviais diariamente para prevenir e combater eventuais incêndios de origem desconhecida ou acidental. Preventivamente, e em função do período de seca e falta de chuvas, intensifica os cuidados e aumento da fiscalização em toda a área de suas operações, disponibilizando brigadas específicas com carros leves para alcançarem rapidamente os focos de incêndio, além de utilizar as melhores técnicas para combater incêndios em seus canaviais, assim como possui brigadistas empenhados exclusivamente para agir nas mais diversas ocorrências em suas operações. Além disso, a companhia também mantém um Plano de Auxílio Mútuo Interno com o Corpo de Bombeiros. Sobre o acidente mencionado de 2017, esclarece-se que o incêndio se iniciou na divisa entre uma fazenda de produção de sementes e uma fazenda de cana e que o trabalhador falecido não era empregado da Raízen e nem atuava nas operações desta companhia.

||||||| A Raízen se comprometeu a não adquirir cana-de-açúcar cultivada em terras declaradas como indígenas após acordo com a Funai em 2012. Entretanto, a NovAmérica Agrícola de Caarapó reconheceu possuir canaviais na terra indígena Guyraroká em 2019. Com a aquisição da NovAmérica e formação da

Raízen Agrícola Caarapó, tais plantações foram mantidas? Qual é a situação atual?

Em 2019, a Raízen fechou acordos comerciais com a NovAmérica referente à aquisição das operações agrícolas da unidade Caarapó (MS) para assegurar os investimentos necessários em plantio e tratos na região. Desde que assumiu as operações agrícolas da unidade, a companhia mantém, ainda mais forte, o compromisso com a proteção das comunidades indígenas, garantindo o acesso a todos os direitos trabalhistas conforme legislação vigente, bem como garantir o bem-estar social e respeito à sua organização social, costumes, crenças e tradições. Ressaltamos ainda que seguimos rigorosamente o compromisso de não adquirir cana-de-açúcar de fornecedores de áreas declaradas indígenas na região.

||||||| Ainda sobre a questão no Mato Grosso do Sul, uma das propriedades da Raízen, com plantação de cana-de-açúcar, faz parte da área delimitada para a terra indígena Dourados-Amambaipeguá I, ainda não declarada. Qual a posição do grupo? O cultivo será mantido até houver a declaração da terra?

Em 2019, a Raízen fechou acordos comerciais com a NovAmérica referente à aquisição das operações agrícolas da unidade Caarapó (MS) para assegurar os investimentos necessários em plantio e tratos na região. Desde que assumiu as operações agrícolas da unidade, a companhia mantém, ainda mais forte, o compromisso com a proteção das comunidades indígenas, garantindo o acesso a todos os direitos trabalhistas conforme legislação vigente, bem como o bem-estar social e respeito à sua organização social, costumes, crenças e tradições. Ressaltamos ainda que seguimos rigorosamente o compromisso de não adquirir cana-de-açúcar de lavouras implantadas em áreas declaradas indígenas na região.

||||||| A Raízen tem recebido ações trabalhistas devido ao fim da remuneração das horas *in itinere*. Em um dos casos, o procurador do trabalho afirmou que a redução salarial colocaria os trabalhadores rurais da empresa em situação de penúria. Qual a posição da empresa sobre o tema?

Com a reforma trabalhista em novembro de 2017, a Raízen interrompeu o pagamento das horas in itinere dos trabalhadores do setor agrícola. Em compensação, concedeu um acréscimo no Vale Alimentação a todos os funcionários que deixaram de receber pelas horas in itinere. Esse acréscimo no Vale Alimentação é proporcional ao valor anteriormente recebido a título de horas in itinere e foi objeto de Acordos Coletivos com todos os mais de 40 sindicatos que representam a integralidade dos trabalhadores que atuam em suas operações agrícolas.

BP BUNGE

A COMPANHIA

A BP Bunge Bioenergia foi criada em julho de 2019 a partir de *joint venture* entre a petrolífera British Petroleum (BP) e a Bunge, gigante do comércio e processamento de *commodities* fundada em 1818, na Holanda. A fusão coloca a nova companhia como uma das líderes do mercado sucroalcooleiro no país, com capacidade de moagem de 32 milhões toneladas de cana-de-açúcar por ano.

Das 11 usinas do grupo, quatro estão em Minas Gerais, três em São Paulo e duas em Goiás. Há ainda uma em Mato Grosso do Sul e outra em Tocantins. Na safra 2018/2019, antes da fusão²⁷², as empresas produziram 1,1 milhão de toneladas de açúcar²⁷³.

A atuação da Bunge no setor sucroalcooleiro brasileiro começou em 2007, com a aquisição da primeira usina no município de Santa Juliana, no Triângulo Mineiro. Já a BP Brasil entrou no mercado em 2011, com as unidades Tropical e Itumbiara, em Goiás, e Ituiutaba, em Minas Gerais²⁷⁴.

A relação da Bunge com a Coca-Cola ficou evidente em novembro de 2013, quando a companhia de refrigerantes solicitou publicamente que a Bunge desasse de comprar cana-de-açúcar produzida em terra Guarani-Kaiowá²⁷⁵. O

²⁷² Das 11 unidades da companhia, oito eram da Bunge e três da BP.

²⁷³ NOVACANA. Joint venture BP Bunge Bionergia recebe aprovação do Cade. 25 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37F3moH>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁷⁴ BP BUNGE. **Nossa história**. Disponível em: <https://on.bp.com/3JmpthI>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁷⁵ BONILHA, Patrícia. Coca-Cola solicitará à Bunge que não compre açúcar produzido em terra Guarani Kaiowá. **CIMI**, 12 nov. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3wjw0pB>. Acesso em: 17 mar. 2022.

anúncio veio como resposta ao relatório *O Gosto Amargo do Açúcar*²⁷⁶, produzido por Papel Social e Oxfam Brasil.

INFRAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Dado o curto espaço de tempo da *joint venture*, a BP Bunge não consta na dívida ativa da União. A antiga Bunge Açúcar e Bioenergia aparece com débito de R\$ 27,5 mil referente a multa trabalhista. Já a Bunge Alimentos registra dívida de mais de R\$ 350 milhões. Da BP Brasil não foram encontradas dívidas ativas com a União.

Da mesma forma, ainda não há relatórios de sustentabilidade e termos de referência da nova empresa. Em 31 de março de 2018, a Bunge Açúcar e Bioenergia informou aos acionistas provisões de mais de R\$ 34 mil em perdas de processos tributários. O valor se refere às derrotas consideradas “prováveis”. Quanto às “possíveis”, o montante chega a R\$ 522 mil²⁷⁷.

Apenas sobre suposta apropriação indevida de créditos de PIS e Cofins, a Bunge informou que era réu em 88 processos. Também há causas que discutem IRPJ, CSLL, IRRF, ICMS e contribuições previdenciárias.

PROCESSOS TRABALHISTAS

As provisões para perdas trabalhistas (perdas prováveis) foram informadas na cifra de R\$ 99 mil. As perdas possíveis, entretanto, chegam a R\$ 657 mil e as remotas em quase R\$ 1 milhão. De acordo com a companhia, as principais demandas eram relativas a danos morais, horas extras, horas *in itinere* (em deslocamento), adicional noturno e adicional de insalubridade e periculosidade.

Um caso exemplar de processo trabalhista perdido pela Bunge foi relativo à Usina Moema, a maior do grupo em capacidade de moagem e localizada em Orindiúva (SP). O encerramento do caso ocorreu em abril de 2018, após acordo com o MPT e pagamento de multa de R\$ 150 mil²⁷⁸.

²⁷⁶ PAPEL SOCIAL; OXFAM BRASIL. **O gosto amargo do açúcar**. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3tnysd1>. Acesso em: 18 mar. 2022.

²⁷⁷ As informações constam deste documento: <https://bit.ly/3u5pjVr>.

²⁷⁸ A íntegra do processo, de n. 0011959-49.2015.5.15.0082, pode ser acessada neste link: <https://bit.ly/3KQEmsP>.

A Usina foi processada por uma série de infrações trabalhistas acumuladas. Falhas de segurança por negligência, com incidência de acidentes, inclusive fatais, não pagamento das horas de deslocamento da moradia à frente de trabalho e coação para que os trabalhadores anotassem horários de serviços diferentes do real nos cartões manuais foram algumas das irregularidades levantadas²⁷⁹. A empresa também havia descumprido TAC com o MPT²⁸⁰.

Para o procurador do Trabalho que ajuizou a ação, o histórico da usina “demonstra o desprezo da empresa pela legislação trabalhista”. Outro desrespeito da usina com os funcionários era o “aguamento” das principais vias de trânsito das plantações, fazendo com que os trabalhadores, durante o transporte, inalassem substâncias tóxicas aplicadas no canavial.

DANOS SOCIOAMBIENTAIS

Assim como os demais grupos sucroalcooleiros, as usinas da BP Bunge são alvos recorrentes de investigações e processos ambientais, a maioria por incêndios e danos a áreas de preservação. Em boa parte dos casos, as usinas são inocentadas por falta de provas de autoria. Atualmente há 28 processos ambientais abertos pelo Ministério Público de São Paulo (MPSP).

Um dos casos ambientais ajuizados se refere a danos à área de preservação permanente causados por fazendas arrendadas pela usina Frutal, na divisa entre São Paulo e Minas Gerais. A situação gerou ao menos três processos judiciais envolvendo quatro propriedades²⁸¹. A empresa teve decisões desfavoráveis na segunda instância e segue recorrendo. A principal infração é a supressão de vegetação, sem a autorização dos órgãos ambientais competentes, para o plantio de cana-de-açúcar.

Já no caso de incêndios, um dos processos foi contra a usina Ouroeste, em São Paulo. O fogo atingiu área de preservação permanente. A empresa alega não ter responsabilidade, mas, depois de ter recursos negados, decidiu firmar Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental (TCRA) para restaurar os prejuízos

²⁷⁹ MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. MPT consegue liminar contra empresa do grupo Bunge. Disponível em: <https://bit.ly/3tgpxde>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁸⁰MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Liminar obriga usina a melhorar condições de trabalho. 11 nov. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3N1XlwX>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁸¹ Processos n. 0001318-73.2012.4.01.3802, 0001319-58.2012.4.01.3802 e 0001321-28.2012.4.01.3802.

e implantar medidas de prevenção ao incêndio. Problemas com queimadas também aparecem na usina de Pedro Afonso (TO)²⁸².

Outra degradação ambiental que gerou denúncia do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) foi a da poluição de um córrego com vinhaça e água residual proveniente da usina Itapagipe, em Minas Gerais. A última movimentação do processo judicial foi no fim de 2019, com designação de perícia ambiental²⁸³. A mesma usina tem pelo menos outros três procedimentos ambientais ativos no MPMG que envolvem cultivo de cana-de-açúcar sem o devido licenciamento²⁸⁴.

Para a pesquisadora Patrícia Santos, em tese de doutorado defendida em 2020²⁸⁵, o impacto das usinas da BP Bunge no Triângulo Mineiro/Alto do Paranaíba vai muito além de casos pontuais de degradação ambiental. As unidades da companhia na região são Santa Juliana, Itapagipe e Frutal.

Conforme Santos, a presença da companhia gera especulação sobre a terra e altera a dinâmica produtiva da região. Entre 2002 e 2012 a valorização das terras no Triângulo Mineiro foi de 290% e no Alto Paranaíba de 310%. O impacto vai desde o modo de vida camponês até o acesso a alimentos, que também têm os preços inflacionados devido à substituição de cultivo.

O risco à soberania alimentar não ocorre apenas por causa do avanço canavieiro sobre outras culturas, mas porque provoca a desterritorialização do campesinato, que acaba buscando novos modos de se reproduzir diante da agricultura capitalista, seja arrendando as terras para a cana-de-açúcar, deixando as terras para trabalhar nas usinas ou até mesmo indo para as cidades²⁸⁶.

Além da ameaça à soberania alimentar, Santos questiona os riscos à própria soberania nacional com o enraizamento da companhia estrangeira através de arrendamentos de terra para plantio de cana na região, que em geral duram seis anos. A estrangeirização da terra é definida como um processo que leva agentes

²⁸² MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS. MPE apura suposto crime ambiental por parte do grupo Bunge S/A em Pedro Afonso. 28 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CXYJSk>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁸³ Processo n. 0022380-94.2013.8.13.0334

²⁸⁴ MPMG-0334.12.000035-4, MPMG-0334.17.000146-8, MPMG-0334.14.000019-4.

²⁸⁵ SANTOS, Patrícia. *Agronegócio e controle de terras por agentes estrangeiros no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba*: o grupo Bunge Açúcar e Bioenergia. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3g8Y7xM>. Acesso em: 16 mar. 2022.

²⁸⁶ Ibidem, p. 114.

externos ao “controle dos principais meios de produção, das relações de trabalho e comercialização, que transformam o uso do solo podendo levar a uma ameaça à soberania nacional”.

Santos ainda aponta problemas socioambientais causados pela usina da região, com o exemplo da Vila Coqueiros, que reúne tanto pequenos agricultores quanto trabalhadores da BP Bunge. Os moradores relatam sofrer com a emissão de poeira que permanece suspensa em longos períodos de estiagem das chuvas, provocando problemas respiratórios. Outra questão apontada é a utilização de vinhaça, que altera a fertilidade do solo.

O histórico da Bunge no Mato Grosso do Sul, com a unidade Monteverde, em Ponta-Porã, também está repleto de problemas socioambientais e conflito com comunidades indígenas. A usina adquiria cana-de-açúcar de cinco propriedades localizadas dentro da Terra Indígena Jatayvary. A situação foi denunciada por relatórios da *Repórter Brasil*, em 2012, e da Oxfam, em parceria com a Papel Social, em 2013. Três anos antes, o MPF/MS já havia questionado o BNDES por empréstimos feitos à usina, já que o plantio de cana de açúcar para uso comercial em áreas indígenas é proibido por lei. A comunidade indígena sofria com contaminação de água, exposição a pesticidas, além de violência e intimidação.

O relatório da Oxfam e Papel Social, *O gosto amargo do açúcar*, ganhou repercussão internacional e fez com que a Coca-Cola exigisse mudança de postura da Bunge, sua fornecedora de açúcar, sob pena de interromper as relações comerciais²⁸⁷. A usina Monteverde rompeu os contratos de arrendamento com as fazendas da Jatavyary em 2014.

Em tese de doutorado, o pesquisador Alex Domingues relata que visitou *in loco* a área em 2016 e confirmou que não houve renovação do contrato das propriedades que incidiam na terra indígena²⁸⁸. “Entretanto, tal iniciativa da unidade agroindustrial Monteverde deu força aos produtores de soja que assumiram arrendamentos após o término de contrato com a empresa e permanecem na TI até o presente momento”, informa Domingues.

²⁸⁷ PAPEL SOCIAL; OXFAM BRASIL. **O gosto amargo do açúcar**. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3tnysd1>. Acesso em: 18 mar. 2022.

²⁸⁸ DOMINGUES, Alex Torres. **A territorialização do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul: o caso de Ponta Porã/MS**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/34Olw6g>. Acesso em: 17 mar. 2022.

O pesquisador registra ainda que a atividade da usina da Bunge continua causando transtorno à comunidade indígena devido ao trânsito intenso de caminhões carregados de agrotóxicos, que levantam poeira ao passar por estrada ao lado do território.

POSICIONAMENTO DA COMPANHIA

Foram enviadas três questões para a assessoria da BP Bunge: sobre o acúmulo de problemas trabalhistas da Usina Moema, em Orindiúva (SP); a atuação da unidade Monteverde e sua relação com a terra indígena Jatayvary, em Ponta Porã (MS); e as sucessivas autuações ambientais por poluição e danos a vegetação, como nos casos das usinas Frutal e Ouroeste. A empresa respondeu com a nota abaixo:

A BP Bunge Bioenergia reforça que segue todas as leis e normas do País, em todos os âmbitos, inclusive nas áreas trabalhista, de saúde e ambiental. Desenvolve e adota as melhores práticas e rigorosos padrões, que vão além das exigências legais.

Destacamos que a companhia não tem operação própria ou contratada de fornecedores terceiros em terras indígenas. Como em todas as áreas em que atua, a BP Bunge Bioenergia respeita e apoia as comunidades locais, seja pela geração direta de emprego, renda e demais oportunidades, ou pela atuação em parcerias com entidades representativas da sociedade.

ATVOS

A COMPANHIA

A Atvos possui nove usinas no país, com capacidade de processar 37 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, atrás apenas da Raízen. Fundada em 2007 pelo grupo Odebrecht como ETH Bioenergia, passou a se chamar Odebrecht Agroindustrial em 2013. A mudança de nome para Atvos aconteceu em 2017, após os desdobramentos da operação Lava Jato.

Com dívidas totais na casa dos R\$ 15 bilhões, a empresa solicitou recuperação judicial em maio de 2019 e teve acordo homologado em agosto de 2020²⁸⁹. Em meio ao processo de renegociação, a Odebrecht trava disputa com um fundo de investimentos estrangeiro pelo controle societário da empresa²⁹⁰.

A Atvos administra cerca de 500 mil hectares de terra cultivadas com cana. Na safra de 2019, foram moídas 26,9 milhões de toneladas de cana, das quais 9,1 foram fornecidas por terceiros. A produção de açúcar ficou em 235 mil toneladas.

As usinas da companhia estão nas cidades de Perolândia, Mineiros e Caçu, em Goiás; Rio Brilhante, Nova Eldorado do Sul e Costa Rica, no Mato Grosso do Sul; Mirante do Paranapanema e Teodoro Sampaio, em São Paulo; e Alto Taquari, no Mato Grosso.

Entre os subprodutos da cana, a Atvos tem priorizado o etanol, com um *mix* de 14% para o açúcar e 86% para o combustível²⁹¹. Não foram encontrados vínculos com a Coca-Cola. No entanto, a análise do grupo foi mantida devido à sua relevância no setor e, por tabela, na União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica).

QUESTÕES TRIBUTÁRIAS

A dívida da Atvos com a União é de mais de R\$ 50 milhões, somando débitos da inscrição principal das usinas Pontal, Conquista do Pontal e Alcídia. Em contexto de recuperação judicial, vale destacar que os principais credores da Atvos são bancos públicos: o BNDES e o Banco do Brasil, com 80% do total²⁹².

PROBLEMAS TRABALHISTAS

Conforme levantamento da Papel Social, entre 2016 e 2019, houve um único caso de trabalho escravo no setor sucroalcooleiro no país, entre 375 estabelecimentos flagrados. Foi em Rio Brilhante (MS), na fazenda Santo Antônio, que produzia cana-de-açúcar em contrato de parceria para Usina Eldorado, da Atvos (então

²⁸⁹ VALOR ECONÔMICO. Plano de recuperação judicial da Atvos é homologado. 17 ago. 2022. Disponível em: <https://glo.bo/3u8lGhA>. Acesso em: 18 mar. 2022.

²⁹⁰ RAMOS, Camila Souza. Juíza nega pedido de apreensão de livros da Atvos feito pelo fundo Lone Star. **Valor Econômico**, 19 jun. 2022. Disponível em: <https://glo.bo/3u8lGhA>. Acesso em: 18 mar. 2022.

²⁹¹ ATVOS. Recuperação judicial. Disponível em: <https://bit.ly/3CN5qq6>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁹² VALENTI, Graziella; RAMOS, Camila Souza. Atvos, da Odebrecht, propõe corte de 46% da dívida. **Valor Econômico**, 07 ago. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3CQbePI>. Acesso em: 17 mar. 2022.

Odebrecht Agroindustrial). A fiscalização dos auditores-fiscais do trabalho flagrou 44 indígenas, da aldeia Te'yikuê, localizada em Caarapô/MS, em condições degradantes.

A fiscalização estabeleceu vínculo empregatício diretamente com a usina. O agricultor não tinha nem maquinário para a colheita da cana. De acordo com o relatório de fiscalização da operação 50/2016, os 44 indígenas foram levados de ônibus fretado da aldeia Te'yikuê para a fazenda Santo Antônio, distantes cerca de 100 km. Os trabalhadores estavam alojados sob condição precária, não tinham carteira assinada e estavam expostos aos riscos do corte de cana sem equipamentos de proteção. O serviço era na etapa de renovação das mudas.

Em relatório de sustentabilidade, a Atvos reconheceu o caso. “Assim que tomamos conhecimento do fato após a autuação, fortalecemos o monitoramento de nossos Parceiros Agrícolas. Estamos recorrendo e em contato com o Ministério Público para a solução do caso”²⁹³. O caso segue ativo na Superintendência do Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul (SRT/MS). Na esfera trabalhista já foi encerrado.

A usina Eldorado também tem histórico de irregularidades trabalhistas com seus funcionários diretos. A empresa deixava de pagar descanso semanal remunerado e prorrogava a jornada de trabalho além do limite legal. Além disso, as condições de segurança eram precárias, com movimentação aérea de materiais sobre trabalhadores, ausência de dispositivos de parada de emergência em máquinas e falta de proteção em componentes pressurizados. Após ação do MPT, a unidade da Atvos destinou R\$ 100 mil em indenização coletiva em dezembro de 2019²⁹⁴.

Em São Paulo, a usina Conquista do Pontal foi denunciada pelo MPT por omitir vínculo empregatício, terceirização ilegal, más condições e falta de segurança no trabalho, condições sanitárias inadequadas e remuneração em desacordo. A representação gerou TAC em maio de 2015. A mesma unidade firmou acordo com MPT no valor de R\$ 170 mil por terceirização irregular em 2019.

²⁹³ATVOS. **Relatório Anual:** safra 2019/2020. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/36LK79Z>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁹⁴ MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Usina Eldorado indenizará sociedade em R\$ 100 mil por reincidência em irregularidades trabalhistas. 06 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JjjA4U>. Acesso em: 17 mar. 2022.

IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS

No Mato Grosso do Sul, a principal fornecedora de cana-de-açúcar da Atvos é a Agroterenas. A empresa foi fundada em 2010 após divisão de ativos da família Rezende Barbosa, do grupo NovAmérica, que foi desmembrado²⁹⁵. Entre as empresas da família, a NovAmérica Agrícola de Caarapó, vendida para a Raízen em 2020²⁹⁶, admitiu possuir plantação de cana-de-açúcar em terra indígena.

Em 2019, a unidade Santa Luzia, de Nova Alvorada do Sul (MS), foi multada por queimadas irregulares²⁹⁷. A usina também foi processada por descarte excessivo de vinhaça. O líquido residual gera infestação de moscas que se alimentam de sangue e atacam animais e pessoas, além de poluir cursos d'água.

Em setembro de 2020, a Atvos firmou acordo com o Ministério Público do Mato Grosso do Sul para adequar o uso da vinhaça e encerrar o processo aberto em 2012. O acordo incluiu multa de R\$ 1,2 milhões, destinada ao desenvolvimento de pesquisas pela Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)²⁹⁸.

No interior de São Paulo, as usinas da Atvos se concentram na região do Pontal do Paranapanema, oeste do estado. A região é marcada por conflitos históricos entre grileiros, latifundiários e trabalhadores sem-terra. Há cerca de 115 assentamentos na região, em 16 municípios e mais de 150 mil hectares. São aproximadamente 7 mil famílias assentadas. Ao mesmo tempo, o Pontal do Paranapanema é apontada como um dos maiores estoques de terras públicas do país, com cerca de 450 mil hectares, griladas e caracterizadas como latifúndios improdutivos²⁹⁹.

A usina Conquista do Pontal foi construída pela própria empresa e inaugurada em 2012. A unidade Alcídia foi adquirida em 2007 e foi reformulada para

²⁹⁵ CANAL RURAL. Família Rezende Barbosa finaliza cisão do Grupo NovAmérica. 15 nov. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3qA8Mbl>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁹⁶ CASTILHO, Alceu Luís. Sócios da Cosan têm 50 mil hectares no Paraguai; no MS, fazenda em território Kaiowá. De Olho nos Ruralistas, 19 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/37sSr1a>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁹⁷ CAAPARO NEWS. Polícia ambiental multa usina em R\$ 273 mil por queimada em plantação de cana-de-açúcar. 26 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3idhAiy>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁹⁸ MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL. Acordo firmado entre o MPMS e usina garante R\$ 1,6 milhão em pesquisa e solução de problemas ambientais causados pelo manejo incorreto de vinhaça. 09 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/33OKUoJ>. Acesso em: 17 mar. 2022.

²⁹⁹ PITASSE, Mariana. Perseguição política é histórica na região do Pontal e no estado de São Paulo. Brasil de Fato, 30 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3JkrKtP>. Acesso em: 17 mar. 2022.

aumento de produtividade. De acordo com o pesquisador Antônio Thomaz Júnior, o cultivo de cana-de-açúcar ocupava 60 mil hectares no Pontal em 2002. Em 2015, a área atingiu mais de 600 mil hectares. “Com a chegada dos grandes produtores de cana há o acirramento dessa disputa. O propósito deles é barrar a luta pela terra feita pelos trabalhadores porque eles querem o mesmo espaço para expandir sua produção”, afirma o professor da Unesp em entrevista ao *Brasil de Fato*.

As duas usinas da Atvos acumularam 22 autos de infração socioambientais entre 2011 e 2018, com multas equivalentes a R\$ 2,6 milhões. Os valores foram convertidos em investimento em programas ambientais após acordo com o governo de São Paulo³⁰⁰.

De acordo com relatório institucional, a Atvos recebeu oito autuações por motivos ambientais na safra 2019/2020. Na unidade Alcídia, a empresa foi processada pelo Ministério Público para reparação de áreas afetadas por incêndio nas fazendas Alegria e Água Branca. Na Conquista do Pontal, a Atvos firmou novo acordo para conversão de multas ambientais, também decorrentes de incêndio e danos à vegetação³⁰¹. Ainda na safra 2019/2020, a Atvos reconheceu 44 vazamentos de vinhaça, em um total de 1 mil m³ despejados no meio ambiente.

POSICIONAMENTO DA COMPANHIA

A Atvos foi procurada para comentar o caso de trabalho escravo, de 2016 e a situação de despejo excessivo de vinhaça no Mato Grosso do Sul. Entretanto, a companhia preferiu não se posicionar. <<

³⁰⁰ GOVERNO DE SÃO PAULO. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Projeto escolhido une os três pilares da sustentabilidade: ambiental, social e econômico. 12 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Ij7mb4>. Acesso em: 17 mar. 2022.

³⁰¹ ATVOS. **Relatório Anual:** safra 2019/2020. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/36LK79Z>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BIBLIOGRAFIA

ABIA. Associação Brasileira da Indústria de Alimentos. **Posicionamento ABIA – Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (ABIA) sobre o pedido de revisão do Guia Alimentar Brasileiro feito pelo MAPA.** 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Ida3uL>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ABIR. Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e de Bebidas não Alcoólicas. **Detalhe do associado:** Coca-Cola Femsa Brasil. Disponível em: <https://bit.ly/3wbVDsh>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ABRAS. Associação Brasileira de Supermercados. Coca-Cola e Raízen iniciam parceria com açúcar "verde". 30 jun. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3KNnwv4>. Acesso em: 16 mar. 2022.

AGÊNCIA PÚBLICA; REPÓRTER BRASIL. Descubra se a água da sua torneira foi contaminada, de acordo com dados do Sisagua. **Por trás do alimento**, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/37HRuCx>. Acesso em: 17 mar. 2022

ALMEIDA, Camila. Coca e Ambev: impactos negativos de todos os tipos e tamanhos no Amazonas (e no Brasil). **O Joio e o Trigo**, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37CnUOE>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ALVES, Gabriel; WATANABE, Phillippe. Cientistas rechaçam em carta mudança em Guia Alimentar para a População Brasileira. **Folha de S. Paulo**, 23 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tckQ3Y>. Acesso: 15 mar. 2022.

ANJOS, Anna Beatriz. O que querem os lobistas. **Agência Pública**, 28 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CRVQ5u>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ARROYO, Priscilla. Multinacionais são financiadoras ocultas da Frente Parlamentar da Agropecuária. **De Olho Nos Ruralistas**, 21 maio 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3tYQfpN>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ATVOS. **Recuperação judicial**. Disponível em: <https://bit.ly/3CN5qq6>. Acesso em: 17 mar. 2022.

ATVOS. Relatório Anual: safra 2019/2020. 2021. Disponível em:

<https://bit.ly/36LK79Z>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BAETA, Juliana. MTE resgata 40 pessoas em trabalho escravo em fábrica da Coca-Cola.

O Tempo, 23 out. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3Jhe4iZ>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BARBOSA, Leandro. O calvário das crianças Guarani Kaiowá contaminadas por agrotóxicos. **El País**, 04 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CMwypj>.

Acesso em: 17 mar. 2022.

BARRALCOOL. Barralcool recebe certificação ISO 22000. 15 dez. 2011. Disponível em:

<https://bit.ly/3qaIegw>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BARRALCOOL. **A empresa**. Disponível em: <https://bit.ly/3q7MgWH>.

Acesso em: 16 mar. 2022.

BARRALCOOL. Outubro mês de certificações e consolidação com a qualidade do Grupo Barralcool. 08 nov. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3qbh4pT>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BARROS, Carlos Juliano. **As condições de trabalho no setor sucroalcooleiro**.

Repórter Brasil, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2J4Wl4l>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BIOSEV. Relatório de Sustentabilidade 2014/2015. 2016. Disponível em:

<https://bit.ly/3we2XDV>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BIOSEV. Relatório de Sustentabilidade 2015/2016. 2017. Disponível em:

<https://bit.ly/3idJ7jX>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BIOSEV. Relatório de Sustentabilidade 2016/2017. 2018. Disponível em:

<https://bit.ly/3ihlmaA>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BIOSEV. Relatório de Sustentabilidade 2017/2018. 2019. Disponível em:

<https://bit.ly/3KKkgjU>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BIOSEV. Relatório de Sustentabilidade 2018/2019. 2020. Disponível em:

<https://bit.ly/368VGui>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BIOSEV. Unidade Santa Elisa recebe prêmio Ouro da Coca-Cola FEMSA. 12 abr. 2013.

Disponível em: <https://bit.ly/3tnfJ3X>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BONILHA, Patrícia. Coca-Cola solicitará à Bunge que não compre açúcar produzido em terra Guarani Kaiowá. **CIMI**, 12 nov. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3wjwopB>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BONSUCRO. **Certificate Holders**. Disponível em: <https://bit.ly/3KQzLa5>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BONSUCRO. **Guia para o padrão de produção**: incluindo o padrão de produção da Bonsucro UE. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3MUs4ky>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BONSUCRO. **Member's Annual Report**. Disponível em: <https://bit.ly/3IixBhC>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BONSUCRO. **Team**. Disponível em: <https://bit.ly/36saBjj>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BOUÇAS, Cibelle. Dona da maior engarrafadora da Coca-Cola na América Latina tem lucro 136% maior. **Valor Econômico**, 30 abr. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3qdUdd5>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BOUÇAS, Cibelle. Solar Coca-Cola faz aporte milionário em energia limpa. **Valor Econômico**, 31 jan. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/36oHT2t>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BP BUNGE. **Nossa história**. Disponível em: <https://on.bp.com/3JmpthI>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume II. Textos temáticos. **Violação de direitos humanos dos povos indígenas**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3Jmr3A4>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 9.394, de 30 de maio de 2018**. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto n. 8.950, de 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3MXjLEW>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 9.514, de 27 de setembro de 2018**. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto n. 8.950, de 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3tZV1Dz>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL. Decreto n. 10.254, de 20 de fevereiro de 2020. Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto n. 8.950, de 29 de dezembro de 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CNkZOC>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BRASIL AGRO. Elizabeth Farina deixará presidência da Unica em 31 de março de 2019. 09 nov. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3tZOB7l>. Acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL ECONÔMICO. Certificação chega às usinas de açúcar. 07 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3NoO3Ha>. Acesso em: 17 mar. 2022.

BRIANEZI, Thaís. Coca-Cola usa açúcar de usina sem licença ambiental. **Repórter Brasil**, 06 jan. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3JjNUMy>. Acesso em: 16 mar. 2022.

BUSCIOLI, Lara Dalperio. **Impactos e resistências no processo de estrangeirização de terras em Rio Brilhante (MS)**: o caso dos projetos de assentamentos federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do território indígena Laranjeira Ñanderu. 2016. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente (SP), 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3wmnshA>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CAAPARO NEWS. Polícia ambiental multa usina em R\$ 273 mil por queimada em plantação de cana-de-açúcar. 26 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3idhAiy>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CÁCERES, Evelin. Mesmo com pandemia, transporte de 5 mil trabalhadores é liberado para usineiros de MS. **Midiamax**, 30 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3L8ZbQD>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CACI. Cartografia de Ataques Contra Indígenas. **Um genocídio em curso no Mato Grosso do Sul.** Disponível em: <https://bit.ly/3IeohbC>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CAETANONO, Rodrigo. A última jóia de Olacyr. **Dinheiro Rural**, 01 ago. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3teOIwQ>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CALIARI, Tânia. Adeus, Guyraroká. **Agência Pública**, 08 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CHLuFa>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CAMARGOS, Daniel. Via Veneto, fabricante da Coca-Cola e outros 48 nomes entram na ‘lista suja’ do trabalho escravo. **Repórter Brasil**, 05 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3whR1Bf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CAMBRICOLI, Fabiana. Cientistas estrangeiros acusam entidade da indústria de deturpar estudo para criticar guia alimentar. **O Estado de S. Paulo**, 21 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/36kRoS6>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CAMPOS, André. Ministério do Trabalho responsabiliza fabricante da Coca-Cola por trabalho escravo. **Repórter Brasil**, 25 ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CLtmKx>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CANA ONLINE. Sebrae-MG destaca importância do setor sucroenergético para o Noroeste de Minas. 20 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3qhUawP>. Acesso em: 18 mar. 2022.

CANA ONLINE. Usina cooperativada de Pernambuco mantém crédito aberto junto a bancos e a equipamentos Dedini. 07 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3ti7B1Z>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CANA ONLINE. Vereadores querem proibir novamente a pulverização aérea. 01 fev. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3qd8ner>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CANAL RURAL. Família Rezende Barbosa finaliza cisão do Grupo NovAmérica. 15 nov. 2011. Disponível em: <https://bit.ly/3qA8Mbl>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CANAL RURAL. Unica anuncia Elizabeth Farina como nova diretora-presidente da entidade. 02 out. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3CIxpYq>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CANCIAN, Natália. Estudos ligam consumo de alimentos ultraprocessados à alta de obesidade. **Folha de S. Paulo**, 12 ago. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3pW8pWj>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CASTILHO, Alceu Luís. Financiadores da bancada ruralista publicam anúncio em “total apoio” a Ricardo Salles. **De Olho Nos Ruralistas**, 26 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3I72HZK>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CASTILHO, Alceu Luís. Sócios da Cosan têm 50 mil hectares no Paraguai; no MS, fazenda em território Kaiowá. **De Olho nos Ruralistas**, 19 ago. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/37sSr1a>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CEISE-BR. Evandro Gussi será o novo presidente da Unica. 30 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3CKOLU8>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CHADE, Jamil. FAO: Brasil foi país que mais perdeu floresta no século 21. **UOL**. 20 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/2VcgtEi>. Acesso em: 15 mar. 2022.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Julgamento da Terra Indígena Guyraroka adiado no STF: “Vamos respirar e continuar essa luta”. 28 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3waVqFX>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Justiça suspende anulação da Terra Indígena Dourados-Amambaipeguá I, no MS. 09 jul. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3IkRjcT>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Laranjeira Nhanderu é atacada, tem Casa de Reza incendiada e indígenas Guarani Kaiowá vivem terror na virada do ano. 02 jan. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/34S3LTK>. Acesso em: 17 mar. 2022.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Resposta ao impedimento judicial do ‘Leilão da Milícia’ veio com atentado e ameaças de morte**. 06 dez. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3KNrP9G>. Acesso em: 15 mar. 2022.

COCA-COLA BRASIL. **Agricultura sustentável**: como a nossa cadeia produtiva pode gerar valor para a sociedade e para o meio ambiente? 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3tfCfZN>. Acesso em: 16 mar. 2022.

COCA-COLA BRASIL. **Informações para novos e antigos clientes do Sistema Coca-Cola Brasil**. Disponível em: <https://bit.ly/34LgzLt>. Acesso em: 16 mar. 2022.

COCA-COLA BRASIL. **Linha do tempo**: conheça a história da Coca-Cola Brasil. 24 maio 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3qa4w21>. Acesso em: 16 mar. 2022.

COCA-COLA BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade 2016**. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3wbXyoo>. Acesso em: 16 mar. 2022.

COCA-COLA BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade 2017**. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3JgoTlq>. Acesso em: 16 mar. 2022.

COCA-COLA BRASIL. **Relatório de Sustentabilidade 2018.** 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KMnX8O>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CORRÊA, Fábio. Biólogos acusam Coca-Cola de secar nascentes em Minas Gerais. **G1**, 04 jun. 2018. Disponível em: <https://glo.bo/3JjOJoy>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Os impactos da produção de cana no Cerrado e Amazônia.** 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3CLA2bE>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Mesmo multada por diversos crimes ambientais, Usina Trapiche recebe prêmio da Assembleia Legislativa de PE. 07 dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3Jm2nri>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. **Morrer de fome um pouco por dia:** impactos aos direitos humanos causados pela Usina Trapiche à comunidade pesqueira no município de Sirinhaém/PE. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3uonCZj>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CPT. Comissão Pastoral da Terra. Pescadora denuncia ter sido torturada e ameaçada de morte por policiais militares, em Sirinhaém (PE). 19 mar. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wdKZkX>. Acesso em: 16 mar. 2022.

CUT. Central Única dos Trabalhadores. Trabalhadores/as da Pumaty têm audiência com o Ministério Público do Trabalho. 23 maio 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3tj43MW>. Acesso em: 16 mar. 2022.

DEUTSCHE WELLE. O papel de gado e soja no ciclo de desmatamento. 24 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3eJbzaO>. Acesso em: 15 mar. 2022.

DOMINGUES, Alex Torres. **A territorialização do capital canavieiro no Mato Grosso do Sul:** o caso de Ponta Porã/MS. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/34Olw6g>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FALEIROS, Gustavo; ANDREONI, Manuela. O agro-suicídio: o desmatamento da Amazônia já afeta o regime de chuvas. **Infoamazonia**, 27 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3pAL38M>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FANTÁSTICO. Fantástico acompanha resgate de trabalhadores em condições análogas à escravidão em fazendas de cana em MG. **TV Globo**, 31 jan. 2022. Disponível em: <https://glo.bo/3qiUwDE>. Acesso em: 18 mar. 2022.

FANTÁSTICO; G1. 'Não imaginava que chegaria a esse ponto', diz trabalhador resgatado junto com outros 270 em situação análoga à escravidão em MG. **G1**, 31 jan. 2022. Disponível em: <https://glo.bo/3wcJfbI>. Acesso em: 18 mar. 2022.

FASE. Desmatamento do Cerrado é uma das causas da crise hídrica em estados do Brasil. 22 mar. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3I7eGGE>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FEDATO. Cristina. Sustentabilidade na Cadeia de Valor. **Instituto Ethos**, 21 maio 2013. Disponível em: <https://bit.ly/33s2xdW>. Acesso em: 20 nov. 2020.

FERAESP. Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo. 10 de dezembro: Rede Internacional de Sindicatos na Shell apresenta as precarizações da empresa no mundo no Dia Internacional dos Direitos Humanos. 10 dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/36rbU1D>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FERAESP. Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo. Subsetor da cana-de-açúcar tem bons resultados, enquanto trabalhadores não têm reajuste salarial. 06 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3IqbeqY>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FIEAM. Recofarma anuncia investimentos de US\$ 25 milhões em expansão e modernização. 29 maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3i8VoYx>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FOLHA DE S. PAULO. Superior Tribunal de Justiça. Queima de cana rende multa de R\$ 1 mi a usina. 19 jul. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3u6t9NX>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FONTES, Stella. Grupo Nós quer 500 lojas em três anos. **Valor Econômico**, 25 ago. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/36vLkos>. Acesso em: 17 mar. 2022.

FORTUNE. Global 500: Louis Dreyfus. 02 ago. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3CWdQM4>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FPA. Frente Parlamentar da Agropecuária. **História da FPA**. Disponível em: <https://bit.ly/3i7p4n4>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FPAS. Frente Parlamentar da Alimentação e Saúde. **Requerimento n. 1.415, de 2019.**
Disponível em: <https://bit.ly/3w8uwyh>. Acesso em: 15 mar. 2022.

FUNAI. Fundação Nacional do Índio. No ano em que comemora 50 anos, Funai recebe apoio em área de conflito. 15 fev. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3ih3NHH>.
Acesso em: 17 mar. 2022.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GAZETA DIGITAL. Três mil cortadores de cana paralisam Barralcool. 19 jun. 2007.
Disponível em: <https://bit.ly/3tqhD17>. Acesso em: 16 mar. 2022.

G1. Agronegócio passa ileso ao tombo recorde do PIB no 2º trimestre. 01 set. 2020.
Disponível em: <https://glo.bo/3MRLcQv>. Acesso em: 15 nov. 2022.

G1. Após morte de trabalhador em usina, liminar obriga Raízen a tomar medidas de segurança. 27 dez. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3CSaUjC>. Acesso em: 17 mar. 2022.

G1. Oxfam: Coca-Cola e Pepsi ignoraram roubo de terras no Brasil. 01 out. 2013.
Disponível em: <https://glo.bo/364syEG>. Acesso em: 16 mar. 2022.

G1. Percentual da população acima de 20 anos considerada obesa mais que dobrou em 16 anos, aponta IBGE. 21 out. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3kTMdZf>.
Acesso em: 15 mar. 2022.

G1. SP quer acabar com queimadas em canaviais. 05 jun. 2007. Disponível em:
<https://glo.bo/3CHnphK>. Acesso em: 15 mar. 2022.

G1. Usina é condenada a pagar R\$ 500 mil após morte de trabalhadores em MT.
09 ago. 2012. Disponível em: <https://glo.bo/37pjKtd>. Acesso em: 16 mar. 2022.

GLASS, Verena. Usinas certificadas com selo social são autuadas por violações de direitos trabalhistas. **Repórter Brasil**, 13 dez. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/36oFfd6>.
Acesso em: 16 mar. 2022.

GLOBO RURAL. Marcos Jank deixa presidência da Unica. 27 mar. 2012. Disponível em:
<https://glo.bo/3tdr6sf>. Acesso em: 15 mar. 2022.

GOVERNO DE SÃO PAULO. Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Projeto escolhido une os três pilares da sustentabilidade: ambiental, social e econômico. 12 abr. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Ij7mb4>. Acesso em: 17 mar. 2022.

GUTIERREZ, Marcelle. Raízen e Femsa recebem aprovações para joint venture de lojas de conveniência. **Valor Econômico**, 01 out. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3KSVTkg>. Acesso em: 17 mar. 2022.

HENRIQUE NETO, Sylvio. **A defesa do etanol**: as estratégias da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) frente a US Environmental Protection Agency (EPA), de 2002 a 2010. 2013. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2013.

INDRIUNAS, Luís. No MS, protagonistas do leilão da resistência procuram se manter no poder. **De Olho Nos Ruralistas**, 02 out. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3KMNPKo>. Acesso em: 15 mar. 2022.

JESUS, Deberson F.; GENEVIEVE, Olivier; RICHARDSON, Ben. **Açúcar ético**. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3KTvAKx>. Acesso em: 18 mar. 2022.

JORNAL CANA. Itamarati é destaque no ranking de fornecedores de açúcar de marca de refrigerante. 21 out. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3Ii2GCb>. Acesso em: 16 mar. 2022.

JORNAL CIDADE. Ambientalistas trabalham para que Lagoa da Prata tenha área de soltura de animais na Volta Grande. 8 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3KPrNhl>. Acesso em: 16 mar. 2022.

JORNAL CIDADE. Biosev se reúne com autoridades de Japaraíba para tratar sobre normatizações. 10 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3JjfzNP>. Acesso em: 16 mar. 2022.

KRAVCHYCHIN, Gisele Lemos. Procuradores entram com oito ações regressivas para reaver quase R\$ 2 milhões de empresas que não cumpriram normas de segurança do trabalho no NE. **Kravchychyn**, 27 set. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/35X78JK>. Acesso em: 16 mar. 2022.

LEITE, Adilton Dorival. Governo Bolsonaro extingue todas as Comissões Tripartites relacionadas à Saúde e Segurança no Trabalho. **Central dos Sindicatos Brasileiros**, 28 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3qaBGyj>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MATTOS, Rosa. ACT lança campanha por menos benefícios fiscais para indústria de bebidas adoçadas. **ACT - Promoção da Saúde**, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3CO5ZjF>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MENDONÇA, Maria Luisa. Monocultivo da cana devasta o Cerrado no Alto São Francisco. **Brasil de Fato**, 03 jul. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/37DDzxd>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Guia Alimentar para a População Brasileira**. Brasília, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3pgTmX5>. Acesso em: 15 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. Ação do MPMG responsabiliza empresas por degradação ambiental decorrente do cultivo de cana-de-açúcar em APPs na bacia do rio São Francisco. 20 ago. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3u6JMco>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS. MPE apura suposto crime ambiental por parte do grupo Bunge S/A em Pedro Afonso. 28 set. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CXYJSk>. Acesso em: 17 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO MATO GROSSO DO SUL. Acordo firmado entre o MPMS e usina garante R\$ 1,6 milhão em pesquisa e solução de problemas ambientais causados pelo manejo incorreto de vinhaça. 09 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/33OKUoJ>. Acesso em: 17 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Justiça condena Raízen a voltar a remunerar horas de deslocamento ao trabalho. 29 abr. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KRT7QZ>. Acesso em: 17 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Liminar obriga usina a melhorar condições de trabalho. 11 nov. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3N1XIwX>. Acesso em: 17 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. MPT consegue liminar contra empresa do grupo Bunge. Disponível em: <https://bit.ly/3tgpxde>. Acesso em: 17 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Raízen pode pagar R\$ 10 milhões por morte de trabalhador. **Jusbrasil**, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3tihWe3>. Acesso em: 17 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Usina é condenada por mortes de trabalhadores. 09 ago. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CLHXpr>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. Usina Eldorado indenizará sociedade em R\$ 100 mil por reincidência em irregularidades trabalhistas. 06 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JjiA4U>. Acesso em: 17 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. MPF/MS questiona BNDES por financiar usinas que compram cana cultivada em áreas indígenas. **Jusbrasil**, 2010. Disponível em: <https://bit.ly/34OdWsk>. Acesso em: 17 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul. MPF ajuiza ação civil pública solicitando que o Poder Executivo regulamente a aplicação terrestre de agrotóxicos. 04 dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37sz9Jg>. Acesso em: 17 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República na Paraíba. Rio Gramame: MPF recomenda que usinas preservem nascentes e olhos d'água na bacia que abastece João Pessoa (PB). 16 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3u2Gmrf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. Procuradoria da República no Amazonas. FT Amazônia: Justiça suspende autorização para financiamento público do cultivo da cana na Amazônia após ação do MPF. 24 abr. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3KTvqDd>. Acesso em: 16 mar. 2020.

MONCAU, Gabriela. O que se sabe sobre o maior resgate de trabalho análogo à escravidão da última década no Brasil. **Brasil de Fato**, 02 fev. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3wcIZtg>. Acesso em: 18 mar. 2022.

MOSS, Michael. **Como a indústria alimentícia nos fisgou**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

NETO, Moriti. Com quem andas, doçura?. **O Joio e o Trigo**, 07 dez. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3JkN2Y3>. Acesso em: 16 mar. 2022.

NETO, Moriti; PERES, João. Em meio à pandemia, governo dá crédito milionário a Coca-Cola e Ambev. **O Joio e o Trigo**. 25 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Jbvgqd>. Acesso em: 16 mar. 2022.

NOGUEIRA, Junior. Novo Superintendente da Biosev diz que 1.200 foram contratados para a safra e que há perspectiva de gerar mais empregos. **O Papel**, 29 mar. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3igahqM>. Acesso em: 16 mar. 2022.

NOVACANA. Após afastar trabalhadores indígenas, Raízen confirma dois casos de covid-19 em MS. 26 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tYaila>. Acesso em: 17 mar. 2022.

NOVACANA. Atvos tem prejuízo de R\$ 1,5 bi em 2019/20; indica otimismo após recuperação judicial. 23 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/35Xcgxu>. Acesso em: 16 mar. 2022.

NOVACANA. Biosev vende Usina Estivas por R\$ 203,6 milhões. 21 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3tnJ3X>. Acesso em: 16 mar. 2022.

NOVACANA. Capivari (SP) confirma 53 casos de covid-19 em alojamento de cortadores de cana de consórcio de fornecedores da Raízen. 27 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3Jmojm6>. Acesso em: 17 mar. 2022.

NOVACANA. Guerra ao açúcar ameaça anos de crescimento do mercado. 23 maio 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3owZx7Z>. Acesso em: 15 mar. 2022.

NOVACANA. Joint venture BP Bunge Bionergia recebe aprovação do Cade. 25 set. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37F3moH>. Acesso em: 17 mar. 2022.

NOVACANA. **Usina WD**. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3KUiH2T>. Acesso em: 18 mar. 2022.

NOVACANA. WD Agroindustrial contrata financiamento de R\$ 62 milhões via BNDES. 18 dez. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/36yJweo>. Acesso em: 18 mar. 2022.

NUPENS. Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo. **Manifestação do Nupens/USP sobre a Nota Técnica nº 42/2020 do Ministério da Agricultura com descabidos ataques ao Guia Alimentar para a População Brasileira**. 17 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3wqfZCt>. Acesso em: 15 mar. 2022.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. O comportamento sociotrabalhista da Raízen na colheita da cana-de-açúcar nas Fazendas: Da Serra, Unidade Ibaté/SP, Usina da

Serra e Santa Rosa, Unidade Ipaussu/SP, Usina Ipaussu. São Paulo, mar. 2014.

Disponível em: <https://bit.ly/3KM3ZuI>. Acesso em: 17 mar. 2022.

OXFAM. **Direito à terra e as gigantes do refrigerante**: análise da avaliação fundiária feita pela Coca-Cola e PepsiCo no Brasil. 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3CN8NgC>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PAPEL SOCIAL; OXFAM BRASIL. **O gosto amargo do açúcar**. 2013.

Disponível em: <https://bit.ly/3tnysd1>. Acesso em: 18 mar. 2022.

PERES, João. BNDES emprestou quase R\$ 10 bi a fabricantes de comida-porcaria. **O Joio e o Trigo**, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JhLoIp>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PERES, João. Como funciona o lobby da Nestlé, Unilever e Danone para esconder o excesso de sal, gordura e açúcar nos rótulos. **The Intercept Brasil**, 14 set. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3CHZjU4>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PERES, João. Presidente do PSDB usou o cargo para tratar de atividade como investidor da Coca. **O Joio e o Trigo**, 27 out. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3IfetkU>.

Acesso em: 16 mar. 2022.

PERES, João. Uma frente parlamentar de alimentação pilhada no açúcar. **O Joio e o Trigo**, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3w92owx>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PERES, João; NETO, Moriti. Coca-Cola é investigada por esquema bilionário para não pagar impostos. **The Intercept Brasil**, 21 dez. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3id-DXo6>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PERES, Priscilla; ROCHA, Leonardo. Projeto disciplina destino de subproduto de usinas para combater mosca. **Campo Grande News**, 05 ago. 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3Idvyyj>. Acesso em: 17 mar. 2022.

PITASSE, Mariana. Perseguição política é histórica na região do PONTAL e no estado de São Paulo. **Brasil de Fato**, 30 nov. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3JkrKtP>. Acesso em: 17 mar. 2022.

POMPEIA, Caio. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

POMPEIA, Caio. Concertação e Poder: o agronegócio como fenômeno político no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 35, n. 104, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tWc3T3>. Acesso em: 15 mar. 2022.

PREFEITURA DE LAGOA DA PRATA. Lei n. 1.646/2008, de 02 de setembro de 2008. Proíbe o lançamento de agrotóxico e congênere, por via aérea, nas lavouras cultivadas em imóveis situados na área territorial do município de Lagoa da Prata. Disponível em: <https://bit.ly/3JvjqXq>. Acesso em: 16 mar. 2022.

PYL, Bianca. Louis Dreyfus se recusa a firmar acordo após fiscalização. **Repórter Brasil**, 28 dez. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/37CJFxO>. Acesso em: 16 mar. 2022.

RACANICCI, Jamile. Setor de refrigerantes e Receita travam disputas bilionárias no Carf. **Jota**, 07 maio 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3Jubo32>. Acesso em: 16 mar. 2022.

RAÍZEN. Formulário de Referência e Cadastral. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3N1Kikz>. Acesso em: 17 mar. 2022.

RAÍZEN. Nossos negócios. **Açúcar**. Disponível em: <https://bit.ly/3JjHpt7>. Acesso em: 17 mar. 2022.

RAÍZEN. Relatório Anual 2019 | 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3KPEicJ>. Acesso em: 17 mar. 2022.

RAMOS, Camila Souza. Com novo dono, usina Itamarati paga dívidas e planeja expansão. **Valor Econômico**, 04 nov. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3MW7UHr>. Acesso em: 16 mar. 2022.

RAMOS, Camila Souza. Juíza nega pedido de apreensão de livros da Atvos feito pelo fundo Lone Star. **Valor Econômico**, 19 jun. 2022. Disponível em: <https://glo.bo/3u8lGhA>. Acesso em: 18 mar. 2022.

RECEITA FEDERAL. Análise da tributação do setor de refrigerantes e outras bebidas açucaradas. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3IkqsNZ>. Acesso em: 18 mar. 2022.

REIMBERG, Maurício. Patrões não comprovam alto custo de comida para cortadores. **Repórter Brasil**, 04 ago. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3Ido88C>. Acesso em: 15 mar. 2022.

REIS, Alessandro. Confira quem são os premiados do MasterCana Brasil e Award 2019. **Jornal Cana**, 09 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3N3syFo>. Acesso em: 18 mar. 2022.

REPÓRTER BRASIL. Íntegra das respostas da reportagem sobre frigoríficos e indígenas. 24 jun. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3IkewvR>. Acesso em: 17 mar. 2022.

REUTERS. Raízen pode elevar moagem de cana em mais de 7% em 20/21 com clima favorável. **UOL**, 17 fev. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ibukGy>. Acesso em: 17 mar. 2022.

ROCHA, Maurício. 1º Encontro Sucroenergético do Noroeste Mineiro acontece neste sábado em João Pinheiro. **Patos Hoje**, 02 dez. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3JneiW5>. Acesso em: 18 mar. 2022.

RODRIGUES, Renan Albuquerque. **Vidas despedaçadas**: impactos socioambientais da construção da usina hidrelétrica de Balbina (AM), Amazônia Central. 2013. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3MPt6Pc>. Acesso em: 16 mar. 2022.

RPA NEWS. Conheça Evandro Gussi, presidente da Unica e um dos pais do Renovabio. 22 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36kCxoW>. Acesso em: 15 mar. 2022.

RUSSEL, Alan. Queimadas em Lagoa da Prata comprovam que cidade necessita de Batalhão do Corpo de Bombeiros. **Jornal Cidade**, 8 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3qe6Chk>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SACCHI, Flávia Patussi Correia et al. Sugar cane manufacturing is associated with tuberculosis in an indigenous population in Brazil. **Royal Society of Tropical Medicine and Hygiene**, Oxford, n. 7, p. 152-157, jan. 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3u6HASo>. Acesso em: 17 mar. 2022.

SANT'ANA, Jéssica. Estatal lidera ranking dos 500 maiores devedores da União. Veja a lista completa. **Gazeta do Povo**, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/37uiXHv>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SANTOS, Maureen; GLASS, Verena. **Altas do agronegócio**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SANTOS, Patrícia. **Agronegócio e controle de terras por agentes estrangeiros no Triângulo Mineiro/Alto Parnaíba**: o grupo Bunge Açúcar e Bioenergia. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia (MG), 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3g8Y7xM>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SCHLESINGER, Sergio. **Dois casos sérios em Mato Grosso**: a soja em Lucas do Rio Verde e a cana-de-açúcar em Barra do Bugres. Cuiabá: Formad, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/3MUVjUW>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SCHWADE, Tiago Maiká Muller. **A formação da propriedade capitalista no Amazonas**. 2019. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3KNSt23>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SEGALLA, Vinícius. "Destruição do Cerrado compromete toda rede hidrológica do Brasil", diz ambientalista. **Brasil de Fato**, 10 out. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/35BGdQB>. Acesso em: 15 mar. 2022.

SIAMIG. WD investe em meios e biológicos para maior sustentabilidade e redução do custo. 19 jan. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3ImD3Ab>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SIAMIG. WD sensibiliza alunos para a preservação ambiental. 21 jun. 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3ubfG7E>. Acesso em: 18 mar. 2022.

SÓ NOTÍCIAS. Acordo garante retorno de trabalhadores ao Piauí e Maranhão. 17 abr. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3idHtS>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SOLAR. **História**. Disponível em: <https://bit.ly/3CMs3Li>. Acesso em: 16 mar. 2022.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. Empresa pagará dano moral a vítima de lixo tóxico depositado a céu aberto. **Jusbrasil**, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/3MYso2b>. Acesso em: 17 mar. 2022.

STRUCK, Jean-Philip. O que a UE não vê no etanol brasileiro. **Deutsche Welle**, 12 mar. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3MWIZUa>. Acesso em: 16 mar. 2022.

SUFRAMA. Uma cadeia produtiva possível a partir da ZFM. 25 maio 2019. Disponível em: <https://bit.ly/34LFCxZ>. Acesso em: 16 mar. 2022.

TEIXEIRA, Bárbara Bittar. **Direitos humanos e empresas**: a responsabilidade por exploração de trabalhadores em condições análogas à de escravo nas cadeias produtivas da indústria têxtil. Dissertação (Mestrado em Direito) – Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/39ptyT2>. Acesso em: 15 mar. 2022.

TEIXEIRA, Fábio. Empresas usam Justiça para sair da "lista suja" do trabalho escravo. **Exame**, 17 jun. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3IifGYH>. Acesso em: 16 mar. 2022.

THE COCA-COLA COMPANY. **2018 Business & Sustainability Report**. Disponível em: <https://bit.ly/3KRakVI>. Acesso em: 16 mar. 2022.

TORRES, Lana. MP investiga desvio irregular de água do Atibaia para fábrica da Coca-Cola. **G1**, 12 ago. 2014. Disponível em: <https://glo.bo/3IgsFKm>. Acesso em: 16 mar. 2022.

TRASE. **Sustentabilidade das cadeias de produção**: risco de desmatamento na exportação de soja brasileira. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3KKjDH4>. Acesso em: 16 mar. 2022.

TÚLIO, Sílvio. Polícia usa drone para mapear lavoura onde trabalhador rural morreu ao tentar conter queimada, em GO. **G1**, 17 ago. 2017. Disponível em: <https://glo.bo/3tisY2V>. Acesso em: 17 mar. 2022.

TURIONI, Felipe. Produtores rurais ocupam sede do Incra para reivindicar plantio de cana. **G1**, 29 out. 2012. Disponível em: <https://glo.bo/3CMPx32>. Acesso em: 17 mar. 2022.

UDOP. União Nacional da Bioenergia. Cade aprova compra pela Raízen de unidade agrícola da NovAmérica. 26 nov. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3wdsNrw>. Acesso em: 17 mar. 2022.

UNICA. **Balanço de atividades**: 2012/13 a 2018/2019. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/365fY7Y>. Acesso em: 15 mar. 2022.

UNICA. **Protocolo Agroambiental**. Disponível em: <https://bit.ly/3q2BQYD>. Acesso em: 15 mar. 2022.

UOL. Entidades empresariais apoiam ministro e criticam lei ambiental burocrática. 26 maio 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3CMr3ag>. Acesso em: 15 mar. 2022.

VALENTI, Graziella; RAMOS, Camila Souza. Atvos, da Odebrecht, propõe corte de 46% da dívida. **Valor Econômico**, 07 ago. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/3CQbePI>. Acesso em: 17 mar. 2022.

VALOR ECONÔMICO. Plano de recuperação judicial da Atvos é homologado. 17 ago. 2022. Disponível em: <https://glo.bo/3u8lGhA>. Acesso em: 18 mar. 2022.

VILARINO, Cleyton. MPT apura uso de mão de obra indígena no plantio da cana em MS. **Globo Rural**, 10 jun. 2020. Disponível em: <https://glo.bo/3u81nRp>. Acesso em: 17 mar. 2022.

WALENDORFF, Rafael. Governo recebe sugestões para alterar norma que regula trabalho no campo. **Canal Rural**, 15 out. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Ifurv4>. Acesso em: 15 mar. 2022.

WIZIACK, Julio; PRADO, Maeli. Receita investiga a Coca-Cola por fraude no faturamento com xarope. **Folha de S. Paulo**, 08 jul. 2018. Disponível em: <https://bit.ly/3q9zBmc>. Acesso em: 16 mar. 2022.

ZOCCHIO, Guilherme. Ministério da Agricultura reforça ofensiva para derrubar Guia Alimentar, referência internacional. **O Joio e o Trigo**, 17 set. 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3tcvFTC>. Acesso em: 15 mar. 2022.

ZOCCHIO, Guilherme. O périplo do agronegócio no Brasil: da criação aos dias atuais. **O Joio e o Trigo**, 01 ago. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3JgsKPk>. Acesso em: 15 mar. 2022.